

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

NEILIANNY CARLA VIEIRA OLIVEIRA

**MULHERES NA POLÍTICA:
AS PARLAMENTARES NORDESTINAS NA CÂMARA FEDERAL NAS ELEIÇÕES
DE 2018**

SALVADOR

2023

Neilianny Carla Vieira Oliveira

MULHERES NA POLÍTICA: AS
PARLAMENTARES NORDESTINAS NA CÂMARA
FEDERAL NAS ELEIÇÕES DE 2018

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Salete Maria da Silva

Salvador

2023

Ficha Catalográfica

OLIVEIRA, Neilianny Carla Vieira

MULHERES NA POLÍTICA: as parlamentares nordestinas na câmara federal nas eleições de 2018: Salvador: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas 142.

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientadora Dra. Salete Maria da Silva

Neilianny Carla Vieira Oliveira

MULHERES NA POLÍTICA: AS
PARLAMENTARES NORDESTINAS
NA CÂMARA FEDERAL NAS
ELEIÇÕES DE 2018

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas, Faculdade Latino-Americana
de Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em 07 de junho de 2023

Presidente da Banca (Orientador/a): Profa. **Dra. Salete Maria da Silva**
Doutora em Estudos de Gênero e Feminismos- UFBA
Pós-doutora em Direito com perspectiva de Gênero (UNAM)

Isabelle Maria Campos Vasconcelos Chehab
Doutora e Mestre em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza
(PPGD/UNIFOR)
Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (FD/UFG)

Sonia Jay Wright
Pós-doutora em Ciências Sociais – Fundação Joaquim Nabuco
Doutora em Ciências Sociais - UERJ
Professora do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo-UFBA

Esta dissertação é dedicada às mulheres que insistem em ocupar os espaços de poder, especialmente às pioneiras da luta, que operaram máquinas de escrever e escreveram livros sobre a importância da mulher na política em uma época em que às mulheres eram destinadas às máquinas de costura, as que ousaram ser redatoras em jornais femininos, as que entraram na justiça para ter o direito de votar, as que se candidataram mesmo sem previsão legal, as que articularam frentes de resistência para que a mulher tivesse o direito legal de participar ativamente da política institucional.

É dedicada também às mulheres que escreveram a Constituição de 1988, as que propuseram e votaram para aprovar a lei eleitoral nº9.504/1997, que estabeleceu um percentual mínimo obrigatório de candidaturas femininas, e a todas as mulheres que se candidataram aos cargos de poder, em especial as nordestinas, candidatas à Câmara Federal.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação não teria sido consumada sem a contribuição valiosa de algumas pessoas, as quais cito aqui com imensa gratidão.

Ao Criador Jeová Deus, pela vida, força e coragem que habita em mim através dele, a quem sou grata por ter me concedido saúde e condições materiais para que eu pudesse cursar, estudar, ler e escrever durante o período tão penoso que foi o da pandemia da Covid-19;

À Professora Orientadora Salete Maria da Silva, pela orientação, compreensão, incentivo, confiança, e acima de tudo pela motivação para a persistência na pesquisa e na escrita desse trabalho.

Às Deputadas Federais: Luizianne Lins, Dra. Marina que gentilmente responderam à entrevista, contribuindo assim para que outras tantas mulheres se inspirem, ousem, e se candidatem à Câmara Federal.

À minha família por todos os momentos de compreensão, diante as horas dedicadas aos estudos e a ausência em alguns momentos caros para ela. Agradeço especialmente pelo apoio e o amor de sempre. Meu filho humano Dalton Oliveira, meu companheiro João Paulo Bonfim, minha sogra Dona Izaura Bonfim, minha querida irmã Doutora Luiza Elvira, meus dois filhos bichológicos, Théo e Toy que trouxeram uma imensidão de amor incondicional e momentos descontraídos. O apoio de vocês tornou minha caminhada mais leve e feliz! Obrigada! As minhas ancestrais, pela vida, inspiração e boas lembranças, minha mãe, professora Bonitinha (Maria Vieira de Araújo Oliveira), minha avó materna, Elvira Soares de Araújo, minha avó paterna, Luiza de Oliviera Sousa.

Ao amigo Antônio José, ex-aluno da Flacso, que me incentivou a cursar o mestrado, me emprestou material de estudo e sempre manteve contato comigo para me animar a persistir no curso.

À querida amiga Jaciara Carneiro, pela contribuição nas tentativas de contatos com as Deputadas Federais. Foi através dela que consegui falar pessoalmente com a Deputada Federal Luizianne Lins, durante a campanha, e posteriormente me ajudou a conseguir o retorno do questionário de entrevista com a assessoria da parlamentar.

Aos colegas e às colegas do Curso que através da rede social WhatsApp, nos tornamos amigos e amigas que se ajudaram a chegar até aqui.

À Coordenação do Curso e aos professores e professoras, competentes e grandes profissionais que zelosamente nos incentivaram à leitura e escrita e a construção do saber.

À colega de mestrado e amiga Fátima Teles, pelo apoio, incentivo, troca de ideias, parceria, ajuda durante o curso.

À querida revisora, a Doutora Luiza Elvira V. Oliveira, que foi de imensa importância para esta dissertação.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mulheres eleitas para a Câmara Federal de 1933 a 1986.....	53
Tabela 2 - Informações pessoais das Deputadas Federais nordestinas eleitas em 2018	111
Tabela 3 - Informações sobre Escolaridade/Formação e Profissão das Deputadas Federais nordestinas eleitas em 2018.....	112
Tabela 4 - Atuação político-partidária e gastos na campanha das deputadas nordestinas eleitas em 2018.....	113
Tabela 5 - Índice de desenvolvimento humano municipal para cada estado.....	116
Tabela 6 - Trajetória na política e motivos da candidatura e inspiração.....	121

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Assembleia Nacional Constituinte de 1891: compromisso constitucional, óleo sobre tela. Pintor: Aurélio de Figueiredo, 1896	43
Figura 2 - Primeiras eleitoras alistadas no Rio Grande do Norte	46
Figura 3 - Posse de Alzira Soriano na prefeitura de Lajes, junto com seu secretariado. 47	
Figura 4 - Almerinda votando na Assembleia Nacional Constituinte de 1932	48
Figura 5 - Mulheres que lideraram a luta pelo voto feminino no Brasil de 1830 a 193249	
Figura 6 - Comemoração pela conquista do voto feminino no Brasil	50
Figura 7 - Carlota Pereira de Queiroz – Uma mulher na Constituinte de 1932	52
Figura 8 - Deputada Federal Tereza Nelma.....	59
Figura 9 - Deputada Federal Alice Portugal	64
Figura 10 - Deputada Dayane Pimentel.....	68
Figura 11 - Deputada Federal Lídice da Mata.....	71
Figura 12 - Deputada Federal Luizianne Lins	76
Figura 13 - Deputada Federal Edna Henrique	81
Figura 14 - Deputada Federal Marília Arraes.....	85
Figura 15 - Deputada Federal Dra. Marina Santos.....	89
Figura 16 - Deputada Federal Iracema Portella.....	93
Figura 17 - Deputada Federal Margarete Coelho	97
Figura 18 - Deputada Federal Rejane Dias.....	101
Figura 19 - Deputada Federal Natália Bonavides.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS

ALEPI	Assembleia Legislativa do Piauí
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASSUFBA	Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da Universidade Federal da Bahia
BA	Bahia
CUSPU	Chapa Única por São Paulo Unido
CUT	Central Única dos Trabalhadores
D1	Deputada Federal 1
D2	Deputada Federal 2
D3	Deputada Federal 3
FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais- Sede Brasil
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de desenvolvimento humano municipal
L	Leste
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.
LGT	Lei Geral do Turismo
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
N	Norte
NO	Noroeste
ONGs	Organizações não governamentais
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pernambuco
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
S	Sul
SE	Sergipe
SO	Sudoeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TV GP1	1º Grande Portal de Notícias do Piauí
UBS	Unidade Básica de Saúde
UDN	União Democrática Nacional
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNE	União Nacional dos Estudantes

RESUMO

A Câmara dos Deputados Federais é um importante espaço de poder e decisão sobre os mais variados temas e problemas que afetam a nação, tais como: questões econômicas, sociais, culturais e ambientais, além dos direitos fundamentais de todos os seres humanos, a exemplo do direito ao trabalho, à educação, à saúde etc. No entanto, esse espaço que se autointitula Casa da Democracia brasileira também é caracterizado pela sub-representação das mulheres em cargos eletivos, notadamente das nordestinas, evidenciando as desigualdades existentes em nosso país e, em particular, nos espaços de poder institucional. Neste sentido, faz-se necessário aprofundar os estudos sobre representação feminina no Parlamento Nacional, considerando as inúmeras dificuldades enfrentadas pelas mulheres para acessar tal esfera e o inédito ingresso de 12 representantes nordestinas à Câmara Federal na eleição de 2018. Diante disto, a pesquisa visou analisar o perfil, a trajetória e as plataformas político-social e eleitoral das referidas parlamentares com vistas a identificar desafios e estratégias de superação, assim como os arranjos políticos e a presença ou não de pautas e agendas feministas em suas campanhas. A pesquisa utilizou dados de origem secundária, coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), site da Câmara, pronunciamentos e entrevistas. Concluindo assim neste trabalho que foi a partir das experiências relatadas por essas mulheres, que para serem eleitas para um cargo de deputada federal, é necessário apoio político interno, do partido, dos partidos da coligação, de lideranças locais, além de ser necessário ter acesso a recursos financeiros para dar conta das atividades que uma campanha dessa magnitude requer.

Palavras-chave: Legislativo. Mulheres. Nordeste. Participação política. Representação feminina.

ABSTRACT

The Chamber of Federal Deputies is an important space of power and decision on the most varied themes and problems that affect the nation, such as: economic, social, cultural and environmental issues, in addition to the fundamental rights of all human beings, such as the right to work, education, health etc. However, this space that calls itself the Brazilian House of Democracy is also characterized by the underrepresentation of women in elected positions, notably those from the Northeast, highlighting the existing inequalities in our country and, in particular, in spaces of institutional power. In this sense, it is necessary to deepen studies on female representation in the National Parliament, considering the numerous difficulties faced by women in accessing this sphere and the unprecedented entry of 12 Northeastern representatives to the Federal Chamber in the 2018 election. The research used data from a secondary source, collected at the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and at the Superior Electoral Court (TSE), the Chamber's website, pronouncements and interviews. Thus concluding in this work that it was from the experiences reported by these women, that to be elected to a position of federal deputy, it is necessary to have internal political support, from the party, from the coalition parties, from local leaders, in addition to having access to financial resources to handle the activities that a campaign of this magnitude requires.

Keywords: Female representation. Legislative. North East. Political participation. Women.

RESUMEN

La Cámara de Diputados Federales es un importante espacio de poder y decisión sobre los más variados temas y problemas que afectan a la nación, tales como: cuestiones económicas, sociales, culturales y ambientales, además de los derechos fundamentales de todo ser humano, como el derecho al trabajo, a la educación, a la salud, etc. Sin embargo, este espacio que se autodenomina Casa de la Democracia Brasileña también se caracteriza por la subrepresentación de mujeres en cargos electivos, en particular del Nordeste, evidenciando las desigualdades existentes en nuestro país y, en particular, en los espacios de poder institucional. En ese sentido, es necesario profundizar los estudios sobre la representación femenina en el Parlamento Nacional, considerando las numerosas dificultades enfrentadas por las mujeres para acceder a esa esfera y el ingreso sin precedentes de 12 diputadas del Nordeste a la Cámara Federal en la elección de 2018. La investigación utilizó datos de fuente secundaria, recolectados en el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y en el Tribunal Superior Electoral (TSE), el sitio web de la Cámara, pronunciamientos y entrevistas. Concluyendo así en este trabajo que fue a partir de las experiencias relatadas por estas mujeres, que para ser electas a un cargo de diputada federal es necesario contar con el apoyo político interno, del partido, de los partidos de coalición, de los líderes locales, además de tener acceso a recursos económicos para manejar las actividades que requiere una campaña de esta magnitud.

Palabras clave: Legislativo. Mujer. Noreste. Participación política. Representación femenina.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1. Objeto e objetivo da pesquisa.....	20
1.2. Interesse pelo tema	21
1.3. O problema de pesquisa.....	21
1.4. Análises preliminares	24
1.5. Relevância social e científica da pesquisa.....	28
CAPÍTULO 2. A LUTA DAS MULHERES PARA ADENTRAR À POLÍTICA INSTITUCIONAL: ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIOCULTURAIS E LEGAIS....	33
2.1. Aspectos históricos	33
2.2. Aspectos socioculturais	39
2.3. A conquista do direito ao voto e as primeiras eleições gerais	51
2.4. Participação das mulheres na câmara dos deputados (1932-2010)	53
2.5. O protagonismo das mulheres na constituinte de 1987	55
2.5.1. Aspectos Legais.....	56
2.6. Deputadas federais femininas e nordestinas nas eleições de 2018.....	56
CAPÍTULO 3. DO NORDESTE AO PARLAMENTO NACIONAL: PERFIL, TRAJETÓRIA E PLATAFORMA DE CAMPANHA DAS NORDESTINAS ELEITAS PARA À CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2018	58
3.1. Perfil das deputadas federais do Nordeste na 56ª legislatura	59
3.2. Representação de Alagoas	59
3.2.1. Biografia da Deputada Federal Tereza Nelma	59
3.2.1.1. Trajetória Político-social	60
3.2.1.2. Pautas políticas da plataforma eleitoral	61
3.2.1.2. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral.....	61
3.3. Representação da Bahia.....	63
3.3.1. Biografia da Deputada Federal Alice Portugal.....	64

3.3.1.1. Trajetória Político Social	64
3.3.1.2 Pautas políticas da plataforma eleitoral	65
3.3.1.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral.....	66
3.3.2. Biografia da Deputada Federal Prof. Dayane Pimentel.....	68
3.3.2.1. Trajetória político social	68
3.3.2.2. Pautas políticas da plataforma eleitoral	69
3.3.2.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral.....	70
3.3.3. Biografia da Deputada Federal Lídice da Mata.....	71
3.3.3.1. Trajetória Político-social	72
3.3.3.2. Pautas políticas da plataforma eleitoral	73
3.3.3.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral.....	74
3.4. Representação do Ceará.....	76
3.4.1 Biografia Deputada Federal Luizianne Lins.....	76
3.4.1.1. Trajetória Político-social	77
3.4.1.2. Plataforma político eleitoral	78
3.4.1.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral.....	78
3.5. Representação da Paraíba	80
3.5.1. Biografia da Deputada Federal Edna Henrique- PSDB.....	81
3.5.1.1. Trajetória Político-social	81
3.5.1.1. Plataforma político eleitoral	82
3.5.1.2. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral.....	82
3.6. Representação de Pernambuco	84
3.6.1. Biografia da Deputada Federal Marília Arraes.....	85
3.6.1.1. Trajetória Político-social	85
3.6.1.2. Pautas políticas da plataforma eleitoral	86
3.6.1.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral.....	87
3.7. Representação do Piauí.....	89

3.7.1. Biografia da Deputada Federal Dra. Marina Santos (PTC).....	89
3.7.1.1. Trajetória político social.....	90
3.7.1.2. Plataforma político eleitoral	91
3.7.1.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral.....	91
3.7.2. Biografia da Deputada Federal Iracema Portella.....	93
3.7.2.1. Trajetória política social	94
3.7.2.2 Pautas políticas da plataforma eleitoral	94
3.7.2.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral.....	95
3.7.3. Biografia da Deputada Federal Margarete Coelho	97
3.7.3.1. Trajetória político Social	97
3.7.3.2. Pautas políticas da plataforma eleitoral	98
3.7.3.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral.....	99
3.7.4. Biografia da Deputada Federal Rejane Dias.....	101
3.7.4.1. Trajetória político social.....	102
3.7.4.2. Pautas políticas da plataforma eleitoral	102
3.7.4.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral.....	103
3.8. Representação do Rio Grande do Norte	105
3.8.1. Biografia da Deputada Federal Natália Bonavides.....	106
3.8.1.1. Trajetória político social.....	106
3.8.1.2. Pautas políticas da plataforma eleitoral	107
3.8.1.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral.....	108
3.9. Análise geral das deputadas e suas estratégias de campanha	110
CAPÍTULO 4. ENTRE BARREIRAS E ESTÍMULOS: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS E ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA CHEGAR À CÂMARA FEDERAL.....	120
4.1. Campo e sujeitos da pesquisa	120
4.2. Resultados e discussão.....	121
4.2.2.1. Motivação e influência política	122

4.2.2.2. Desigualdade de gênero no Parlamento	123
4.2.2.3. Ligação aos movimentos sociais e união à comunidade	124
4.2.2.4. Estratégias de campanha.....	125
4.2.2.5. Incentivo político do Estado e da mídia	126
4.2.2.6. Perspectivas futuras	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	133
ANEXOS	139

1. INTRODUÇÃO

A Estrada

*A Estrada aponta para o horizonte
Onde almejamos alcançar
Andamos, andamos, andamos mais
Nesse chão de terra, pés desnudos e cansados.
Ele corre feito uma criança
e vai ficando mais distante aos nossos olhos*

*Mas, existe a paisagem,
e ela dá sentido à caminhada.
O que aprendemos no percurso
é o que faz a vida valer a pena
e os sonhos se construírem
e permanecerem vivos,
andando conosco por toda a travessia.*

*Ah! Ainda existe a paisagem!
Ainda existem as flores!
Ainda existem os flamboyants, ipês, cerejeiras
e cactos que inebriam o nosso olhar!*

*E a estrada continua apontada para o horizonte,
para onde almejamos alcançar.
E por isso nós andamos.*

Fátima Teles, 2023

Esta dissertação versa sobre a campanha eleitoral de 2018 das 12 deputadas nordestinas e está estruturada em 4 capítulos, além de sua conclusão.

Neste capítulo temos o ponto de partida inicial do projeto em que esclareço o objeto de trabalho e o objetivo geral da dissertação. Seguidos do interesse pelo tema, problemática, relevância social e científica.

No segundo capítulo, temos a revisão bibliográfica que fundamenta a teoria da pesquisa. Este capítulo tem por finalidade realizar um apanhado histórico, sociocultural e legal da participação da mulher na política institucional do Brasil e sua luta pela superação do déficit de gênero nos espaços de poder. Preliminarmente, é importante ressaltar que a ausência das mulheres brasileiras ocupando cargos de liderança nos espaços de poder institucional evidencia a desigualdade de gênero na sociedade na totalidade e nas esferas de poder e decisão existentes no Estado. Inclusive, o direito básico de votar e ser votado não existia para as mulheres até 1932 em nosso país. Tal direito foi conquistado a partir de muita luta, principalmente de mulheres. Contemporaneamente

pode parecer estranho, mas a história mostra que durante muitos anos as mulheres estiveram ausentes da constituição do exercício de poder, materializado através do direito de votar e ser votada.

No terceiro capítulo, apresento uma explanação geral e sobre a vida política das deputadas federais nordestinas que se elegeram na campanha de 2018. Neste estudo foi abordado somente as deputadas federais, pois esse cargo é responsável pela discussão e aprovação das leis. No primeiro temos um mandato de 8 anos e no segundo de 4, o que geraria um conflito de dados por serem mandatos alternados. As deputadas estaduais também não eram objetivo desse estudo, pois elas se concentram nas leis estaduais e fiscalização dos governadores. Tal análise tem por objetivo traçar o perfil das deputadas, evidenciando alguns dados políticos, como: partido, situação eleitoral, reeleição, região, cargo anterior, mandato, proposições, atividade sindical, frente parlamentar, bancada e titularidade em comissões; e algumas informações pessoais como: idade, estado civil, grau de escolaridade, cor e ocupação. Neste capítulo ainda apresentamos resultados e discussão de aspectos objetivos dos perfis das 12 Deputadas federais eleitas em 2018, sob a lente dos dados disponíveis no registro de candidatura e prestação de contas do TSE.

No quarto capítulo, temos os resultados e a discussão da pesquisa. Este capítulo tem por finalidade, fazer um relato das experiências vividas, bem como das estratégias para se chegar à Câmara Federal, tendo como perspectiva, a apresentação do questionário respondido pelas Deputadas Federais nordestinas (Anexo1). Este capítulo traz análises sobre os aspectos subjetivos tendo como base as deputadas que responderam ao questionário da pesquisa semiestruturada.

Por fim, temos as considerações finais e a análise crítica das entrevistas.

1.1. Objeto e objetivo da pesquisa

A sub-representação das mulheres em cargos eletivos denota que a parcela feminina da sociedade ainda não conseguiu alcançar a paridade de gênero nos espaços de poder. Ao analisar os dados eleitorais, observa-se que há uma desigualdade da mulher em relação ao homem na ocupação de cargos de poder na política institucional, especialmente no legislativo federal, motivo pelo qual me despertou interesse para estudar tal tema. Por ser nordestina e saber que existem poucos trabalhos voltados para o Nordeste brasileiro,

trouxe o tema para a minha região. O objeto deste trabalho foi, portanto, a participação das mulheres na política.

O objetivo principal da pesquisa foi analisar o perfil, a trajetória e as estratégias de inserção (inclusão/participação) na política institucional das 12 parlamentares nordestinas eleitas em 2018, focando, especialmente, em aspectos como classe, raça/etnia, idade, estado civil, família/filhos e a existência ou não de aproximações com as agendas e os movimentos de mulheres e feministas, a fim de evidenciar a influência ou não do seu capital financeiro (bens e recursos econômicos), capital cultural (escolaridade), capital social (inserção em movimentos) e capital político (ocupação, mandatos anteriores ou ocupação de cargos públicos).

1.2. Interesse pelo tema

Ao cursar a disciplina Seminários I e analisar a obra “*Calibã e a Bruxa: Mulheres, o corpo e a acumulação primitiva*”, de Federici (2017), ficou muito evidente que o sistema liberal político ali constituído retirou a mulher do espaço público e destinou-lhe o espaço privado e sem remuneração, do cuidado com a casa e a família.

Na qualidade de mulher nordestina, nascida no sertão, em uma sociedade de cultura machista e patriarcal, sempre me incomodei em ver as mulheres fora do protagonismo, seja nas empresas, seja na política. Cresci ouvindo a frase: “Atrás de um grande homem, sempre tem uma grande mulher”, o que sempre me causou muita inquietação, por que não temos mulheres compartilhando poder e sucesso? A partir da leitura de Federici, (2017) e Pateman, (1993) bem como, da observação da própria realidade das coisas, decidi, portanto, usar meu tempo e pesquisa acadêmica para as mulheres, as ancestrais, as presentes e as futuras, e assim tentar compreender melhor esse fenômeno histórico da sub-representação feminina na câmara federal brasileira, e mais especificamente a representação da mulher nordestina, cuja bancada de deputados é a segunda maior em número de cadeiras no parlamento federal.

1.3. O problema de pesquisa

No Brasil, em 131 anos de República, apenas 01 mulher, Dilma Rousseff, conseguiu ser eleita para ocupar o mais elevado posto do poder executivo do país, a

Presidência da República, e nenhuma mulher conseguiu ser eleita vice-presidente no Brasil (SILVA, 2020). O crescimento feminino no Legislativo brasileiro, após a introdução da reserva de vagas, ainda tem sido muito tímido (ARAÚJO, 2001; MIGUEL, 2008).

De igual modo, nenhuma mulher ocupou a presidência da Câmara ou do Senado, ou alcançou lugar de destaque em suas mesas diretoras. Tudo isto indica que os espaços de poder seguem sendo ocupados exclusiva ou majoritariamente por homens em nosso país, uma vez que as cadeiras do Parlamento nacional estão ocupadas majoritariamente por pessoas do sexo/gênero masculino (SILVA; BARBOSA, 2021).

As mulheres continuam distantes de serem amplamente representadas nos poderes brasileiros, podem votar e ser votadas e, em algumas profissões, a igualdade salarial já é algo que a lei exige. Mas, olhando mais de perto, não mudou muito dos direitos reais que as mulheres necessitam, já que no Congresso brasileiro está cada vez mais tradicional e influenciado pelos poderes patriarcais que têm sido combatidos ferozmente ao longo dos anos.

A política, por conta do patriarcalismo brasileiro, tornou-se um espaço majoritariamente masculino, em que os homens estiveram naturalmente envolvidos na política por muito tempo, quando a sociedade não era tão desenvolvida como agora. Ao adotar a perspectiva regional, vê-se que no Nordeste, apesar das mulheres serem a maioria da população dessa região, a política institucional tradicionalmente sempre foi liderada por homens.

Por exemplo: Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Fernando Collor de Mello (AL) eleitos ao cargo de Presidente da República; Antônio Carlos Magalhães (BA), eleito Governador, Deputado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados; Tasso Jereissati (CE), eleito e reeleito Governador e Senador; José Sarney (MA) que foi eleito Governador, Senador, vice-presidente e presidente do Brasil; Miguel Arraes (PE) eleito Deputado Estadual, Deputado Federal e Governador, Epitácio Pessoa(PB), eleito Presidente da República; Petrônio Portela(PI), eleito governador e Presidente do Senado; Dinarte Mariz(RN), eleito governador e Senador; Augusto Franco(SE), eleito deputado federal e Governador (SALES, 1994; MIGUEL; FEITOSA, 2009; COUTO; GOMES, 2012).

Embora a lei de cotas de gênero na política preveja, desde 1997, um percentual de no mínimo 30% e no máximo 70% de cada gênero para as listas partidárias, o déficit de

representação feminina, tanto em termos nacionais como em termos regionais, para a Câmara Federal persiste, evidenciando que a luta das mulheres por igualdade e paridade de gênero nos espaços de poder e decisão ainda se faz necessária (SILVA; BARBOSA, 2021).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2010 a população do Nordeste era constituída de 53.081.950 habitantes (IBGE, 2010). Desse total, 25.909.046 (48,81%) são homens e 27.172.904 (51,19%) habitantes são mulheres. Para a Câmara Federal, a região possui 151 cadeiras ocupadas por 138 (91,39%) por homens e 12 (8,60%) por mulheres na última eleição de 2018 e em 02 estados, nenhuma mulher conseguiu ser eleita (KRAVEZUK, 2018, TSE, [s.d.]).

As mulheres estão desempenhando cada vez mais papéis na sociedade. Com isso, conquistando cada vez mais espaço no mercado de trabalho, ocupando gradativamente mais cargos que antes eram exclusivamente masculinos, além de ser a maioria da população brasileira, tornando-se mais livres e independentes dos homens. Se as mulheres constituem a maioria da população, é justo equilibrar o governo para que o número de homens e mulheres em cargos governamentais seja proporcional à sua porcentagem da população, pois assim as mulheres terão representação política real para servir seus interesses e defender os seus direitos (MEDEIROS; CHAVES, 2017).

Nesse contexto, considera-se que a condição das poucas mulheres que logram êxito numa eleição merece ser estudada, colocando-se especial ênfase na identificação e análise de seus perfis, trajetórias, estratégias e atuação, a fim de conhecer as barreiras enfrentadas e os estímulos eventualmente recebidos, não somente por parte dos partidos, mas da família, de apoiadores e da própria sociedade e/ou comunidade em que se encontram inseridas.

A ideia é também verificar como foram beneficiadas pela Lei de cotas? Quais os arranjos políticos foram feitos para viabilizar suas candidaturas? A quais partidos pertencem? Qual o seu grau de aproximação com as agendas e lutas em prol dos direitos humanos das mulheres e com os movimentos sociais que demandam por estes direitos (feministas ou não) em seus respectivos estados? Averiguar, se defendem ou não a questão de gênero e qual foi a plataforma eleitoral utilizada nas campanhas?

O número de mulheres nordestinas que ocupam as bancadas da Câmara Federal é visivelmente inferior aos dos homens, inclusive quando comparamos com os percentuais de outras regiões do país, podendo ter diversas causas relacionadas que por fim

demonstram a desigualdade entre gêneros e patriarcalismo ainda existente em nossa sociedade.

1.4. Análises preliminares

Acerca do tema proposto, segundo Silva e Barbosa (2021), quando se discute, teórica e politicamente, a participação política das mulheres, é possível identificar um debate feminista em torno da igualdade de gênero. Nesse sentido, a principal referência normativa é, ao nível nacional, a própria Constituição da República Federativa do Brasil, cujo caput de seu artigo 5.º, com destaque para o inciso I, afirma que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I — homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

O inciso primeiro do mencionado artigo 5.º reafirma ainda que: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988). Esse inciso surgiu com a ideia de mostrar a luta das mulheres em busca de uma equidade em relação ao homem, face às desigualdades históricas.

Segundo Gonçalves (2018) por meio desse princípio se busca a redução e o fim da discriminação, bem como, tem o propósito de impor respeito a bens/interesses de classes minorizadas em termos representativos, mas não são minoritários, posto que são maioria da população. Nesse sentido, ao acolher em seu artigo 1.º, caput, o princípio republicano, que rechaça a concessão de privilégios injustificados a determinada pessoa, ente, categoria ou classe social, a Constituição estabelece a isonomia como horizonte das relações entre as pessoas.

Aplicando o princípio da isonomia nas eleições democráticas para escolha de representantes eleitos, esse princípio não diz respeito somente à igualdade entre os eleitores, há também a exigência de igualdade entre os candidatos, portanto a isonomia eleitoral se manifesta de duas formas, pelo voto igual e pela igualdade de condições dos candidatos e candidatas.

Por esse princípio foi possível estabelecer as “cotas” para o sexo feminino nas vagas de partido, reservando-se 30% das candidaturas às mulheres, que também devem e têm o direito de candidatar-se a cargos políticos (CERQUEIRA, 2012).

A ação afirmativa é uma medida que visa fortalecer os direitos existentes das mulheres em igualdade/paridade em todos os casos. Segundo Araújo (2011), como a política é entendida como um componente da vida, a falta de poder e as restrições à participação nos cenários políticos têm implicações significativas para a justiça de gênero. O resultado é um cenário nas quais as mulheres estão sub-representadas, com menos oportunidades do que os homens de expressar suas opiniões políticas em termos de perspectivas, necessidades e interesses relacionados a situação.

Para Sow (2010) desde o início do Estado brasileiro, a mulher era excluída da vida política, primeiramente, em razão do critério da renda, pois se exigia uma renda mínima para o voto. Nesse período, do Brasil Império, as mulheres não tinham acesso ao trabalho remunerado, pois deveriam se dedicar apenas ao lar e à família, o que lhes dificultava comprovar renda. Em segundo, especialmente a partir da Constituição de 1891, a restrição a participação das mulheres na política ocorreu por meio da exigência de alistamento militar, que embora fosse voluntário para as mulheres, acabou configurando como um obstáculo ao voto feminino, pois a participação delas, na atividade militar era ínfima.

Com a Proclamação da República e a organização da Assembleia Constituinte de 1890, as mulheres criaram expectativa de que seus direitos políticos seriam finalmente concedidos, no entanto, isso não ocorreu. A Câmara dos Deputados existe desde 1826, mas as mulheres só puderam ocupar uma cadeira a partir de 1933, após, oficialmente, as mulheres conquistarem o direito ao voto no Brasil em 1932. Ao longo de 90 anos de representação feminina no parlamento, apenas 266 cadeiras foram ocupadas por mulheres (SANTOS, 2019).

Antes do direito ao voto em 1932, tivemos algumas investidas de mulheres que, contradizendo a imposição de sua época, buscaram intervir nos processos decisórios mediante denúncias na imprensa, 'feminina', do voto e mesmo da própria elegibilidade. Quanto a isto, há registros, ainda do final do século XIX, de mulheres como Francisca Diniz, Josefina Álvares de Azevedo, Isabel de Matto Dello, Nísia Floresta e Violante Bivas, que realizaram ações importantes para a emancipação feminina ao voto (MOREIRA, 2009).

Em 1910 Deolinda Daltro funda o Partido Republicano Feminino, em 1922 Bertha Lutz cria a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino e em 1934 ocupa cadeira na Câmara Federal. Em 1928 foi garantido às mulheres do Estado do Rio Grande do Norte o direito ao voto. Já em 1929 elas elegeram Alzira Soriano de Souza a primeira prefeita

da América do Sul. No ano de 1933 foi eleita Carlota Pereira de Queiroz (SP), a primeira deputada federal, que teve como suplente Berta Lutz. Ambas lutaram pelos direitos políticos e jurídicos da população feminina (MOREIRA, 2009).

Nas eleições diretas de 1982, em vários estados foram elaboradas plataformas feministas submetidas aos candidatos. Este fato também se reflete nas movimentações que antecedem a Constituição de 1988, quando a organização feminina, conjugada pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, a Bancada Feminina do Congresso Nacional, entidades organizadas da sociedade civil, consegue inserir na agenda política algumas demandas importantes (MOREIRA, 2009).

As mulheres, parlamentares e movimento feminista, participaram ativamente da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Não obstante, terem enfrentado muitos desafios durante a assembleia nacional constituinte, o baixo número de parlamentares eleitas, e inclusive, naquela época, nem sequer havia banheiro feminino no congresso nacional, além das estruturas de poder ser de maioria masculina, seja do parlamento, seja de autoridades do judiciário que conduziam os trabalhos, essas mulheres conseguiram muitas vitórias para o direito feminino, os direitos humanos, assistência social e saúde (SILVA, 2011).

Na década de 90, a Deputada Marta Suplicy, após participar e coordenar um painel de debates sobre igualdade de gênero, em Bruxelas, a convite da União Europeia, toma conhecimento sobre a efetividade das cotas de gênero nas listas dos partidos políticos e cargos públicos em que são largamente utilizadas na Europa onde esta categoria de política é usada como força propulsora para mudanças das relações de gênero nos centros de poder. Influenciada por tal ideia, a aprovação do projeto de lei n.º 9.100/1995 de autoria da deputada Marta Suplicy foi um marco na luta pela igualdade de gênero das mulheres na política institucional. O projeto de lei estabeleceu um percentual mínimo de 20% de mulheres nas listas partidárias. Posteriormente foi aprovada a lei eleitoral 9.504/1997 aumentando para 30% o percentual mínimo de participação feminina nas listas partidárias (MOREIRA, 2009).

Mesmo após a lei 9.504/1997 que garantiu cotas para as mulheres nas listas partidárias, as dificuldades se mantiveram, seja por inobservância do percentual pelos partidos, seja por candidaturas sem oportunidades de serem eleitas (GOMES, 2019).

A causa da tímida presença das mulheres no mundo da política, portanto, é uma questão bastante complexa, que não se resolveu com a entrada da mulher no mundo do

trabalho. Biroli e Miguel defendem a tese de que a sub-representação das mulheres na política se dá em razão do viés patriarcal das instituições liberais, em razão de aspectos culturais cuja crença é a de que os espaços públicos são para os homens e o espaço privado para as mulheres e na questão de a estrutura do sistema político dificultar ou não investir financeiramente nas candidaturas de mulheres (BRIOLI; MIGUEL, 2010).

A cultura patriarcal também é um dos fatores que corrobora com as concepções negativas relacionadas à mulher ocupante ou aspirante de cargos de liderança e poder. É frequente o discurso estereotipado da cultura patriarcal de que as mulheres são criaturas sentimentais e, portanto, inadequadas para posições de liderança ou poder, e que os homens não são sentimentais e, portanto, adequados para tais posições. No entanto, para fazer oposição a tal discurso, bem como, a não aceitação a esses estereótipos, os movimentos feministas passaram a questionar tanto a condição de dominação dos homens, bem como, a inadequação das mulheres para a vida pública, reivindicando por parte do Estado, ações eficazes para maior igualdade entre os gêneros (LOPES, 2016).

Pode-se afirmar que outro obstáculo às mulheres é a vulnerabilidade social. O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2018 das Nações Unidas revela que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio para as mulheres é seis por cento mais baixo do que para os homens, devido à baixa renda e ao nível educacional das mulheres em muitos países (UNDP, 2018).

Todos os obstáculos apontados, que não são poucos, dificultam a efetiva participação da mulher na política, não somente no Brasil, mas na esfera mundial. Outro obstáculo enfrentado é a meritocracia, ideia de que a mulher não ganha eleição porque não merece. Tal ideia coloca sobre a candidata mulher a culpa e o sucesso da empreitada política. No entanto, há de se considerar, que além de diversos fatores já mencionados, as candidatas mulheres ainda enfrenam a estrutura desigual de condições político/partidárias que ainda mantém as posições dominantes dos homens em cargos de poder e liderança da política partidária e institucional (FEDERICI, 2021).

A despeito da desigualdade de gênero que prevalece no Brasil, muitos países têm aprovado reformas para estimular a competitividade das mulheres nas disputas eleitorais. Eleições com percentual elevado de cadeiras exclusivas para mulheres, cotas no financiamento público de campanhas e estímulos para os partidos admitirem mais mulheres em sua estrutura decisória são algumas das medidas que vêm sendo adotadas

em diversos países para estimular a participação feminina na política, até que haja uma real igualdade na disputa entre homens e mulheres (ROCHA; MORAES FILHO, 2019).

1.5. Relevância social e científica da pesquisa

O direito ao voto feminino foi instituído no Brasil em 1932, através do Código Eleitoral, aprovado por meio do decreto Lei n.º 21.076. Tal conquista representou uma importante vitória para as mulheres na luta pelo reconhecimento de sua cidadania. A referida aquisição foi precedida pela luta de várias mulheres, com destaque para o movimento sufragista que, em 27 de outubro de 1927, no Rio Grande do Norte, teve reconhecido, pelo governo estadual, o direito ao alistamento eleitoral, e em 25 de novembro de 1927, a primeira eleitora do Brasil e da América Latina, a professora Celina Guimarães Viana (BRASIL, 2020).

No entanto, 90 anos após a conquista do mencionado direito, mesmo as mulheres sendo maioria na população (51,03%) e do eleitorado brasileiro (52,54%), elas ainda são sub representadas no Parlamento brasileiro, não ultrapassando 15% enquanto a representação dos homens é de 85%. Essa sub representatividade ocorre em razão de uma série de fatores sociais, culturais e políticos. E quando olhamos para o número de deputados e deputadas eleitos na região nordeste do Brasil, 138 (91%) homens e 12 (8,60%) de mulheres, também verificamos uma baixa representação de mulheres nordestinas no parlamento federal, suscitando questionamentos e inquietações (BRASIL, 2018).

Quando comparamos os percentuais de representação feminina da bancada nordestina na Câmara Federal com as demais regiões do país, verificamos que a região nordeste é a que tem a menor taxa de representatividade feminina em relação ao número de cadeiras ocupadas por homens, por região, sendo que das 151 cadeiras, 138 (91%) são ocupadas por homens e 12 (8,60%) de mulheres. Na região norte, das 65 cadeiras, 50 (76,92%) são ocupadas por homens e 15 (23,07%) ocupadas por mulheres. Na região centro oeste, das 41 cadeiras, 31 (75,6%) são ocupadas por homens e 10 (24,39%) por mulheres. Região sul, das 77 cadeiras, 66 (85,71%) são ocupadas por homens e 11(14,28%) ocupadas por mulheres. Região sudeste, das 179 cadeiras, 153 (85,47%) são ocupadas por homens e 26(14,52%) são ocupadas por mulheres (BRASIL, 2018).

A importância da paridade de gênero nos espaços de poder da democracia brasileira é um tema bastante discutido na academia, pelo movimento feminista (SALES; VERAS, 2020), ONGs (organizações não governamentais) (NOVELLINO, 2006), cientistas políticos (THOME, 2022), e recentemente, atraiu a atenção da iniciativa privada a partir de projetos de empoderamento feminino nas corporações (ONU, 2021). A partir dessas discussões, não raro, são elaboradas propostas e políticas públicas destinadas a uma maior inclusão de mulheres ocupantes de cargos de poder numa tentativa de reduzir as disparidades existentes entre homens e mulheres.

Dentre as temáticas voltadas à paridade de gênero nos espaços de poder, a busca por aumentar o número de candidatas a cargos eletivos, na Câmara Federal, assembleias legislativas e Câmaras de vereadores, foi bastante acirrada após a lei 9.504/97, que estabeleceu o percentual de cotas (30%) nas listas partidárias. No entanto, 24 anos após a lei de cotas, o número de ocupantes de cargos de poder ainda é bem distante da paridade de gênero nos espaços de poder institucionais, inclusive na Câmara Federal. E quando analisamos os dados eleitorais do Nordeste, a paridade nos cargos do legislativo federal ainda é bastante discrepante. Das 151 cadeiras para a Câmara Federal, 138 (91,39%) foram ocupadas por homens e 12(8.60%) por mulheres na última eleição de 2018 e em 02 estados, nenhuma mulher conseguiu ser eleita (KRAVEZUK, 2018, TSE, [s.d.]).

A presença (ou ausência) das mulheres nas diversas instâncias de representação parlamentar podem ser vistas como componentes da construção social de gênero. Ao analisarmos a participação feminina nos espaços de poder institucionais, sobretudo na eleição de mulheres nordestinas para Câmara Federal no Brasil, é necessário analisar a história da mulher na democracia.

A história da atuação da mulher na política, passa pelas mudanças mundiais do capitalismo e da divisão sexual do trabalho. Para Federici (2017) o processo de mudança de uma economia de subsistência para uma economia monetária, pelo qual passou a Europa nos Séculos XIV e XV, com a vigência da nova ordem política global, que girava em torno da privatização da terra, a mercantilização das relações sociais no qual as mulheres foram muito afetadas, ao perderem terras, produção e conseqüentemente empobreceram e ficaram vulneráveis aos maridos.

Nesse sentido, conforme o novo “contrato sexual”, a mulher passou a ter uma definição exclusiva de mãe, esposa, filha, viúva, tendo o marido o direito total sobre a vida da esposa. (PATEMAN, 1993). Nessa toada, conforme Federici (2017), defendia-se

como normal a não remuneração pelo trabalho doméstico que passou a ser realizado exclusivamente pelas mulheres e segundo a autora, tal mudança foi uma derrota histórica para as mulheres.

Essa nova ordem política e cultural, foi transplantada para as colônias da América do Sul, embora muito mais violenta. Nas sociedades colonizadas, o modo de produção era extremamente desumano e teve como base o racismo e trabalho escravo. Nessas sociedades, não havia divisão sexual do trabalho para a exploração através da escravidão, tanto as mulheres quanto os homens negros trabalhavam nas plantações de cana-de-açúcar. E nem mesmo as mulheres negras grávidas eram poupadas dos castigos e torturas. Essa foi a base do que seria as relações de poder no Brasil (FEDERICI, 2017).

No Brasil Império, a mulher era excluída da vida política, primeiramente em razão do critério da renda, pois se exigia uma renda mínima para o voto, mas durante esse período, as mulheres não tinham acesso ao trabalho, pois deveriam se dedicar apenas ao lar e à família, e não tinham remuneração comprovada. Em segundo, especialmente a partir da Constituição de 1891, a restrição ocorreu por meio da exigência de alistamento militar, que embora fosse voluntário para as mulheres, acabou configurando como um obstáculo ao voto feminino (SOW, 2010).

No Brasil República velha, as leis continuavam a reproduzir a ideia de que o homem era superior à mulher. O Código Civil de 1916 dava às mulheres casadas o status de incapazes, em seu artigo 6º. As mulheres só podiam assinar contratos ou trabalhar fora de casa com autorização expressa de seus maridos, o que só foi alterado em 1962. Em 1932, a legislação eleitoral autorizou o voto feminino apenas para mulheres casadas, situação que vigorou até 1934, quando tal limitação deixou de existir e o voto feminino tornou-se previsto na Constituição Federal (ROCHA, 2020).

A partir da Constituição de 1988, que trouxe para o ordenamento jurídico uma série de princípios norteadores da vida em sociedade, com destaque para o princípio da isonomia. Tal princípio, aplicado às eleições, não diz respeito somente à igualdade entre os eleitores, há também a exigência entre os candidatos, portanto a isonomia eleitoral se manifesta de duas formas, pelo voto igual e pela igualdade de condições dos candidatos (CERQUEIRA, 2012).

Inegavelmente houve uma elevação da participação política das mulheres brasileiras nas últimas décadas. Porém, essa elevação ficou aquém do que ocorreu em outras partes do mundo. Existe uma tendência de crescimento da representação

parlamentar feminina em todo o mundo no período, embora o nível de inclusão seja heterogêneo. Os países desenvolvidos apresentaram percentuais de participação de 20% em média, em 2004, enquanto os países em desenvolvimento apresentaram participação de 14%. Nota-se que o Brasil apresentou taxas de participação bem abaixo da média dos países desenvolvidos e mesmo abaixo da média dos países da América Latina e da África (ALVES; CAVENAGHI; ALCÂNTARA, 2007).

As cotas eleitorais para mulheres no Brasil foram introduzidas pela Lei n.º 9.100/95, que determinou que 20% das vagas das listas partidárias para as Câmaras de Vereadores fossem preenchidas por mulheres; a Lei n.º 9.504/97 ampliou esse número para 30%, proporção mantida em todas as eleições seguintes, tanto municipais quanto estaduais e federais.

Segundo Ramos (2014) a participação de mulheres em espaços de poder e tomada de decisão, em seus mais diversos níveis, contribui para o alcance de uma decisão mais justa, enquanto considera novas perspectivas sociais e diferentes pontos de vista, o quais têm sido comumente ignorados, em função da escassa presença de mulheres nas instâncias legislativas.

Símbolo de luta e conquista, o papel da mulher tem sido frequentemente questionado na sociedade brasileira. A eliminação do preconceito tem sido um dos principais objetivos na história das lutas das mulheres por igualdade, liberdade e participação social. As mulheres hoje são mais escolarizadas que os homens e estão participando ativamente em sua maioria no mercado de trabalho, mas em nenhuma área da vida social a participação de mulheres e homens é mais desigual do que no exercício do poder político no Brasil (CEDIM, 2002).

Quando se estabeleceu que o indivíduo é a unidade política legítima — a fonte única de poder — e, em simultâneo, se promoveu um afastamento da arena política do contexto de desigualdade que diferencia as posições desses indivíduos na sociedade, o liberalismo tradicional criou um dilema para o processo de representação de pessoas que não tinham reconhecida sua plena condição de cidadania, como as mulheres (FERREIRA, 2021).

Apesar dos avanços com a Lei de Cotas, que aumentou o número de candidatas aos cargos do legislativo federal, não conseguimos ainda avançar para aumento do número de mulheres eleitas. Quando olhamos para a representação feminina no Nordeste, essa diferença em relação aos homens é maior que as demais regiões, despertando nossa

atenção para tentar as possíveis causas e fundamentos para tal discrepância e como as representantes femininas eleitas pelo Nordeste conseguiram superar tais desafios rumo ao poder.

CAPÍTULO 2. A LUTA DAS MULHERES PARA ADENTRAR À POLÍTICA INSTITUCIONAL: ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIOCULTURAIS E LEGAIS

*A quem veio antes de nós
Devemos ter gratidão
Foram elas que lutaram
Não deixaram a luta em vão
Semearam o caminho
Com a alma e o coração
(Fátima Teles, 2023)*

Conforme Carole Pateman (1988), a exclusão das mulheres da política, se deu a partir de várias ideias e crenças patriarcais, alicerçadas ora na questão biológica, ora num padrão social de feminilidade que foi se reproduzindo por meio de diversos discursos, inclusive o científico, e foram gestando a divisão sexual do trabalho, em que ao homem foi delegado o trabalho de liderança, força, dentro e fora do lar, enquanto à mulher, delegou-se um papel restrito ao ambiente privado, de reprodução, cuidados com os filhos e as atividades domésticas, constituindo assim um novo “contrato sexual”.

2.1. Aspectos históricos

Desde a colonização do Brasil as mulheres se viram presas numa teia de desigualdade que permeava a sociedade patriarcal que fortalecia cada vez mais as relações de poder de gênero. Nessa estrutura, o sujeito feminino pouco tinha a dizer, e sua representação se refletia no discurso institucional da organização social na totalidade. Por não serem reconhecidas como sujeitos históricos, suas identidades foram formadas em relação ao objeto de discussão formal. Mas, mesmo dentro dessa estrutura, havia potencial de transformação na resistência criada contra essa dinâmica de poder (SAFIOTTI, 2015).

Tal conjunto de ideias e crenças, por óbvio, não foram criados no Brasil, elas fazem parte de uma mudança histórica nas relações de trabalho pela qual passou a Europa nos Séculos XIV e XV, com a industrialização e o novo modo de produção (FEDERICI, 2017).

Concomitantemente a industrialização na Europa, foram elaboradas as primeiras ideias de Estado de direito, cuja estrutura moderna está fracionada em Legislativo, Executivo e Poder Judiciário. Com a criação do Estado, estrutura-se a política institucional, formada por partidos políticos e expressão dos conflitos das classes sociais. A configuração jurídica do Estado se dará a partir de leis, feitas pelo próprio Estado (poder legislativo, parlamento), delimitando papéis, limites privados e públicos, numa tentativa de conciliar os diversos conflitos públicos e privados. Nessa toada, ao Estado, expressão do poder político, é conferido o direito ao exercício exclusivo da força, a ser utilizada sempre que se fizer necessário fazer valer a vontade política do Estado (DI GIOVANNI, 2018).

No artigo Reflexões sobre o pós-colonialismo, Igor Renó Machado (2004) chama atenção para a problemática da representação de gênero se tornar um tema central das populações localizadas no chamado “Terceiro Mundo”, à periferia do capitalismo ocidental:

Desde os grupos étnicos e imigrantes em países do primeiro mundo, passando pelas populações internamente colonizadas em países do mundo inteiro, como as populações indígenas na América Latina, até outros grupos de oprimidos em termos representacionais, como as mulheres. Grande parte de estudos sobre gênero ganhou um novo ânimo com a postura pós-colonial, que visa especificar como o drama das “representações insuficientes” é vivido desigualmente por homens e mulheres em situação pós-colonial. Assim, uma das contribuições específicas dos estudos pós-coloniais foi a análise da relação entre gênero e processos coloniais (MACHADO, 2004, p. 20).

Coelho e Baptista (2009) ensinam que tal modelo de família do mundo moderno, em que às mulheres são atribuídos papéis sociais de foro privado, enquanto aos homens papéis no domínio público, tais como trabalho remunerado, envolvimento com discussões sobre economia e política, só passaram a vigor no Brasil a partir do século XIX.

Donna Haraway, em seu artigo produzido para um dicionário marxista, afirma que:

(...) no esforço político e epistemológico para remover as mulheres da categoria da natureza e colocá-las na cultura como sujeitos sociais na história, construídas e auto-construtoras, o conceito de gênero tendeu a ser posto de quarentena contra as infecções do sexo biológico (HARAWAY, 2004 p. 218).

Nesse sentido, a inserção na história da mulher como sujeito político não se dá como essência ou manifestação de subordinação, mas a partir de uma nova compreensão da identificação sexual e racial, ao poder desenvolvido pela produção discursiva colonial.

Therborn (2006) caracteriza as formações familiares no referido contexto (sociedades crioulas):

Em sua formação familiar, as famílias indo-crioulas e as famílias afro-crioulas partilhavam características comuns: entre os europeus dominantes, a sociedade crioula representou o fortalecimento e o enrijecimento do patriarcado. As mulheres brancas eram impedidas de qualquer trabalho produtivo enquanto contassem com um provedor masculino e seus escravos ou servos. A preocupação crioula branca com a “pureza do sangue” exigia a presença explícita de damas de companhia e controle parental. O resultado foi um padrão familiar europeu pouco comum, de segregação e hierarquia dos sexos (THERBORN, 2006, p. 60).

Ao analisar as relações sociais responsáveis pela subordinação dos sujeitos femininos, Brah toma o conceito de “relações patriarcais”, produzidas de modo específico:

Relações patriarcais são uma forma específica de relação de gênero em que as mulheres estão numa posição subordinada. Em teoria, pelo menos, deveria ser possível imaginar um contexto social em que relações de gênero não estejam associadas à desigualdade. Além disso, tenho sérias reservas sobre a utilidade analítica ou política de manter fronteiras de sistema entre “patriarcado” e a particular formação socioeconômica e política (por exemplo, o capitalismo ou o socialismo de estado) de que ela é parte. Seria muito mais útil compreender como relações patriarcais se articulam com outras formas de relações sociais num contexto histórico determinado. Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela (BRAH, 2006, p. 351).

De acordo com Perrot (2017) três movimentos se tornaram aparentes: a retirada relativa de mulheres de locais públicos; espaço familiar predominantemente feminino; e o superinvestimento simbólico imaginário dos homens na expressão das mulheres, mas com algumas ressalvas preliminares:

Primeiramente, nem todo o público é o “político”, nem todo o público é masculino. A presença das mulheres, tão forte na rua do século XVIII, persiste na cidade do século XIX, onde elas mantêm circulações do passado, cercam espaços mistos, constituem espaços próprios. Por outro lado, nem todo o privado é feminino. Dentro da família, a força principal continua sendo o poder do pai, legalmente e de fato. De acordo com estudos políticos recentes, a penetração da ordem republicana na aldeia foi acompanhada por um aumento do poder do pai, o único cidadão completo de sua esposa e filhos. Na casa,

coexistem lugares de representação (o salão burguês), espaços de trabalho masculinos (o escritório onde mulher e filhos só entram na ponta dos pés). A fronteira entre público e privado é variável, sinuosa e atravessa até mesmo o micro espaço doméstico (PERROT, 2017, p. 159-161).

Diante da importância e das demandas do movimento feminista, as pesquisadoras buscam contar a história das mulheres brasileiras e contribuir efetivamente para a restauração da identidade feminina, e tem apresentado dificuldades devido ao caráter elitista e injusto da sociedade brasileira. Na grande maioria, as mulheres que lideraram movimentos sociais como a reforma agrária, o direito à moradia e a incorporação dos direitos das trabalhadoras rurais não sabiam sequer escrever suas próprias histórias (TELES, 2023). Ainda assim, o Brasil foi um dos pioneiros na América Latina a elaborar uma lei garantindo o direito de voto das mulheres. De acordo com Maria Zina Abreu:

As sufragistas argumentavam que as vidas das mulheres não melhorariam até que os políticos tivessem de prestar contas a um eleitorado feminino. Acreditavam que as muitas desigualdades legais, econômicas e educacionais com que se confrontavam jamais seriam corrigidas, enquanto não tivessem o direito de voto. A luta pelo direito de voto era, portanto, um meio para atingir um fim (ABREU, 2002, p. 460).

Nesse sentido, pretendendo, neste capítulo, traçar uma linha histórica da luta das mulheres no Brasil pela sua emancipação e inserção nas instituições políticas, iniciaremos a análise histórica a partir do ano de 1822¹ até chegarmos ao ano de 2018. Por óbvio que um lapso tão grande de tempo histórico será feito sucintamente, pinçando algumas histórias e atuação de mulheres. Destacando ainda a importância das categorias de gênero em tais análises políticas e suas protagonistas para a história do poder feminino no Brasil.

Para Sow (2010) desde o início do Estado brasileiro, com a Constituição do Império de 1824, a mulher foi excluída do alistamento eleitoral, principalmente em razão do critério da renda, pois o Artigo 92, inciso V, da Constituição exigia uma renda mínima para ser eleitor e exercer o voto. Nesse período do Brasil Império, as mulheres não tinham acesso ao trabalho remunerado, pois o seu papel social estava restrito às atividades não remuneradas dos cuidados com lar, marido e filhos, o que lhes dificultava comprovar renda. Por volta de 1827 o Imperador publicou a primeira legislação referente à educação

¹ Em 1822, temos o registro histórico da primeira mulher na condução política do Reino do Brasil. Maria Leopoldina, esposa de D. Pedro, presidiu o Conselho de Estado em que estabeleceu a separação do Reino do Brasil e o Reino de Portugal. Em 1º de dezembro de 1822, ela e o marido foram coroados os primeiros imperadores do Brasil (MENCK, 2022).

básica de mulheres no Brasil, cujo objetivo era instruir as mulheres para serem melhores educadoras dos filhos (CASTANHA, 2013).

À medida que as mulheres da classe alta se preparam para seus papéis tradicionais de esposas e mães, o aumento do acesso à educação e ao desenvolvimento econômico criou oportunidades para questionar e desafiar a separação das mulheres em busca de ruptura com a organização patriarcal:

(...) E foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever. Concordo com Zahidé Muzart quando afirma que: (...) no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente (DUARTE, 2005, p. 153).

Em meio a mudanças sociais ocorridas nas sociedades modernas desprovidas de organização colonial, sobretudo em países da Europa, observamos o surgimento de protagonistas femininas nesse contexto. Os primeiros passos das mulheres no Brasil para adentrarem no mundo público se deram através do direito ao acesso à educação e teve como protagonista Nísia Floresta, uma mulher, nordestina, considerada precursora do feminismo no Brasil e na América Latina (CAMARA, 1941).

A luta feminista no mundo e no Brasil foi impulsionada a partir de 1848, com as revoluções na Europa e a necessidade de participação na vida política das sociedades, sob os ideais “liberdade, igualdade e fraternidade”. Nessa época, a escrita era um espaço bastante ocupado pelo masculino. Para uma mulher do século XIX ocupar esse espaço era uma tarefa que exigia coragem e ousadia. No Brasil, além de Nísia Floresta, as mulheres do movimento feminino² utilizaram bastante a imprensa, jornais impressos, para questionar e denunciar sua ausência da vida política. Inicialmente, as mulheres escreviam em jornais que eram dirigidos por homens e apenas algumas delas tinham pouco e restrito espaço neles. A partir dessa ausência de espaço na imprensa da época, surgiu a necessidade de jornais com maior espaço, que tratassem exclusivamente de assuntos de

² Nísia Floresta Augusta é considerada precursora do feminismo brasileiro. O movimento feminista no Brasil veio para reforçar que a mulher é tão capaz quanto qualquer homem de assumir cargos de liderança ou desempenharem quaisquer atividades na sociedade.

interesse das mulheres da época, e assim, foram fundados jornais que eram dirigidos por mulheres (BERNARDES, 2013).

O primeiro periódico fundado e dirigido por mulheres foi o “Jornal das Senhoras”, publicado semanalmente a partir de 1852 até 1855. As mulheres que estavam à frente do jornal eram: Joana Paula de Manso de Noronha (argentina residente no Brasil) e as brasileiras Violante Atalipa Ximenes de Bivar e Velasco e Gervásia Nunes. O jornal tinha a missão dupla de informar as mulheres sobre os seus direitos e opinar sobre moda, arte e cultura, conforme edição de 25 de janeiro de 1852, senão vejamos:

Um jornal d’esta ordem, minhas queridas, com o timbre honroso de – JORNAL DAS SENHORAS – escripto por ellas mesmas com o duplo fim de defender os direitos do seu sexo, e centralizar as modas e a sua direção, jámais seria publicado, sem ter estabelecido todas as precisas circunstâncias para bem desempenhar a missão de que se encarregou para com vosco (JORNAL DAS SENHORAS, 1852³).

Além de moda, artes, romance, o jornal, indiretamente, abordava temas tais como a separação público e privado impostos às mulheres. Alguns desses questionamentos giravam em torno dos papéis de mãe e esposa, no sentido de que as mulheres deveriam ser mais valorizadas pelos seus esposos, principalmente em relação aos seus aspectos espirituais e emocionais, bem como do direito à educação e questões morais impostas (COELHO; BAPTISTA, 2009).

Podemos ler tais abordagens logo na primeira edição do Jornal das Senhoras em 1852 que trazia um artigo com o título: “a mulher” e logo no início, após afirmar que não é possível “definir aquilo que é indefinível” indaga: “a mulher, o que é a mulher?”. Após apresentar a mulher pelo olhar de várias abordagens masculinas e religiosas da época, o artigo diz:

A mulher enfim não é em nosso entender um ser á parte na criação, e entra na partilha com o homem – do bem e do mal- da inteligência e da estupidez. A alma não tem sexo; Mme. Staël o diz. Dizer-vos se a Mulher é exclusivamente boa ou exclusivamente má. Eis o que não posso. Reformae a sua educação moral; deixem os homens de considel-a como sua propriedade. Seja o que Deos a fez: ser que pensa, e não coisa que se muda de logar sem ser consultada; e então quando assim for falaremos. Entretanto este Jornal dedicado exclusivamente ás Senhoras tratará desses direitos e dessa educação, cuja principal tendência é a emancipação moral da Mulher (O JORNAL DAS SENHORAS, 1852⁴).

³ Jornal das Senhoras Tomo I – Domingos, 25 de Janeiro de 1852. p. 25.

⁴ Jornal das Senhoras Tomo I – Domingos, 01 de Janeiro de 1852, p. 5-6.

Posteriormente, outros jornais femininos foram fundados, reivindicando o direito a educação para as mulheres, embora os argumentos girassem em torno de aprimorar os papéis de mães e esposas, caso do jornal “O Domingo”.

Outro importante jornal feminino foi fundado em 1875, com o título: “O Sexo Feminino”, era dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, professora. Fundado em Campanha, Minas Gerais e instalado no Rio de Janeiro. O Sexo Feminino, defendia a atuação das mulheres em várias carreiras na sociedade e sua independência financeira. Posteriormente, em 1889, em razão das discussões da República, passou a ter o título de “O Quinze de novembro do Sexo Feminino”, as publicações eram quinzenais e versavam sobre a emancipação moral, educacional, física e intelectual da mulher. Já a editora Josefina Azevedo, da nordestina de Pernambuco, Josefina Alvares de Azevedo, fundou e dirigiu, com outras mulheres, o periódico “A Família”. Além dos artigos no jornal, escreveu livros e uma peça teatral intitulada “O Voto Feminino”, uma comédia que reivindicava o direito ao voto para as mulheres (BERNARDES, 2013).

2.2. Aspectos socioculturais

Em 1879, as mulheres conquistaram o direito à educação superior. O Governo Imperial por meio do Decreto n.º 7.247, publicado em 19 de abril de 1879, reformou o ensino primário e superior e a partir desse ano as mulheres puderam frequentar as instituições de ensino superior (MENCK, 2022).

Conforme Vidal (1943), as mulheres que tiveram acesso à educação superior e puderam adquirir uma formação, ingressaram na justiça requerendo seu alistamento eleitoral. Uma delas foi a nordestina, nascida no estado da Bahia, Isabel de Mattos Dillon, que também era editora no Jornal A Família. Em 1885 Dillon ingressou com uma ação judicial requerendo sua inclusão como eleitora pelo Estado do Rio Grande do Sul. O pedido de alistamento eleitoral tinha como base legal o artigo 2.º e X da Lei Saraiva, Decreto n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881, que regulava o processo eleitoral da época. Tal artigo previa que:

Art. 2º e X- E' eleitor todo cidadão brasileiro, nos termos dos arts. 6º, 91 e 92 da Constituição do Imperio, que tiver renda líquida annual não inferior a 200\$ por bens de raiz, industria, commercio ou emprego.” (...) os habilitados com

diplomas científicos ou litterários de qualquer faculdade, academia, escola ou instituto nacional ou estrangeiro, legalmente reconhecidos. (BRASIL, 2022 p. 01)

Izabel Dillon conseguiu o direito do alistamento eleitoral por decisão da segunda instância judicial. Outras mulheres requereram na justiça o direito ao alistamento eleitoral. As ações eram noticiadas nos periódicos femininos, tais como a edição de 23/11/1889 de “A Família”, que fez uma nota sobre cinco mulheres em Goiás (VIDAL, 1943).

Com a Proclamação da República em 1889, cresceu a expectativa das mulheres pelo direito ao voto. A conquista do voto feminino no mundo, eram noticiadas nos periódicos. Sobre o direito ao voto feminino no Brasil, as edições de 07/12/1889 e 21/12/1889 do jornal “A família”, fizeram reivindicações diretas e recheadas de questionamentos, senão vejamos:

O Direito de Voto

Nas sociedades modernas, em que a democracia tem solapado as bases do feudalismo extinto, o direito de voto é a primeira e mais elevada afirmação da supremacia do indivíduo. Salvas as restrições razoáveis da incapacidade legal, outra razão não há que iniba o indivíduo de afirmar o poder soberano de sua vontade, da sua inspiração, da sua consciência. Mas, se em geral assim é em relação aos homens, não o é em relação às mulheres. A nosso respeito às leis são se uma estultice implacável, de uma anomalia injusta e dolorosa. Não temos nem mantemos na sociedade o poder discricionário da consciência, em matéria que não seja, pela condição inferior, no nosso exclusivo domínio. Não temos a amplitude desassomburada das funções exteriores; não nos consentem como seres completos, moralmente faltando; não nos permitem o livre arbítrio em assuntos da competência comuns. Por que? Seremos por ventura na ordem dos fenômenos humanos uns monstros de natureza a não podermos utilizar a supremacia das nossas faculdades morais? (...) Se pelos atributos que, de há tempos, se tem reconhecido na mulher, hoje já podemos adquirir uns tantos foros sociais, exercer determinadas funções na vida exterior, claro está que as nossas aptidões não podem ser delimitadas pelos preconceitos de sexo, principalmente, nos casos com que tenhamos de afirmar a nossa soberania pelo direito do voto. O direito de votar não pode, não deve, não é justo que tenha outra restrição além da emancipação intelectual. (...) Ainda mesmo (o que não admito) que não tenhamos o direito de ser votadas, devemos possuir o de voto, isto é, o de livre e conscienciosa escolha d'aquelles que sejam chamados a reger os destinos da sociedade em que vivemos. (...) O fundamento universal de todos os que opinam contra a nossa emancipação é esse - que a mulher não tem capacidade política. Porque? Perguntamos nós, e a essa pergunta não nos dão resposta cabal. Em geral, os casos de incapacidade política são estes - menoridade, demência, inabilitações, restrição de liberdade por pena cominada, etc. etc. A esses aduzem os legisladores a “diferença de sexo”. Mas em que essa diferença pode constituir razão de incapacidade eleitoral? A mulher educada, instruída, em perfeito uso de suas faculdades mentais, exercendo com critério as suas funções na sociedade, é uma personalidade equilibrada, apta para discernir e competente para escolher entre duas ideias aquela que melhor convém. Não pude, por conseguinte, estar em pé de

igualdade com os dementes, com os menores, com os imbecis. Assim sendo, é absurdo o princípio de sua incapacidade eletiva (AZEVEDO, 1889, p. 1).

A partir de 1890, tanto a nova República quanto o processo de escolha para a Assembleia Nacional Constituinte, responsável por escrever a primeira constituição da República, as discussões sobre o voto feminino se intensificaram e passaram a ser o foco nos jornais e periódicos femininos, *A família e o Sexo Feminino*, que questionavam o direito ao voto feminino de forma direta e contundente (BERNARDES, 2013).

Em 1890 foi elaborado o projeto de Constituição da recém República do Brasil. Muitas foram as críticas em relação à omissão do direito ao voto feminino. Uma das mulheres que opinaram sobre o tema foi Josefina Álvares de Azevedo. Ela fez críticas ao projeto, pontuando que ele não continha nenhum dispositivo que favorecesse a mulher brasileira, senão vejamos:

Mas, se o Projeto de Constituição assim concebido, ataca tão rudemente a nossa melhor esperança, resta-nos apelar para a reunião da Constituinte, em que esse Projeto terá definitiva aprovação. Assim, temos o direito de esperar e supor que na reorganização da pátria brasileira a mulher seja considerada autônoma e igual ao homem. (BERNARDES, 2013, p. 24)

Izabel Dillon lançou candidatura para o Congresso Constituinte. Ela escreveu a Circular de 28 de agosto de 1890 sobre sua candidatura:

Defensora da emancipação da mulher, entendo que um governo democrático não pode privar uma parte da sociedade de seus direitos políticos, uma vez que as mulheres não foram francamente excluídas das urnas eleitorais pela nossa constituição vigente, sendo eu eleitora em pleno gozo dos meus direitos civis e políticos, apresento-me candidata à Constituinte, escolhendo o Estado da Bahia, terra que me deu o berço; conto com a independência e civismo do eleitorado bahiano para quem faço um apelo. Conto, apesar de todos os obstáculos, que me serão opostos por verdadeiros preconceitos, que terei de meus dignos e generosos conterrâneos favorável acolhimento da aspiração de um lugar no seio do futuro Congresso (BERNARDES, 2013, p. 24).

Outra mulher que também lançou candidatura para a Constituinte foi Maria Augusta Meira de Vasconcelos, pernambucana, bacharela em Direito pela UFPE. Mesmo ciente das vedações à sua candidatura, ela aproveitou a oportunidade para denunciar as desigualdades entre homens e mulheres. Sobre sua candidatura ela escreveu: “O povo é quem elege, e o povo, para quem apelo da decisão injusta do governo, é soberano” (BERNARDES, 2013, p. 24).

Ambas as candidaturas não foram aceitas por Cesário Alvim, então Ministro do Interior do Governo Provisório, alegando descumprimento do Decreto 511 de junho de 1890 (COSTA, 1998).

Conforme Costa (1998) durante a Constituinte, alguns deputados apoiadores do movimento feminino para o direito ao voto, argumentaram sobre a inclusão do voto feminino na Constituição. Nesse sentido foram apresentadas 06 emendas durante a constituinte. As emendas visavam incluir expressamente a palavra mulher no rol dos eleitores elencados no art. 70 do projeto em discussão. No entanto, a maioria dos constituintes, todos homens, votou pela não aprovação das emendas apresentadas e o texto final ficou inalterado, sendo a redação do artigo nos seguintes termos:

Art. 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis (BRASIL, 2022, p. 23-24).

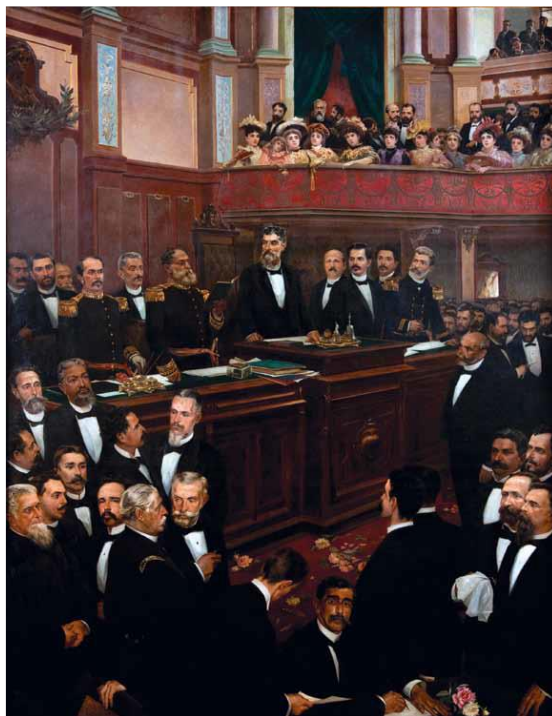
A pintura da Figura 1 foi feita por Aurélio de Figueiredo, representa a visão masculina sobre as mulheres na Assembleia Nacional Constituinte de 1891: expectadoras de um processo constituinte protagonizado exclusivamente por homens.

Após a aprovação do texto constitucional de 1891, e a frustração da não aprovação do voto feminino, a luta pela emancipação das mulheres não foi extinta. Os jornais de circulação nacional, ecoavam as discussões acerca do voto feminino e os movimentos de mulheres passou a ser o movimento sufragista (COELHO; BAPTISTA, 2009).

Apesar da não inclusão expressa do voto feminino na Constituição de 1891, não havia proibição para que a mulher se alistasse. Em 1903 a advogada Myrthes de Campos, requereu seu alistamento eleitoral nas eleições municipais e embora fosse negado, o requerimento foi destacado nos Jornais Correio da Manhã de 18/05/1903, n. 706, p. 1 com o título: Vitoria Certa e no Correio Paulistano de 16/02/1903, n. 14187, p. 2, sob o título Ecos: as mulheres e o voto. Ambas as reportagens fizeram uma contumaz defesa ao direito ao voto feminino, e a segunda ainda fez menção a tese que negou o alistamento eleitoral

segundo a qual a Constituição de 1891 excluiu as mulheres do alistamento eleitoral, bem como fez menção a não aprovação das emendas. A defesa do voto feminino e outros direitos civis foram defendidos pela Dra. Myrthes em congressos jurídicos e artigos científicos (SCHUELER; RIZZINI, 2021).

Figura 1- Assembleia Nacional Constituinte de 1891: compromisso constitucional, óleo sobre tela. Pintor: Aurélio de Figueiredo, 1896



Fonte: Acervo do Museu da República- Rio de Janeiro

Em 1910, a Dra. Myrthes de Campos, requer novamente seu alistamento eleitoral sob a tese de que a Constituição não excluía as mulheres do alistamento. Outras mulheres também ingressaram na justiça, com base nessa interpretação. Nesse mesmo ano, sob a liderança da professora Leolinda Daltro, o primeiro partido político de mulheres foi criado com a sigla Partido Republicano Feminino, embora não houvesse nenhuma mulher eleitora (KARAWEJCZYK, 2015).

Os anos que se seguiram foram de intensa luta institucional e nas ruas, e cada vez mais conquistava a simpatia de homens e mulheres para a luta pelo voto feminino.

Em 1916 foi aprovada a nova lei eleitoral de n.º 3.139, cuja alteração não citava as mulheres no rol dos eleitores. As alterações feitas diziam respeito a exigência de renda dos eleitores. Se contrapondo a ausência das mulheres na nova lei eleitoral, Maurício de

Lacerda, então deputado federal pelo Rio de Janeiro, e muito ligado às lideranças femininas do Partido Republicano Feminino, apresentou em 1917 uma emenda à lei eleitoral requerendo a inclusão das mulheres no rol dos eleitores, senão vejamos:

Entre os eleitores de que tratam os artigos 1º e 2º (lei 3139 de 2 de agosto de 1916, capítulo I) e na conformidade do que dispõem os artigos 70 e 71 da Constituição Federal, estão compreendidas as mulheres maiores de 21 anos que souberem ler e escrever e não incorrerem em nenhum dos casos do artigo 70, ns 1, 2 e 4 da Constituição Federal, os quais serão alistáveis e igualmente elegíveis na forma do disposto na referida (KARAWAJCZYK, 2015, p. 71),

Embora a emenda não fosse aprovada, gerou muita discussão na imprensa e no parlamento e impulsionou a luta sufragista. No mesmo ano, o partido organizou uma marcha no Rio de Janeiro em defesa do voto feminino (COSTA, 1998).

A História da emancipação das mulheres evidencia as múltiplas experiências delas, no passado, e o caráter plural e multifacetado de suas lutas. No final do século XIX e início do XX, as mulheres, feministas ou não, aderiram a diferentes pautas que iam além da reivindicação por direitos femininos, tais como o republicanismo e o abolicionismo.

Uma mulher importante na frente de luta foi a brasileira Bertha Lutz. Formada em biologia pela Universidade de Sorbone na França, retornou ao Brasil em 1918 e pode contribuir bastante com o movimento sufragista, tanto defendendo o direito ao voto feminino na imprensa, quanto organizando a luta institucionalmente. Em 1922, Bertha e várias outras mulheres, fundaram a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), importante instrumento de luta cujo foco de atuação era junto aos parlamentares da Câmara e do Senado Federal (COSTA, 1998).

Almerinda Gama, uma mulher que nasceu em Maceió, no estado de Alagoas, em 18 de maio de 1899, no raiar do século XX. Mulher, negra, nordestina, jornalista, datilógrafa, militante feminista, sindicalista, advogada, poetisa e musicista. Essas são algumas das múltiplas facetas dela que assumiu múltiplas responsabilidades na FBPF. Era Almerinda que convertia a agenda feminista em material jornalístico. Ela fundou e presidiu a Ala Moça do Brasil, uma associação que promovia a educação cívica em bairros suburbanos da então capital federal e uniu-se a outros companheiros de luta no fortalecimento de outros sindicatos de trabalhadores (TENÓRIO, 2020).

Bertha e Almerinda eram mulheres de mundos e de temperamentos distintos. Lutaram no mesmo campo minado, mas com experiências e alcances diversos. Bertha tivera a oportunidade de estudar em ótimas escolas e frequentar uma universidade de

prestígio na Europa. Seu sobrenome era o indicativo de que era uma filha da elite: o Lutz vem de seu pai, o cientista e pioneiro da medicina tropical, Adolfo Lutz. Já Almerinda é uma mulher mestiça, de pele não retinta, que nasceu em Maceió e vivera boa parte da juventude no norte do país. É oriunda de uma família que tinha posição confortável na sociedade alagoana, no entanto, desde adulta trabalha pelo próprio sustento. Bertha é a líder sob os holofotes; Almerinda trabalha diligentemente, quase sempre nos bastidores (MARQUES, 2019; TENÓRIO, 2020).

Ambas são defensoras da igualdade entre homens e mulheres perante a lei. São mulheres que reconhecem que ter uma identidade feminina em seus próprios corpos significa viver nos limites morais e legais que limitam sua existência e que começaram a questionar os papéis e comportamentos considerados naturais para as mulheres.

Maria Lacerda de Moura foi outra mulher que exerceu grande influência no pensamento feminista, social e de esquerda no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Ela nasceu em 1887 em Manhuaçu-MG e, aos quatro anos, mudou-se com seus pais para Barbacena, onde, mais tarde, se formou como normalista e exerceu a docência. No início dos anos de 1920 separou-se do marido e mudou-se para São Paulo, onde iniciou a luta pela emancipação feminina ao lado de Bertha Lutz. No final daquela década, ela se aproximou dos anarquistas e começou a escrever para denunciar o autoritarismo eclesiástico e estatal, a violação dos ideais fascistas, a tendência à militarização do Estado e o recrutamento de homens e mulheres. Inspiração para o movimento antifascista no Brasil (LESSA; MAIA, 2021).

Em 1924, o Senador Juvenal Lamartine, defensor do sufrágio feminino e presença constante nos seminários da F.B.P.F, incluiu no seu plano de campanha ao governo do Rio Grande do Norte, o direito ao voto feminino e em 25 de outubro de 1927, trabalhou pessoalmente aprovação da Lei Estadual n.º 660 que estabeleceu pela primeira vez num estado brasileiro o voto sem distinção de sexos. O artigo foi inserido nas disposições transitórias sob o n.º 77 *in verbis*: “Art. 77. No Rio Grande do Norte, poderão votar e serem votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta Lei” (MENDES, 2016).

Em 25 de novembro de 1927, um mês após a aprovação da Lei 660, a professora Celina Guimarães Vianna, na cidade de Mossoró, foi incluída na lista de eleitoras do Rio Grande do Norte. Outras mulheres se alistaram, a princípio, todas eram ligadas ao

movimento sufragista. Após a vigência da Lei, o estado iniciou uma campanha local para o alistamento de mais mulheres (MENDES, 2016).

Figura 2 - Primeiras eleitoras alistadas no Rio Grande do Norte



Fonte: Acervo arquivo nacional (<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=emancipacao-feminina>)

Com a vigência da nova lei e o direito ao voto feminino no Rio Grande do Norte, tanto Lamartine como a F.B.P.F, trabalharam para noticiar no Brasil e no mundo a nova conquista, e muitas foram as felicitações de países e órgãos de luta pelo voto feminino (MENDES, 2016).

O exercício do voto feminino aconteceu em 05 de abril de 1928, nas eleições municipais e em vários municípios do Rio Grande do Norte, mulheres votaram para os cargos do executivo e legislativo. O município de Apodi registrou o voto de duas mulheres, Maria Salomé Diógenes e Hilda Lopes de Oliveira. O município de Acari registrou um voto feminino, de Martha Medeiros. Em Caicó, uma mulher votou, Júlia Medeiros; O município de Natal registrou o voto de três mulheres, Antônia Fontoura, Carolina Wanderley, Júlia Barbosa e Lourdes Lamartine. Em Mossoró, votaram três mulheres, Celina Guimarães, Beatriz Leite e Eliza da Rocha Gurgel. No município de Pau dos Ferros, votaram quatro mulheres, Carolina Fernandes Negreiros, Clotilde Ramalho, Francisca Dantas e Joana Cacilda Bessa (MENDES, 2016).

Assim, nas eleições municipais de 1929, Alzira Soriano foi eleita prefeita de Lages, sendo, historicamente, a primeira mulher na América Latina a ocupar um cargo eletivo, e Júlia Alves Barbosa em Natal e Joana Cacilda de Bessa em Pau dos Ferros, foram eleitas para o cargo equivalente à vereadora (MENDES, 2016).

Figura 3 - Posse de Alzira Soriano na prefeitura de Lages, junto com seu secretariado



Fonte: <https://www.alziras.org.br/nossainspiracao>

No mesmo ano, 1929, José Augusto Bezerra de Medeiros, foi eleito à Câmara Federal, em substituição ao deputado Lamartine, porém, os 15 votos femininos não foram reconhecidos pela Comissão de Poderes do Senado Federal, que considerou os 15 votos não apuráveis sob a alegação de que o voto feminino não fora outorgado pela Constituição de 1891, senão vejamos:

A Comissão de Poderes do Senado considerou esses votos inapuráveis, alegando que o sufrágio feminino não poderia derivar unicamente do texto constitucional que, não o tendo vedado, tampouco o outorgou. Para tanto, far-se-ia necessária uma lei ou decreto do Poder Judiciário que regulasse essa nova interpretação constitucional (PORTO, 2002, p. 237-238).

Tal decisão gerou grande mobilização da FBPF que passou a propagar no rádio, em palestras e na imprensa escrita, além da pressão olho a olho no parlamento, para que o direito ao voto se estendesse a todas as mulheres do Brasil. A FBPF também ofereceu às mulheres associadas, assessoria jurídica para requerer na justiça o alistamento eleitoral,

bem como, dava conhecimento dos pareceres favoráveis ao alistamento de mulheres em todo o Brasil (COSTA, 1998).

Em 1930, havia 12 associações de mulheres em vários estados da federação, congregadas à FBPF, o que fortaleceu bastante as vozes das mulheres pela cidadania do direito ao voto no Brasil. No mesmo ano, em 03 de novembro, Getúlio Vargas ascende ao poder, assume a chefia do executivo nacional, e na condição de governo provisório revoga a Constituição de 1891 através do Decreto n.º 19.398 de 11 de novembro de 1930. Logo em seguida, em 06 de dezembro, Getúlio publica o decreto n.º 19.459 que instituía comissão e subcomissão legislativa para reforma de várias legislações, entre elas, a reforma eleitoral que estendia o direito ao voto às mulheres (KARAWEJCZYK, 2013).

Muitas mulheres se associaram a FBPF, e deram importante contribuição à luta sufragista, entre elas destacamos a ativista negra, Almerinda Gama, nordestina de Alagoas. Almerinda Gama se associou a FBPF em 1930 e participou ativamente na luta e conquista do direito ao voto em 1932. Ela era uma exímia escritora e suas habilidades lhe colocaram em lugar de destaque na FBPF, tais como assessoria de imprensa e relações-públicas, papéis fundamentais na luta e conquista do voto feminino (GAMA, 1975).

Figura 4 - Almerinda votando na Assembleia Nacional Constituinte de 1932

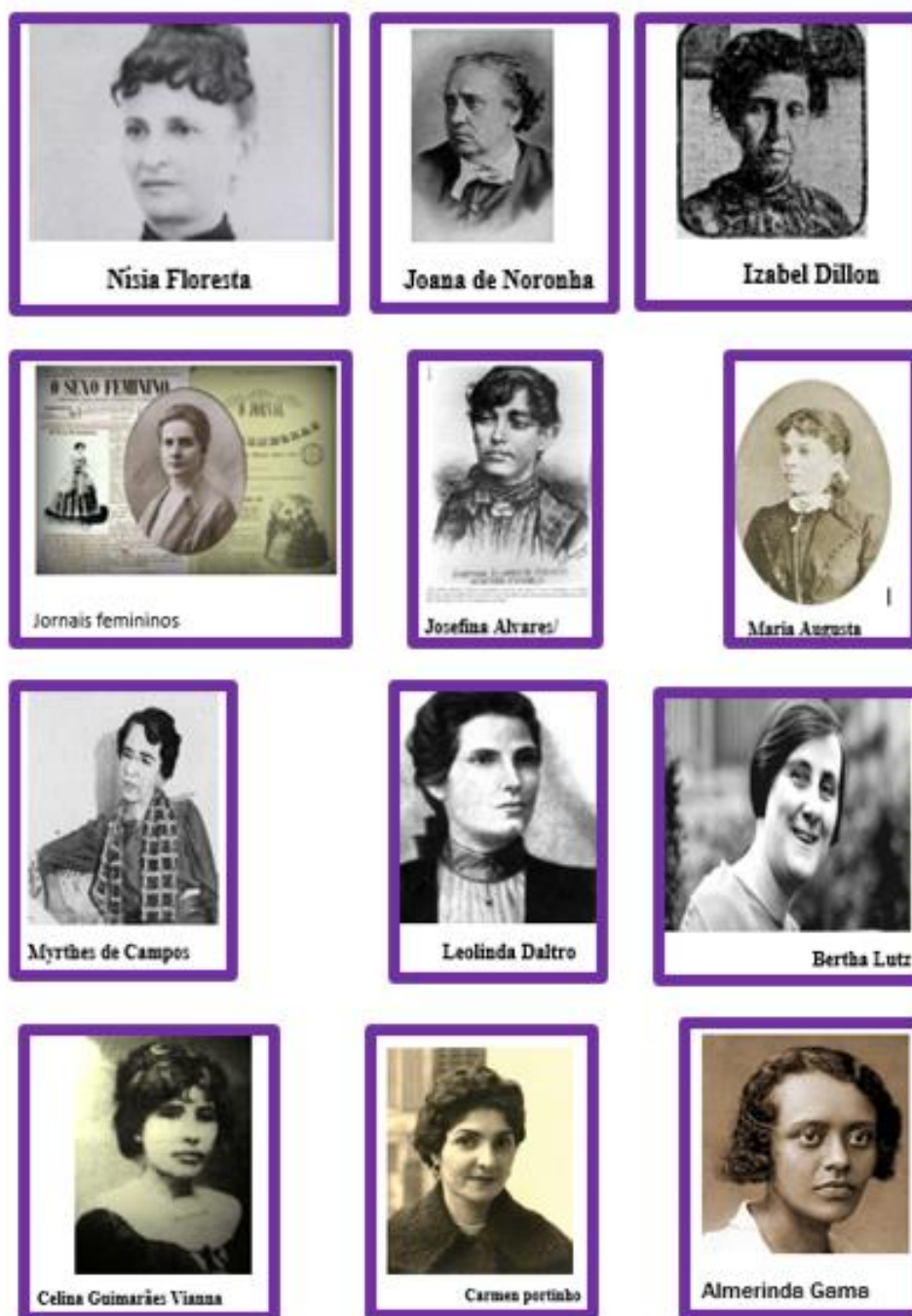


Fonte: CPDOC/FGV

Em 11 de setembro de 1931, o anteprojeto de reforma eleitoral foi publicado no Diário Oficial, no entanto, o projeto continha muitas restrições para o alistamento de

mulheres, entre as restrições estavam à condição de comprovação de renda, o que excluía tanto as mulheres solteiras dependentes financeiramente dos pais quanto às mulheres casadas sem trabalho remunerado.

Figura 5 - Mulheres que lideraram a luta pelo voto feminino no Brasil de 1830 a 1932



Fonte: Google imagens

Figura 6 - Comemoração pela conquista do voto feminino no Brasil



Fonte: Jornal GGN (<https://jornalggn.com.br/historia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932/>)

Conforme Marques (2019) todas as associações de mulheres passaram a realizar protestos, bem como realizaram conferências para discutir o anteprojeto e em seguida, enviavam as deliberações para a subcomissão de reforma eleitoral, que por fim, retiraram do anteprojeto todas as restrições e em 24 de fevereiro de 1932 o código eleitoral foi publicado e a vitória da grande luta de quase 100 anos pelo direito das mulheres votar enfim foi conquistado e materializado através do Decreto n.º 21.076 de 1932 (Brasil, 1932) que instituiu a Justiça Eleitoral e o voto sem distinção de sexo nos seguintes termos:

“Art. 1º Este Código regula em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais.

Art. 2º E' eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código” (BRASIL, 1932, p. 01).

Nas Figuras 5 e 6 observamos mulheres que protagonizaram as lutas pela emancipação feminina, desde o acesso à educação, escritoras e jornalistas que questionaram a ausência de mulheres nos cargos de poder, das que discutiram na justiça sobre o seu direito de ser eleitora, bem como, o registro de mulheres por ocasião da conquista do direito de votar em 1932.

2.3. A conquista do direito ao voto e as primeiras eleições gerais

A conquista do direito ao voto em 1932, certamente foi uma grande vitória de todas as mulheres que antecederam as protagonistas do movimento sufragista e fizeram dessa luta a causa de suas vidas, seu tempo, estudos, escritas, falas, seu suor e sangue. Conquistado o direito ao voto, a partir de então, nasce a luta para a representatividade feminina nos espaços de poder, que se inicia logo em 1932.

O governo provisório houvera (em 1930) anulado, a Constituição de 1981. E em 1932, criou uma comissão para elaboração do anteprojeto que seria discutido em Assembleia Nacional constituinte para uma nova constituição. As mulheres da FBPF, logo reivindicaram seu direito de ter representantes femininas na comissão, que após muita pressão duas mulheres conseguiram fazer parte da comissão, Bertha Lutz e Nathercia Silveira. Em sua fala na comissão do anteprojeto, Bertha Lutz destacou o ineditismo da representatividade feminina na construção da carta constitucional, bem como das recentes conquistas das mulheres nos espaços públicos, senão vejamos:

Por temperamento, sou avessa a discursos, confiando menos na eloquência da palavra fugaz, cujas vibrações são extintas pelo vento, do que na ação construtora que se perpetua nas modificações por ela produzidas no ambiente. Desprovida por natureza de dons oratórios, não ousaria levantar a minha voz singela num cenáculo de oradores tão ilustres, se não considerasse imperdoável o meu silêncio nesta hora em que, pela primeira vez, na história, a mulher é chamada a colaborar na codificação do instituto básico de uma nação. Nem posso tampouco permanecer calada nesta casa que o destino parece ter consagrado no triunfo da causa feminista no Brasil. Nesse recinto foram conquistadas, uma por uma, as vitórias mais significativas da longa jornada emancipadora da metade feminina da população deste país. Aqui foram votadas em primeira discussão, pela Câmara, em primeira e segunda discussão pelo Senado, os projetos que visavam instituir o voto feminino no regime extinto pela Revolução outubrista. Aqui foi celebrado o reconhecimento expresso do sufrágio constitucional da mulher no Rio Grande do Norte, quando aquele Estado se tornou o pioneiro latino-americano de uma reivindicação de justiça. Aqui foi submetido e aceito pela comissão redatora do Código Eleitoral vigente o artigo que estabelece em todo o território da República o princípio da igualdade política dos sexos, tal qual foi votada pelo II Congresso Feminista. Aqui, finalmente, acha-se a mulher presente hoje, no seu novo papel de elaboradora de leis. Eis porque não posso permanecer muda neste momento (BRASIL, 1932, p. 20.758).

Importante ressaltar que diferente da Assembleia Nacional Constituinte de 1890, em que as mulheres foram totalmente excluídas do processo, em 1932 as mulheres puderam se candidatar para a Constituinte. Em muitos estados da federação foram criadas

Ligas Eleitorais visando estimular candidatas femininas, porém os resultados das eleitas foram bem desproporcionais em relação aos homens, senão vejamos:

Foram eleitos (as) 254 constituintes, 214 titulares e 40 representantes classistas. Dos constituintes titulares, 01 mulher foi eleita e diplomada pelo estado de São Paulo, Carlota Pereira Queiroz, com 174.813 votos apurados, candidata pela “Legenda Chapa Única” por São Paulo Unido. Bertha Lutz também se candidatou a uma vaga na constituinte, pela Liga Eleitoral Independente, Partido Autonomista do Distrito Federal, ficou na primeira suplência, empossada em razão da vacância do deputado federal Candido Pessoa (DULTRA, 2018).

A constituição de 1934 espelhou a legislação eleitoral e o voto feminino enfim foi insculpido pela primeira vez no Brasil na Carta magna, sendo o texto promulgado o seguinte: “Art. 108 — São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei” (BRASIL, 2022).

Figura 7 - Carlota Pereira de Queiroz – Uma mulher na Constituinte de 1932



Fonte: Câmara dos Deputados (<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/carlota-queiros.html>)

Observamos na figura 7 uma foto emblemática, da primeira mulher a ocupar um cargo no legislativo federal, Carlota Queiroz, por ocasião da constituinte de 1932, ano em que as mulheres conquistaram o direito de votar e serem votadas.

2.4. Participação das mulheres na câmara dos deputados (1932-2010)

Os anos que se seguiram (1935 a 1986) foram de intensas movimentações políticas no Brasil, porém, o país não conseguiu, de imediato, avançar no aumento da participação das mulheres na Câmara Federal, conforme dados da Tabela 1. Nesse intervalo de tempo, 03 Constituições foram escritas. Em 1937, período histórico Estado Novo, Constituição outorgada (imposta, elaborada sem a Assembleia Nacional Constituinte). Constituição de 1946, promulgada (elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte). Constituição de 1967, ditadura militar, (elaborada pelo executivo e aprovada pelo legislativo) (BRASIL, 2008).

Tabela 1 - Mulheres eleitas para a Câmara Federal de 1933 a 1986

Deputada Federal eleita	Partido	UF	Ano Eleição	Legislatura
Carlota Pereira de Queiroz	CUSPU	SP	1933	36ª (1933-1934)
Nenhuma mulher foi eleita	-	-	1934	37ª (1934-1937)
Nenhuma mulher foi eleita	-	-	1946	38ª (1947- 1951)
Ivette Vargas	PTB	SP	1950	39ª (1951-1955)
Ivette Vargas	PTB	SP	1954	40ª (1955-1959)
Nita Costa	PTB	BA		
Ivette Vargas	MDB	SP	1958	41ª (1959-1963)
Necy Novaes	ARENA	BA		
Ivette Vargas	MDB	SP	1966	43ª (1967-1971)
Júlia Steinbruch	MDB	RJ		
Lígia Doutel	MDB	SC		
Maria Lúcia	MDB	AC		
Necy Novaes	ARENA	BA		
Nysia Carone	MDB	MG		
Necy Novaes	ARENA	BA	1970	44ª (1971-1975)
Ligia Lessa Bastos	ARENA	RJ	1974	45ª (1975-1979)
Cristina Tavares	PMDB	PE	1978	46ª (1979-1983)
Júnia Marise	PMDB	MG		

Lúcia Viveiros	PDS	PA		
Lygia Lessa Bastos	ARENA	RJ		
Bete Mendes	PMDB	SP	1982	47ª (1983-1987)
Cristina Tavares	PMDB	PE		
Irma Passoni	PT	SP		
Ivette Vargas	PTB	SP		
Júnia Marise	PMDB	MG		
Lúcia Viveiros	PDS	PA		
Myrthes Bevilacqua	PMDB	ES		
Rita Furtado	PFL	RO		
Abigail Feitosa	PSB	BA	1986	48ª (1987-1991)
Anna Maria Rattes	PSDB	RJ		
Benedita da Silva	PT	RJ		
Bete mendes	PMDB	SP		
Beth Azize	PDT	AM		
Cristina Tavares	PDT	PE		
Dirce Tutu Quadros	PSDB	SP		
Eunice Michiles	PFL	AM		
Eurides Brito	PFL	DF		
Irma Passoni	PT	SP		
Lídice da Mata	PC do B	BA		
Lúcia Braga	PDT	PB		
Lúcia Vânia	PMDB	GO		
Lurdinha Savignon	PT	ES		
Marcia Cibilis Viana	PDT	RJ		
Márcia Kubitschek	PMDB	DF		
Maria Abadia	PSDB	DF		
Maria Lúcia	PMDB	AC		
Marluce Pinto	PTB	RR		
Moema São Thiago	PSDB	CE		
Myriam Portella	PSDB	PI		
Raquel Cândido	PDT	RO		
Raquel Capiberibe	PSB	AP		

Rita Camata	PMDB	ES
Rita Furtado	PFL	RO
Rose de Freitas	PSDB	ES
Sadie Hauache	PFL	AM
Sandra Cavalcanti	PFL	RJ
Wilma Maia	PDT	RN

Fonte Câmara dos Deputados: (<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>)

Conforme a Tabela 1, após a conquista do direito de votar e ser votada, nas eleições de 1934 e 1946 nenhuma mulher foi eleita para a Câmara Federal. Nas eleições que se seguiram, de 1950 até 1978 (07 eleições), nós tivemos uma média de 3 deputadas eleitas por eleição. E a partir das eleições 1982 e 1986 que essa média aumentou. A média de eleitas nas duas eleições antes da redemocratização foi de 18 deputadas federais por eleição, um aumento significativo e importante para às mulheres, inclusive para a intensa participação feminina na constituinte de 1987.

2.5. O protagonismo das mulheres na constituinte de 1987

Com o final da ditadura civil/militar (1964 a 1985) e início da redemocratização no Brasil, uma nova constituinte foi organizada e as mulheres participaram ativamente dos atos que antecederam. Nas eleições diretas para governador (a), deputado (a) estadual e deputado (a) federal de 1982, em vários estados foram elaboradas plataformas feministas submetidas aos candidatos (as) (SILVA, 2011).

As mulheres, parlamentares e movimento feminista, conjugada pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, a Bancada Feminina do Congresso Nacional e entidades organizadas da sociedade civil, participaram ativamente da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Não obstante, terem enfrentado muitos desafios durante a elaboração e discussão do texto constitucional, tais como o baixo número de parlamentares eleitas, cerca de 26 mulheres no total de 559 constituintes, além de enfrentarem obstáculos físicos para necessidades básicas, a exemplo, a não existência de banheiro feminino no congresso nacional (SILVA, 2011).

Durante as discussões da constituição de 1988 as mulheres diariamente tiveram que fazer enfrentamento com as estruturas de poder que conduziam os trabalhos, cuja

composição era de maioria masculinas, seja do parlamento, seja de autoridades do judiciário. Apesar de todos os desafios enfrentados, essas mulheres conseguiram muitas vitórias para o direito feminino, os direitos humanos, assistência social e saúde. E apesar de numericamente serem poucas, elas conseguiram aprovar 600 emendas, e todas foram incorporadas ao texto constitucional (SALES; VERAS, 2020).

2.5.1. Aspectos Legais

Passados 91 anos desde a conquista do voto feminino em 1932, o número de mulheres ocupantes de cargos na câmara federal ainda era muito baixo. Nesse sentido, na década de 90, a Deputada Marta Suplicy, após participar e coordenar um painel de debates sobre igualdade de gênero, em Bruxelas, a convite da União Europeia, toma conhecimento sobre a efetividade das cotas de gênero nas listas dos partidos políticos e cargos públicos em que são largamente utilizadas na Europa onde esta categoria de política é usada como força propulsora para mudanças das relações de gênero nos centros de poder. Influenciada por tal ideia, a aprovação do projeto de lei n.º 9.100/1995 de autoria da deputada Marta Suplicy foi um marco na luta pela igualdade de gênero das mulheres na política institucional. O projeto de lei estabeleceu um percentual mínimo de 20% de mulheres nas listas partidárias. Posteriormente foi aprovada a lei eleitoral 9.504/1997 aumentando para 30% o percentual mínimo de participação feminina nas listas partidárias (REZENDE; SILVEIRA, 2017).

Embora a lei de cotas de gênero na política preveja, desde 1997, um percentual de no mínimo 30% e no máximo 70% de cada gênero para as listas partidárias, o déficit de representação feminina, tanto em termos nacionais como em termos regionais, para a Câmara Federal persiste, evidenciando que a luta das mulheres por igualdade e paridade de gênero nos espaços de poder e decisão ainda se faz necessária. Todavia, vale ressaltar que as mulheres são a maioria na população (51,03%) e do eleitorado brasileiro (52,54%), e ainda assim são sub representadas no Parlamento brasileiro, não ultrapassando 15% enquanto a representação dos homens é de 85% (SILVA; BARBOSA, 2021).

2.6. Deputadas federais femininas e nordestinas nas eleições de 2018

A ausência de mulheres no legislativo federal tem ocorrido de forma muito acentuada na região Nordeste do Brasil. Quando verificamos os números da representação feminina da bancada do Nordeste em relação aos homens, a ausência de mulheres ocupantes de cargos ao legislativo federal é maior que as demais regiões (GOMES, 2019).

Foram eleitas para a Câmara Federal em 2018 12 deputadas federais pela região nordeste, sendo que, dos 9 estados que compõe a região, 02(Sergipe e Maranhão) não elegeram nenhuma mulher para a Câmara Federal. As eleitas por estado são: (AL) Tereza Nelma, (BA) Alice Portugal, Dayane Pimentel, Lídice da Mata, (CE) Luizianne Lins, (PB) Edna Henrique, (PE)Marília Arraes, (PI) Dra. Marina, Iracema Portella, Margarete Coelho, Rejane Dias, (RN) Natalia Bonavides. Nesse sentido, no capítulo que se segue faremos a apresentação das deputadas e analisaremos aspectos relevantes das biografias e trajetórias das referidas parlamentares.

CAPÍTULO 3. DO NORDESTE AO PARLAMENTO NACIONAL: PERFIL, TRAJETÓRIA E PLATAFORMA DE CAMPANHA DAS NORDESTINAS ELEITAS PARA À CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2018

“ Se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna? ”
(Olympe de Gouges, 1793)

Analisando a história da luta das mulheres para adentrar na política institucional, formalizada em 1932 (Decreto n. ° 21.076), com o direito ao voto feminino, os avanços da participação feminina nas campanhas eleitorais com a lei de cotas (Lei n. ° 9.504/1997), percebemos um cenário de pequenos avanços localizados na participação feminina. Nesse sentido, é possível buscar respostas sobre os fatores que podem ter contribuído para que as 12 deputadas federais fossem eleitas.

O número de mulheres nordestinas que ocupam as bancadas da Câmara Federal é visivelmente inferior aos dos homens (139 homens e 12 mulheres) ⁵, inclusive quando comparamos com os percentuais de outras regiões do país, podendo ter diversas causas relacionadas que por fim demonstram a desigualdade entre gêneros e patriarcalismo ainda existente em nossa sociedade.

As parlamentares analisadas neste capítulo são as 12 deputadas federais nordestinas eleitas para a 56ª legislatura, eleitas nas eleições de 2018, assumindo em 2019 e atuando até fevereiro de 2023. Tal período foi escolhido para traçar um panorama do cenário político e da representação feminina mais atual com um mandato já concluído. Neste capítulo conheceremos melhor as eleitas pelo Nordeste em 2018. Abaixo apresentaremos cada deputada sob 4 perspectivas, 1-biografia, 2-trajetória político-social, 3-pautas políticas da plataforma eleitoral de cada uma delas e 4-analisar as perspectivas 1,2e 3. Ao final deste capítulo, faremos uma análise geral das 12 eleitas.

A descrição das perspectivas para cada uma das eleitas foi realizada por ordem alfabética dos estados da região nordeste, salientando que dos 09 estados 02 (Maranhão e Sergipe) não houve nenhuma mulher eleita em 2018.

Quanto as estratégias de campanha, analisaremos, seguindo uma combinação de métodos já pesquisados, e se os mesmos se aplicam às campanhas das deputadas federais

⁵ Fonte: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2018/veja-como-fica-a-bancada-dos-estados-do-nordeste-na-camara-08102018>

pelo Nordeste em 2018. Nesse sentido descreveremos os seguintes aspectos: experiência política partidária, conhecimento dos aspectos internos do partido, forma de indicação para concorrer ao cargo, financiamento de campanha e quantidade necessária de votos para ser eleita (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO 2016).

Descreveremos ainda aspectos específicos verificados, tais como, mudança de partido, se a candidata conta com apoio de lideranças locais (prefeitos, governadores, candidatos ao senado), bem como, a efetividade de tais apoios materializados em votos para a candidata. Para tanto, faremos um cruzamento de dados nos municípios onde a candidata obteve votação a partir de 1% do total de votos, verificando o partido da liderança local e/ou coligação e se coincide ou não com o partido/ coligação da candidata (BRAGA, VEIGA; MIRÍADE, 2009).

3.1. Perfil das deputadas federais do Nordeste na 56ª legislatura

Na 56ª legislatura, tivemos o total de 151 cadeiras na Câmara dos Deputados representando o Nordeste brasileiro, representando 29% do total. Com a ressalva, analisaremos apenas as 12 mulheres eleitas como deputadas federais.

3.2. Representação de Alagoas

Quando analisamos o histórico de mulheres eleitas para a Câmara Federal em todas as legislaturas pelo estado de Alagoas, verificamos a eleição de mulheres a partir da 50ª legislatura. Nesse sentido, foram eleitas representando o estado de Alagoas as deputadas federais: Ceci Cunha (PSDB-AL, 50ª legislatura), Celia Rocha (PTB-AL, 54ª legislatura), Rosinha da Adefal (Avante- AL, 55ª legislatura).

Em 2018, das 10 vagas para a Câmara Federal, 01 foi ocupada por mulher. A deputada federal Tereza Nelma (PSDB-AL) foi eleita pelo estado de Alagoas com 44.207 votos.

3.2.1. Biografia da Deputada Federal Tereza Nelma

Figura 8 - Deputada Federal Tereza Nelma



Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/204466/biografia>

Nome Civil: Tereza Nelma da Silva Porto Viana Soares;
Nascida em 07/10/1957;
Naturalidade: Maceió, AL;
Filha de Antônio Candido da Silva e Maria Genilda Porto;
Escolaridade: Ensino Superior Completo;
Profissão: Psicóloga;
Estado Civil: Casada com Renato Soares;
Mãe de mãe de Yara Janaína e Tereza Nelma – Teca;
Eleita para o 1º mandato de deputada federal pelo PSDB⁶;
Gastos na campanha eleitoral: R\$801.056,80.

3.2.1.1. Trajetória Político-social

A trajetória político-social de Tereza Nelma é marcada pelo compromisso com causas sociais. Fundou mais de 20 Pestalozzi⁷ e levou para Alagoas recursos para construção de dois hospitais de referência no combate ao câncer. Tereza também foi a primeira parlamentar a investir diretamente nos quilombos, comunidades indígenas e na agricultura familiar no estado.

Tereza foi 04 vezes eleita vereadora por Maceió (eleições, 2004, 2008, 2012 e 2016) e, nesse período, foi a parlamentar que mais protocolou projetos de lei voltados

⁶ Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/204466/biografia>

⁷ Pestalozzi foi o idealizador do denominado Método Intuitivo, segundo o qual deveriam estar norteadas as práticas pedagógicas através das percepções sensoriais, incluindo olhar, tocar, ouvir, comparar e analisar. Por meio da observação e da investigação, estimulam-se os processos cognitivos e a mobilização dos recursos mentais do educando na busca da compreensão do fenômeno observado integralmente. Fonte: <http://anglosolucaoeducacional.com.br/o-metodo-intuitivo-de-pestalozzi-e-a-educacao-centrada-no-aluno/>

para a população LGBTQIAPN+⁸. Atualmente ocupa o posto de Procuradora da Mulher e está concluindo seu primeiro mandato federal como a única representante feminina de Alagoas na Câmara dos Deputados.

3.2.1.2. Pautas políticas da plataforma eleitoral

Defesa das pessoas com deficiência, da saúde da mulher (câncer de mama), do direito dos idosos, das crianças e da comunidade LGBTQIAPN+.

Todas as citações seguintes têm como fonte a página da deputada no Facebook⁸, cujo link pode ser acessado no link disponível no rodapé.

Na sua página do Facebook¹⁰, a candidata postou cards das pautas defendidas, experiências no legislativo, bem como de caminhadas e encontros com apoiadores.

Conforme sua autodefinição política, Tereza Nelma no Facebook⁹ durante a campanha de 2018, ela é uma candidata “ficha limpa”, tem experiência no Legislativo, é autora de mais de 145 Leis municipais, luta pelas mulheres, com uma política de inclusão que faz diferença na sociedade. Ela realizou a seguinte declaração na campanha: “Olhar pelas nossas crianças e adolescentes precisa ser o papel primordial de todos os que atuam dentro e fora da política, ao serem eles o futuro do nosso País.” Em outro post no Facebook¹⁰, Tereza Nelma declara: “o que as pessoas com deficiência precisam é de respeito e oportunidades. É estarem inseridas em nossa sociedade como pessoas capazes. Não acredito numa sociedade sem igualdade para as pessoas.¹⁰” Ao falar sobre a questão negra, Tereza Nelma afirma, em sua página no Facebook¹⁰, “que sua política sempre foi voltada para os mais excluídos e ao longo da sua história o movimento negro sempre teve participação especial.”

3.2.1.2. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral

⁸ A sigla LGBTQIAPN+ abrange uma diversidade de identidades e orientações sexuais presentes na sociedade contemporânea, refletindo um esforço contínuo de promover inclusão e igualdade. A sigla significa: Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

⁹ Fonte: <https://www.facebook.com/TerezaNelmaAL>

O que podemos verificar em relação ao perfil (quem é, o que faz, escolaridade, gastos na campanha), trajetória e a plataforma político-social e eleitoral de Tereza Nelma são os seguintes pontos:

1) Perfil: A partir dos dados coletados, constatamos que, a única mulher eleita deputada federal por Alagoas é uma mulher branca, com idade de 61 anos, casada, com filhos e com escolaridade de nível superior.

2) Trajetória. É possível verificar que Tereza Nelma é uma candidata com 19 anos de experiência política partidária, bem como experiência legislativa em razão do exercício dos 04 mandatos de vereadora por Maceió. Verificamos ainda uma dedicação integral à política institucional a partir de 2005, e que se trata de uma política profissional, (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2016) é conhecedora dos aspectos internos do jogo político tais como a consistência eleitoral (base eleitoral para ter votos e ter condições de ser eleita), boa atuação no partido, tanto pela indicação do nome pela sigla para concorrer ao cargo, quanto na disponibilização de recursos do fundo partidário conforme prestação de contas no TSE¹⁰ (BRAGA, VEIGA; MIRÍADE, 2009). Verifica-se ainda em sua trajetória, uma alternância de partidos nas candidaturas pelas quais Tereza Nelma disputou. Na candidatura para disputa local, cargo de vereadora, ela era filiada ao partido PSB (1999–2011), já na candidatura para disputa do eleitorado de todo o estado, cargo de deputada federal, ela era filiada ao PSDB. (2011–2022). Com relação ao volume de recursos, a candidatura declarou ter gastado com a campanha o valor de R\$ 801.056,80, demonstrando a capacidade econômica de arrecadação de valores, bem como, o uso de recursos do fundo partidário destinados exclusivamente para candidaturas femininas, conforme artigo 6º, § 1º da Resolução 23.568 do TSE¹¹, em atendimento ao artigo 16-C, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 9.504/97.

3) Plataformas político-social e eleitoral na campanha de 2018. É possível verificar que a plataforma político-social da candidata teve como estratégia a vinculação tanto com o público feminino quanto com o público da diversidade sexual, principalmente pelo engajamento da deputada nas causas de assistência social e saúde pública feminina, e, a partir de 2005, agregou a defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ em Alagoas. Verificamos ainda que, houve um rearranjo político/partidário para a

¹⁰ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

¹¹ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

candidatura de deputada federal Tereza Nelma, visto que a deputada mudou de partido para a disputa do cargo no legislativo federal, era do PSB e filiou-se ao PSDB, que para as eleições de 2018 em Alagoas compôs coligação com os partidos PTC, PP, PSB, PSC, PROS, PRB, DEM.

A deputada apresentou um perfil político à esquerda, conforme a classificação de Silva, 2018. Com relação ao resultado da eleição, os quais são também o resultado das estratégias, coligação e plataforma eleitoral, verificamos que a maior concentração de votos para a deputada foi no município de Maceió, em que a deputada obteve 29.966 votos, representando 67,79% do número total de votos que a deputada obteve. Vale ressaltar que Maceió foi o município onde a deputada exerceu os 04 mandatos de vereadora e a liderança local (prefeito) era do PSDB.

Embora a candidata tenha obtido votos em todos os 102 municípios do estado, houve uma concentração maior de votos (1% votos totais) nos municípios onde as lideranças locais (prefeitos) ou foram eleitos pelo PSDB ou em coligação com o PSDB e/ou os demais partidos da coligação da candidatura, vejamos: Arapiraca 1.657 votos, (3,75%), prefeito do partido PSDB, Rio Largo, 1,320(2,99%) prefeito do partido PP, Boca da Mata 849 votos (1,92%), prefeito do PMDB eleito em coligação com o PSDB, Maribondo 771 votos(1,74%) prefeito do PRB eleito em coligação com o PSDB, Joaquim Gomes 768 votos(1,74%) prefeito do PSB eleito em coligação com o PSDB, Paripueira 583 votos(1,32%) prefeito do PSDB, e Campo Alegre 565 votos(1,28%) prefeita do PSDB, União dos Palmares 445 votos (1,01%) prefeito do PMDB eleito por partidos da coligação da candidatura da deputada, e São Luís do Quitunde 443 votos(1,00%) prefeita do PMDB eleita por partidos da coligação da candidatura da deputada.

Não identificamos a atuação ou apoio de movimentos sociais feministas, bem como movimento sindical à candidatura da deputada.

3.3. Representação da Bahia

Quando analisamos o histórico de mulheres eleitas para a Câmara Federal em todas as legislaturas pelo estado da Bahia, verificamos a eleição de mulheres a partir da 40ª legislatura. Nesse sentido, em legislaturas pretéritas, foram eleitas representando o estado da Bahia as deputadas federais: Nita Costa (PTB-BA, 40ª Legislatura), Nely Novaes (ARENA, PTB-BA) 44ª, 43ª, 42ª legislaturas, Abigail Feitosa (PSB-BA, 48ª

legislatura), Simara Ellery (PMDB-BA, 50ª legislatura), Zelinda Novaes (PFL-BA — 52ª legislatura), Tonha Magalhães (PR-BA-53ª legislatura), Jusmari Oliveira (PR-BA-53ª legislatura), Moema Gramacho (PT-BA — 55ª legislatura), Lídice da Mata (PSB-BA — 53ª, 48ª legislaturas), Alice Portugal (PCdoB-BA — 55ª, 54ª, 53ª, 52ª legislaturas).

Em 2018, das 39 vagas para a Câmara Federal, 03 foram ocupadas por mulheres, sendo elas: Alice Portugal (PC do B) eleita com 126.595 votos, Prof. Dayane Pimentel (PSL) eleita com 136.742 votos, e Lídice da Mata (PSB) eleita com 104.348 votos.

3.3.1. Biografia da Deputada Federal Alice Portugal

Figura 9 - Deputada Federal Alice Portugal



Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/74057/biografia>

Nome Civil: Alice Mazzuco Portugal;

Nascida em 16/05/1959;

Naturalidade: Salvador BA;

Filha de Adalício Portugal e Inês Mazzuco;

Escolaridade: Ensino Superior Completo;

Profissão: Farmacêutica bioquímica;

Estado Civil: divorciada;

Mãe de Amine Portugal;

Eleita para o 4º mandato de deputada federal pelo Pcdob;

Gastos na campanha eleitoral: R\$ 1.661.480,08.

3.3.1.1. Trajetória Político Social

Sua trajetória política institucional iniciou-se na década de 70, quando integrou a direção do Diretório Central dos Estudantes da UFBA e atuou na reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Alice atuou ainda no movimento sindical, participando da Unidade Sindical, movimento que rearticulou o sindicalismo na Bahia e ainda fez parte da direção da Central Única dos Trabalhadores-CUT, sendo a primeira mulher a ocupar o espaço na executiva nacional da entidade. Ainda no movimento sindical, presidiu por 03 mandatos o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFBA (ASSUFBA), e atuou como membro da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil (FASUBRA).

Alice Mazzuco Portugal exerceu por duas vezes o cargo de deputada estadual pela Bahia (1995–1999 e 1999–2003). Atualmente está no exercício do quarto mandato de deputada federal pelo partido PCdoB, se autodescreve como uma “ativista que combate com coragem injustiças sociais, a corrupção e o autoritarismo”. Sua atuação na Câmara dos Deputados, onde dos 513 parlamentares, apenas 54 são mulheres, Alice se destaca pelos posicionamentos firmes em defesa da mulher, da democracia.

Na Câmara Federal foi autora de vários projetos de lei aprovados. Coordenou a Bancada Feminina da Câmara dos Deputados e sua atuação foi decisiva para a aprovação da reforma eleitoral que acerca da obrigatoriedade da cota de 30% de mulheres nas listas dos partidos, antes figurativa, e aprovou novas exigências legais para o estímulo à participação feminina política¹².

3.3.1.2 Pautas políticas da plataforma eleitoral

Defesa do direito das mulheres, da juventude, dos trabalhadores, aposentados, do serviço público.

Conforme postagens da sua página no Facebook¹³, nos meses de agosto e setembro de 2018, a campanha de Alice Portugal mostrou o apoio às pautas defendidas, se autointitulou feminista e antirracista, apresentou resultados de projetos de leis votados pela Deputada, bem como, fotos de encontros com a classe trabalhadora, sindicatos, representantes de 44 bairros de Salvador e 30 municípios. A candidata participou ainda de marchas e carreatas pela cidade de Salvador. A candidata postou vídeos de apoiadores, vereadores de Salvador e municípios, candidato na chapa do senado federal e fez caminhadas pelo interior do estado com o candidato ao Governo da Bahia, Rui Costa.

¹² Fonte: <https://www.aliceportugal.org.br>

¹³ Fonte: <https://www.facebook.com/deputadaaliceportugal>

3.3.1.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral

O que podemos verificar em relação ao perfil (quem é, o que faz, escolaridade, gastos na campanha), trajetória e a plataforma político-social e eleitoral de Alice Portugal são os seguintes pontos:

1) Perfil: A partir dos dados coletados, constatamos que, faz parte do grupo de 03 mulheres eleitas ao cargo de deputada federal pela Bahia. É uma mulher branca, com idade de 59 anos, divorciada 01 filha, e escolaridade de nível superior.

2) Trajetória: É possível verificar que Alice Portugal é uma candidata com 33 anos de experiência política partidária, bem como, na atuação legislativa em razão do exercício dos 02 mandatos de deputada estadual e 04 mandatos de deputada federal, todos pela Bahia. Verificamos ainda que Alice Portugal têm dedicação integral à política partidária a partir de 1995, e que se trata de uma política profissional, (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2016) é conhecedora dos aspectos internos do jogo político tais como a consistência eleitoral (base eleitoral para ter votos e ter condições de ser eleita), boa atuação no partido, tanto pela indicação do nome pela sigla para concorrer ao cargo, quanto na disponibilização de recursos do fundo partidário conforme prestação de contas no TSE¹⁴ (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009).

Verifica-se ainda em sua trajetória político-partidária a permanência no mesmo partido de identificação ideológica de esquerda. Com relação ao volume de recursos, a candidatura declarou ter gastado com a campanha o valor de R\$ 1.661.480,08, demonstrando a capacidade econômica de arrecadação de valores, bem como, o uso de recursos do fundo partidário destinados exclusivamente para candidaturas femininas, conforme artigo 6º, § 1º da Resolução 23.568 do TSE¹⁵, em atendimento ao artigo 16-C, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 9.504/97.

3) Plataformas político-social e eleitoral na campanha de 2018. É possível verificar que a plataforma político-social da candidata está vinculada a luta do movimento sindical, com o público feminino. Verificamos ainda que o partido da candidata, PCdoB, para as eleições de 2018 na Bahia compôs coligação com PT, PP, PSB, PSD, PR, PODE.

¹⁴ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

¹⁵ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

A candidatura teve a estratégia política de estar vinculada a candidaturas que foram vitoriosas ao Senado (Jaques Wagner, PT) e ao Governo do Estado (Rui Costa, PT), caracterizando a capacidade política de fazer alianças políticas. A deputada apresentou um perfil político de centro-esquerda (SILVA,2018).

Na campanha política, Alice Portugal se autointitulou feminista e antirracista, defensora da classe trabalhadora e sindical, agregando assim o apoio tanto de movimentos sociais, feministas e antirracistas, bem como movimento sindical à candidatura da deputada. Com relação ao resultado da eleição, o qual é também o resultado das estratégias, coligação e plataforma eleitoral (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2016), verificamos que a maior concentração de votos para a deputada foi no município de Salvador, em que a deputada obteve 40.278 votos, representando 31,82% do número total de votos que a deputada obteve. Vale ressaltar que Salvador, além de ser o maior colégio eleitoral da Bahia, é o município onde está sediada a Assembleia Legislativa da Bahia, onde a deputada exerceu os 04 mandatos no legislativo estadual, além de ser a sede dos movimentos sindicais que a deputada liderou durante sua trajetória política/social.

A candidata obteve votos em 409 dos 417 municípios do estado, no entanto, houve uma concentração maior de votos (1% dos votos totais da candidata) em 16 municípios Itabuna 3.789 votos (2,99%), Poções 2.827 votos (2,23%), Caetanos 2.807 votos(2,22%), Vitória da Conquista 2.588 votos(2,04%), Lauro de Freitas 2.350 votos (1,86%), Feira de Santana 2.280 votos (1,80%), Ilhéus 2.069 votos (63%), Jequié 1.769 votos (1,40%), Gandu 1.744 votos (1,38%), Laje 1.738 votos(1,37%), Santo Antônio de Jesus 1.621 votos (1,28%), Jaguaquara 1.515 votos(1,20%), Vera Cruz 1.366 votos(1,08%), Valença 1.355 votos (1,07%) e Porto Seguro 1.349 votos (1,07%).

Nos municípios de Itabuna, Jequié, Poções, Vitória da Conquista, Feira de Santana e Valença, verificamos que as candidaturas vitoriosas, ao Senado (Jaques Wagner) e ao Governo do Estado (Rui Costa) são do PT, partido da coligação da deputada e que possivelmente teve influência na eleição da candidata. E verificamos ainda a influência das lideranças locais (prefeitos) do, PCdoB, PT, PP, PSD, PSB, partidos da coligação da deputada, e que possivelmente teve impacto positivo para a eleição da deputada nos municípios de. Caetanos — Prefeito eleito pelo PCdoB, Lauro de Freitas — Prefeito eleito pelo PT, Ilhéus — Prefeito eleito pelo do PSD, Gandu, Prefeito eleito pelo PP, Laje, Prefeito eleito pelo PSB, Santo Antônio de Jesus, Prefeito eleito pelo PSD, Jaguaquara,

Prefeito eleito pelo PP, Vera Cruz Prefeito eleito por coligação com o PP, Porto Seguro
Prefeita eleita pelo PSD.¹⁶

3.3.2. Biografia da Deputada Federal Prof. Dayane Pimentel

Figura 10 - Deputada Dayane Pimentel



Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/204565/biografia>

Nome Civil: Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel;

Nascida em 30/01/1986;

Naturalidade: Feira de Santana- BA;

Filha de José Francisco dos Santos Neto e Bernadete Mariene Carneiro Santos;

Escolaridade: Ensino Superior Completo;

Profissão: Professora de ensino superior;

Estado Civil: Casada com Alberto Pimentel;

Cônjuge: Alberto Pimentel;

Mãe do Nicolas Pimentel;

Eleita para o 1º mandato de deputada federal pelo PSL;

Gastos com a campanha: R\$405.833,00.

3.3.2.1. Trajetória político social

A professora Dayane Pimentel iniciou sua carreira política com os protestos de rua em 2014. Ela defendeu a Lava Jato. Como palestrante, Dayane se descreve defensora das “agendas conservadoras, da economia brasileira e das agendas sociais¹⁷”.

¹⁶ Fonte: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-bahia>

¹⁷ Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/204565/biografia>

É membro do Partido União Brasil. Em 2018, foi eleita deputada da Federação da Bahia, com 136.742 votos, ficando em 4.º lugar no ranking geral da votação por defesa do combate à corrupção, direitos da família e políticas públicas voltadas à melhoria da vida das pessoas.

Conhecida como professora Dayane Pimentel, trabalhou em escolas da rede pública e privada de ensino em Feira de Santana-BA.

3.3.2.2. Pautas políticas da plataforma eleitoral

Defesa da educação militar, livre comércio entre os estados, saúde pública; redução da maioridade penal.

A candidata fez postagens no Facebook¹⁸ de apoios ao então candidato à presidência da república, Jair Bolsonaro, apresentou 61 propostas para o seu mandato¹⁷, realizou adesivações pela cidade de Salvador, reunião com empreendedores, participou da marcha para Jesus. Elaborou postagens de visita aos municípios de Teixeira de Freitas, Feira de Santana.

Conforme suas postagens de campanha no Facebook,¹⁷ Dayane sempre deu glória a Deus por tudo o que estava acontecendo em sua vida. Reconhecendo que foi através de seus vídeos e publicações nas redes sociais que ela conseguiu chegar até o seu eleitorado, os quais são pessoas “conservadoras por natureza e não aguentam mais um país dominado pela esquerda”.

Em sua campanha, Dayane defendeu a militarização das escolas e declarou: “Não só em termos de aprovação, mas o ensino cívico é muito bem empregado. O respeito ao próximo e o resultado positivo são exigidos nas escolas militares. Tudo isso fazem das escolas militares as mais bem avaliadas na rede pública de ensino”¹⁹.

Em seu slogan de campanha, Dayane sempre enfatizou que “o Brasil quer resgatar a segurança, emprego, levantar a família, valores cristãos e o patriotismo que se perdeu durante esse tempo que a esquerda esteve no poder”²⁰.

¹⁸ Fonte: <https://www.facebook.com/professoradayanepimentel>

¹⁹ Fonte: <https://jornalgrandebahia.com.br/2018/05/eleicoes-2018-professora-dayane-pimentel-diz-que-solucao-e-militarizar-escolas-ao-anunciar-vinda-de-jair-bolsonaro-a-bahia/>

²⁰ Fonte: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/conheca-dayane-deputada-mais-votada-da-bahia-que-quase-foi-vice-de-bolsonaro/>

3.3.2.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral

O que podemos verificar em relação ao perfil (quem é, o que faz, escolaridade, gastos na campanha), trajetória e a plataforma político-social e eleitoral da professora Dayane Pimentel são os seguintes pontos:

1) Perfil: A partir dos dados coletados, constatamos que, faz parte do grupo de 03 mulheres eleitas ao cargo de deputada federal pela Bahia. É uma mulher branca, com idade de 32 anos, casada, 01 filho, e escolaridade de nível superior.

2) Trajetória. É possível verificar que Dayane é uma candidata estreante na política institucional, visto que sua trajetória nos mostra que ela possui 01 ano de filiação partidária e sua militância político-social começou em 2014. Portanto, trata-se de uma candidata sem experiência legislativa anterior à sua candidatura ao cargo de deputada federal. Verificamos ainda que Dayane divide a atuação política partidária com sua atuação como professora, e que se trata de uma política ocasional, conforme autodeclaração da profissão de professora, no requerimento de candidatura junto à Justiça Eleitoral (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2016).

Verifica-se ainda em sua trajetória político-partidária a identificação ideológica à direita, conforme a classificação de Silva, 2018. Com relação ao volume de recursos, a candidatura declarou ter gastado com a campanha o valor de R\$405.833,00, e conforme a prestação de contas, tais valores são originados do fundo partidário e o fundo especial, destinado exclusivamente para candidaturas femininas, conforme artigo 6º, § 1º da Resolução 23.568 do TSE²¹, em atendimento ao artigo 16-C, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 9.504/97.

3) Plataformas político-social e eleitoral na campanha de 2018. É possível verificar que a plataforma político-social da candidata está vinculada a agendas cuja defesa tem como base apoio da comunidade evangélica e apoiadores do então candidato que venceu as eleições presidenciais em 2018, conforme postagens de campanha no Facebook²². A deputada apresentou um perfil político de direita (SILVA, 2018).

Não verificamos apoio de movimentos sociais feministas, bem como, movimento sindical à candidatura da deputada.

²¹ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

²² Fonte: <https://www.facebook.com/professoradayanepimentel>

Com relação ao resultado da eleição, o qual é também o resultado das estratégias, coligação e plataforma eleitoral, verificamos que a maior concentração de votos para a deputada foi no município de Salvador, em que a deputada obteve 28.607 votos, representando 20,92% do número total de votos que a deputada obteve. Verificamos ainda que o partido da candidata, PSL, para as eleições de 2018 na Bahia compôs coligação com PHS, PPS, PRTB.

A candidatura teve a estratégia política de estar vinculada a candidatura que foi vitoriosa à Presidência da República (Bolsonaro PSL), ficou em 2º lugar em números totais de votos no estado da Bahia. Vale ressaltar que Salvador, além de ser o maior colégio eleitoral da Bahia, é o município onde Dayane tem sua maior atuação político/social, como professora e palestrante.

A candidata obteve votos em todos os 417 municípios do estado. No entanto, houve uma concentração maior de votos (1% dos votos totais da candidata) em 16 municípios: Feira de Santana 15.928 votos (11,65%), Itabuna 3.994 votos (2,92%), Teixeira de Freitas 3.584 votos (2,62%), Porto Seguro 3.427 votos (2,51%), Juazeiro 3.421 votos (2,50%), Camaçari 3.127 votos (2,29%), Paulo Afonso 2.941 votos (2,15%), Eunápolis 2.786 votos (2,04%), Lauro de Freitas 2.572 votos (1,88%), Vitória da Conquista 2.515 votos (1,84%), Itamaraju 2.120 votos (1,55%), Luís Eduardo Magalhães 2.010 votos(1,47%), Ilhéus 1.751 votos (1,28%), Barreiras 1.604 votos (1,17%), Alagoinhas 1.538 votos (1,12%), Santo Antônio de Jesus 1.508 votos(1,10%) Jequié 1.389 votos (1,02%). Em todos esses municípios o candidato à presidência da república, vinculado a candidatura da deputada federal, ficou em 2º lugar em número totais de votos e possivelmente tal vinculação impactou positivamente na eleição da deputada.²³

3.3.3. Biografia da Deputada Federal Lídice da Mata

Figura 11 - Deputada Federal Lídice da Mata

²³ Fonte: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-bahia>



Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/139285/biografia>

Nome Civil: Lídice da Mata e Souza;

Nascida em: 12/03/1956;

Naturalidade: Cachoeira, BA;

Filha de Aurélio Pereira de Souza e Margarida Maria da Mata e Souza;

Escolaridade: Ensino Superior Completo;

Profissão: Economista;

Estado Civil: divorciada;

Mãe de Bruno da Mata;

Eleita para o 3º mandato de deputada federal pelo PSB;

Gastos na campanha: R\$ 1.707.069,42.

3.3.3.1. Trajetória Político-social

Lídice iniciou sua atuação política no movimento estudantil, quando cursava economia na Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. Em 1980 foi eleita a primeira presidente mulher do Diretório Central dos Estudantes da UFBA. Participou ativamente das lutas populares pela anistia e contra a ditadura e na campanha das diretas já.²⁴

Em 1982 foi eleita vereadora em Salvador, no ano de 1982, e foi líder das bancadas do PMDB e do PCdoB na Câmara Municipal. Em 1986, elegeu-se, pela primeira vez, deputada federal, e contribuiu com os debates da Assembleia Nacional Constituinte.

Primeira e única mulher a exercer o cargo de chefe do executivo da Prefeitura de Salvador em 1992. Dois anos após deixar a Prefeitura de Salvador, foi a candidata a deputada estadual e eleita como mais votada na Capital, em 2002 foi reeleita, com a

²⁴ Fonte: <http://lidice.com.br/>

terceira colocação em número de votos. Na Assembleia Legislativa, exerceu por duas vezes o cargo de líder da bancada de oposição (2000 e 2005)²⁵.

Em 2006, Lídice retornou ao Congresso Nacional como ao cargo de deputada federal pela Bahia, obtendo 188.927 votos. Na Câmara, atuou como presidente da Comissão de Turismo e Desporto, apresentando e votando projetos para a fomentação do turismo no estado e no Brasil, a exemplo da Lei Geral do Turismo (LGT).

Em 2010, integrando a chapa majoritária do governador Jaques Wagner, foi eleita a primeira Senadora da Bahia, com 3.385.300 votos²⁶. Lídice, atualmente preside o PSB da Bahia.

Na defesa de temáticas voltadas às mulheres, Lídice foi autora e relatora de diversos projetos para garantir e ampliar os direitos das mulheres e combater a violência de gênero, entre eles o que aumenta a pena para o crime de feminicídio e estupro coletivo. Uma lei aprovada em 2016, que aumenta as penas para o crime de tráfico de seres humanos, foi resultado da CPI do Senado que investigou o tráfico nacional e internacional de pessoas e que teve relatoria da então senadora Lídice da Mata. A legislação mais recente de autoria da deputada Lídice da Mata é a Lei Mariana Ferrer (Lei n.º 14.245, de 22 de novembro de 2021), que modifica o Código Penal para impedir o constrangimento de vítimas e testemunhas durante julgamentos de crimes contra a dignidade sexual²⁷.

3.3.3.2. Pautas políticas da plataforma eleitoral

Defesa do ensino público, do aumento das mulheres na política institucional (cotas), das populações minorizadas.

Conforme postagens da página da candidata no Facebook,²⁸ nos meses de agosto e setembro de 2018, a campanha de Lídice da Mata buscou mostrar o apoio às pautas defendidas, elencou 40 motivos para votar em Lídice, em cards individuais, ressaltou a defesa de projetos de leis votados pela Deputada na Câmara Federal. Fez vídeos e fotos de encontros com apoiadores, vereadores, candidatos a deputado estadual, sindicato da

²⁵ Fonte: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-bahia>

²⁶ Fonte: <http://lidice.com.br/>

²⁷ Fonte: <http://www.psb40bahia.com.br/9919-2/>

²⁸ Fonte: <https://www.facebook.com/LidicedaMata>

construção pesada. A candidata participou ainda de caminhadas, panfletagens pela cidade de Salvador e região metropolitana, a candidata fez postagens da campanha em vários municípios da Bahia.

De acordo com a sua campanha eleitoral,²⁹ Lídice lembrou que é necessário fortalecer a participação feminina na política e, principalmente, no Congresso Nacional. A então senadora lamentou o número de mulheres candidatas ter diminuído e declarou que: “os parlamentares veem com muita expectativa, mas na hora de garantir que as mulheres ocupem esse espaço e tenham a possibilidade de ter recursos financeiros para sua campanha, há sempre uma grande reação. Muitas vezes silenciosa, porque há constrangimento de tomar uma posição contra a mulher”.

3.3.3.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral

O que podemos verificar em relação ao perfil (quem é, o que faz, escolaridade, gastos na campanha), trajetória e a plataforma político-social e eleitoral de Lídice da Mata são os seguintes pontos:

1) Perfil: A partir dos dados coletados, constatamos que, faz parte do grupo de 03 mulheres eleitas ao cargo de deputada federal pela Bahia. É uma mulher parda, com idade de 62 anos, divorciada, 01 filho, e escolaridade de nível superior.

2) Trajetória. É possível verificar que Lídice é uma candidata com 36 anos de experiência política partidária, bem como, na atuação legislativa em razão do exercício de 01 mandato de vereadora, 02 mandatos de deputada estadual, 03 mandatos de deputada federal, deputada constituinte e um mandato de senadora, todos pela Bahia. Além da experiência de chefe do poder executivo do governo de Salvador/BA por 01 mandato.

Verificamos ainda que Lídice da Mata têm dedicação integral à política partidária a partir de 1982, e que se trata de uma política profissional, conforme autodeclaração no requerimento de candidatura junto a justiça eleitoral, (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2016). É conhecedora dos aspectos internos do jogo político nas esferas, executiva, legislativa, tais como a consistência eleitoral (base eleitoral para ter votos e ter condições de ser eleita), boa atuação nos partidos, tanto pela indicação do

²⁹ Fonte: <https://ibdfam.org.br/noticias/na-midia/16936>

nome pela sigla para concorrer ao cargo, quanto na disponibilização de recursos do fundo partidário conforme prestação de contas no TSE³⁰ (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009).

Verifica-se ainda em sua trajetória político-partidária uma alternância de partidos, passou por 04 partidos, PMDB (1982–1986), PCdoB (1986–1992), PSDB (1992–1997) e PSB (1997-presente). Neste último partido, Lídice é a presidente da sigla na Bahia. Com relação ao volume de recursos, a candidatura declarou ter gastado com a campanha o valor de R\$ 1.707.069,42, demonstrando capacidade econômica de arrecadação de valores, bem como, o uso de recursos do fundo partidário destinados exclusivamente para candidaturas femininas, conforme artigo 6º, § 1º da Resolução 23.568 do TSE³¹, em atendimento ao artigo 16-C, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 9.504/97.

3) Plataformas político-social e eleitoral na campanha de 2018. É possível verificar que a plataforma político-social da candidata está vinculada a luta do movimento sindical, com o público feminino, além de estar vinculada a candidaturas ao Senado e ao Governo do Estado, caracterizando a capacidade política de fazer alianças políticas. A candidata apresentou um perfil político de esquerda (SILVA, 2018). Na campanha política, Lídice da Mata se autointitulou feminista e de esquerda, defensora da educação pública, agregando assim o apoio tanto de movimentos sociais, feministas, movimento sindical da educação e movimentos comunitários de bairros à candidatura da deputada. Verificamos ainda que o partido da candidata, PSB, para as eleições de 2018 na Bahia compôs coligação com PT, PP, PCdoB, PSD, PR, PODE.

A candidatura teve a estratégia política de estar vinculada a candidaturas que foram vitoriosas ao Senado (Jaques Wagner, PT) e ao Governo do Estado (Rui Costa-PT), caracterizando a capacidade política de fazer alianças políticas. Com relação ao resultado da eleição, sendo também o resultado das estratégias, coligação e plataforma eleitoral, verificamos que a maior concentração de votos para a deputada foi no município de Salvador, em que a deputada obteve Salvador 46.006, representando 44,09% do número total de votos que a deputada obteve. Vale ressaltar que Salvador, além de ser o maior colégio eleitoral da Bahia, é o município onde Lídice foi vereadora e prefeita.

A candidata obteve votos em 404 dos 417 municípios do estado, no entanto, houve uma concentração maior de votos (1% dos votos totais da candidata) em 13 municípios,

³⁰ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

³¹ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

senão vejamos: Crisópolis 3.490 votos (3,34%), Rafael Jambeiro 3.342 votos(3,20%), Andaraí 3.134 votos (3,00%), Esplanada 2.343 votos (2,25%), Casa Nova 2.209 votos (2,12%), Lauro de Freitas 2.067 votos (1,98%), Feira de Santana 2.054 votos (1,97%), Itapitanga 1.823 votos (1,75%) Ubaitaba 1.756 votos (1,68%), Abaíra 1.465 votos (1,40%), Itabuna 1.124 votos (1,08%), São Francisco do Conde 1.108 votos (1,06%) e Cachoeira 1.070 votos (1,03%).

Nos municípios de Abaíra, Cachoeira, Itabuna, Feira de Santana e Rafael Jambeiro, verificamos que as candidaturas vitoriosas, ao Senado (Jaques Wagner) e/ou ao Governo do Estado (Rui Costa) são do PT, partido da coligação da deputada e que possivelmente teve influência na eleição da candidata. E verificamos ainda a influência das lideranças locais (prefeitos) do PT, PP, PSB, PSD, partidos da coligação da deputada, e que possivelmente teve impacto positivo para a eleição da deputada nos municípios de Crisópolis — Prefeito eleito por coligação com o PP, Andaraí — Prefeito eleito pelo PSD, Esplanada — Prefeito eleito por coligação com o PP, Casa Nova — Prefeito eleito pelo PSB, Lauro de Freitas-Prefeita eleita pelo PT, Itapitanga — Prefeito eleito pelo PSB, Ubaitaba-Prefeita eleita pelo PSB e São Francisco do Conde-Prefeito eleito pelo PP.³²

3.4. Representação do Ceará

Quando analisamos o histórico de mulheres eleitas para a Câmara Federal em todas as legislaturas pelo estado do Ceará, verificamos a eleição de mulheres a partir da 48ª legislatura. Nesse sentido, em legislaturas pretéritas, foram eleitas representando o estado do Ceará as deputadas federais: Luizianne Lins (PT-CE — 55ª legislatura), Gorete Pereira (PL-CE — 55ª, 54ª, 53ª, 52ª legislaturas), Maria Luiza (PSTU-CE — 49ª legislatura), Moema São Thiago (PSDB-CE — 48ª legislatura).

Em 2018, das 22 vagas para a Câmara Federal, 01 foi ocupada por mulher, sendo ela: Luizianne Lins (PT) eleita com 173.777 votos.

3.4.1 Biografia Deputada Federal Luizianne Lins

Figura 12 - Deputada Federal Luizianne Lins

³² Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/ceara.htm>



Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/178866/biografia>

Nome Civil: Luizianne de Oliveira Lins;

Nascida em 18/11/1968;

Naturalidade: Fortaleza CE;

Filha de José Sérgio Austregésilo Lins e Luiza Maria de Oliveira Lins;

Escolaridade: Ensino Superior Completo;

Profissão: Jornalista e professora de ensino superior;

Estado Civil: solteira;

Mãe do Tiê Lins Novais;

Eleita para o 2º mandato de deputada federal pelo PT;

Gastos com a campanha: R\$1.006.394,85.

3.4.1.1. Trajetória Político-social

Iniciou sua carreira política no movimento estudantil da Universidade Federal do Ceará (UFC). Presidiu o Centro Acadêmico de Comunicação Social da UFC (1989–1990) e o Diretório Central dos Estudantes da UFC (1991–1992). Em 1993, foi diretora da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores em 1989, onde ocupou os cargos de secretária estadual de Juventude (1992–1994), secretária estadual de Mulheres (1995–1997), presidente do PT Fortaleza (1999–2001) e presidente do Diretório Estadual (2010–2013).

Foi eleita vereadora de Fortaleza (1996–2002) e deputada estadual (2002–2004) e prefeita de Fortaleza por duas gestões (2005–2012). É professora concursada do curso de jornalismo da UFC desde 1995, atualmente licenciada.

Ocupa o cargo de Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), eleita para a legislatura 2015/2019. Desde 2015, exerce a relatoria da Comissão de Combate à Violência contra a Mulher do Congresso Nacional.

Na Câmara, criou a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Políticas Públicas de Juventude e é membro das comissões de Desenvolvimento Urbano, Turismo, Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Comissão de Turismo e Comissão de Cultura.³³

3.4.1.2. Plataforma político eleitoral

Pautas: Defesa da mulher, da juventude, dos indígenas, da população LGBTQIAP+, da pessoa com deficiência.³⁴

Conforme postagens da página da candidata no Facebook, nos meses de agosto e setembro de 2018, a campanha de Luizianne Lins visou mostrar o apoio às pautas defendidas por ela. Fez vídeos e fotos de encontros com apoiadores, vereadores, candidatos a deputado estadual. A candidata participou ainda de encontros e reuniões com apoiadores da cultura, fez caminhadas, panfletagens por vários bairros da cidade de Fortaleza. Fez plenária e assumiu compromissos com mulheres, população LGBTQIAP+ e pessoas com deficiência. Fez menção a aplicação de emendas parlamentar nos municípios de São Gonçalo do Amarante, Tejuçuoca, Limoeiro do Norte, Tianguá. Fez caminhada com o candidato a vice e depois a presidência Fernando Haddad pelo centro de Fortaleza.

3.4.1.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral

O que podemos verificar em relação ao perfil (quem é, o que faz, escolaridade, gastos na campanha), trajetória e a plataforma político-social e eleitoral de Luizianne Lins são os seguintes pontos:

1) Perfil: A partir dos dados coletados, constatamos que Luizianne foi a única mulher ao cargo de deputada federal pelo Ceará. É uma mulher branca, com idade de 50 anos, solteira, 01 filho, e escolaridade de nível superior.

³³ Fonte: <https://pt.org.br/luizianne-lins/>

³⁴ Fonte: <https://www.facebook.com/luiziannelinsPT>

2) Trajetória. É possível verificar que Luizianne e é uma candidata com 29 anos de experiência política partidária, bem como, possui experiência na atuação no legislativo municipal, estadual e federal em razão do exercício de 01 mandato de vereadora pelo município de Fortaleza–CE, 01 mandato de deputada estadual, 01 mandato de deputada federal, ambos pelo Ceará. Luizianne possui ainda experiência de chefe do poder executivo do governo de Fortaleza–CE por 02 mandatos. Verificamos ainda que Luizianne tem dedicação integral à política partidária a partir de 1992, e que se trata de uma política profissional, conforme autodeclaração no requerimento de candidatura junto à justiça eleitoral, (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2016).

É conhecedora dos aspectos internos do jogo político nas esferas, executiva, legislativa, bem como, têm experiência na conquista e manutenção da consistência eleitoral (base eleitoral para ter votos e ter condições de ser eleita), possui boa atuação no partido, haja vista que o PT é um partido com disputas internas para os cargos eletivos, isso fica evidente, tanto pela indicação do nome pela sigla para concorrer ao cargo, quanto na disponibilização de recursos do fundo partidário conforme prestação de contas no TSE³⁵ (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009).

Verifica-se ainda em sua trajetória político-partidária uma permanência no mesmo partido. Com relação ao volume de recursos, a candidatura declarou ter gastado com a campanha o valor de R\$1.006.394,85, demonstrando a capacidade econômica de arrecadação de valores, bem como, o uso de recursos do fundo partidário destinados exclusivamente para candidaturas femininas, conforme artigo 6º, § 1º da Resolução 23.568 do TSE³⁶, em atendimento ao artigo 16-C, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 9.504/97.

3) Plataformas político-social e eleitoral na campanha de 2018. É possível verificar que a plataforma político-social da candidata está vinculada a luta do movimento estudantil, com o público feminino e a população LGBQIAP+ além de estar vinculada a candidaturas ao Governo do Estado (Camilo Santana — PT), caracterizando a capacidade política de fazer alianças políticas. A candidata apresentou um perfil político de esquerda (SILVA,2018).

Na campanha política, Luizianne se autointitulou feminista e de esquerda, defensora da mulher, da juventude, dos indígenas, da população LGBQIAP+, da pessoa

³⁵ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

³⁶ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

com deficiência, agregando assim o apoio bem diverso, tanto de movimentos sociais, feministas, movimentos comunitários de bairros, de trabalhadores e população minorizada, à candidatura da deputada. Verificamos ainda que o partido da candidata, PT, para as eleições de 2018 no Ceará compôs coligação com PCdoB, PP, PV, PR, PMN.

Com relação ao resultado da eleição, sendo também o resultado das estratégias, coligação e plataforma eleitoral, verificamos que a maior concentração de votos para a deputada foi no município de Fortaleza–CE e em 02 municípios da região metropolitana. Em Fortaleza a deputada obteve 111.257 votos, (64%), e na região metropolitana, Caucaia 11.043 votos (6%) e Maracanaú 5.260 votos (3%) representando 73% do número total de votos que a deputada obteve. Vale ressaltar que Fortaleza, além de ser o maior colégio eleitoral do Ceará, é o município onde Luizianne foi vereadora e prefeita, demonstrando assim a força do nome da candidata junto ao eleitorado.

A candidata obteve votos em todos os 184 municípios do estado, no entanto, houve uma concentração maior de votos (1% dos votos totais da candidata) em 15 municípios, senão vejamos: Pacatuba 1.982 votos (1%), Crato 1.632 votos (1%) Eusébio 1.598 votos (1%), Horizonte 1.525 (1%), Juazeiro do Norte 409 votos(1%), Itapipoca 1.281 votos (1%), Aquiraz 1.269 votos (1%), Limoeiro do Norte 1.229 votos (1%), Itaitinga 1.151 votos (1%), Maranguape 1.091 votos (1%), Cascavel 1.035 votos (1%), Icapuí 1.029 votos (1%), Canindé 971 votos (1%), Pacajus 917 votos (1%), Sobral 893 votos (1%).³⁷

3.5. Representação da Paraíba

Quando analisamos o histórico de mulheres eleitas para a Câmara Federal em todas as legislaturas pelo estado da Paraíba, verificamos a eleição de mulheres a partir da 48ª legislatura. Nesse sentido, em legislaturas pretéritas, foram eleitas representando o estado da Paraíba as deputadas federais: Nilda Gondim (PMDB-PB — 54ª legislatura), Lúcia Braga (PMDB-PB — 52ª, 49ª, 48ª legislaturas).

Em 2018, das 12 vagas para a Câmara Federal, apenas 01 foi ocupada por mulher, sendo ela: Edna Henrique (PSDB) eleita com 69.935 votos³⁸.

³⁷ Fonte: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-ceara>

³⁸ Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/paraiba.htm>

3.5.1. Biografia da Deputada Federal Edna Henrique- PSDB

Figura 13 - Deputada Federal Edna Henrique



Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/204421/biografia>

Nome Civil: Ednace Alves Silvestre Henrique;

Nascida em 04/09/1958;

Naturalidade: Xique-Xique BA;

Filha de José Silvestre Neto e Deusalinia Alves Silvestre;

Escolaridade: Ensino Superior Completo;

Profissão: Servidora Pública Estadual (PB);

Estado Civil: casada;

Cônjuge: João Henrique

Mãe de Michel, Micheila, Zé Silvestre e Micheline;

Eleita para o 1º mandato de deputada federal pelo PSDB;

Gastos na campanha: R\$823.808,49.

3.5.1.1. Trajetória Político-social

Fundadora e sócia benemérita do Clube de Mães de Monteiro (PB). Iniciou sua carreira na política institucional em 2008 onde exerceu o cargo de prefeita do município de Monteiro por dois mandatos, eleita em 2008 e reeleita em 2012 pelo PSDB.

Foi eleita em 2018 para o cargo de Deputada Federal. Na Câmara, fez a relatoria do projeto que institui, em âmbito nacional, o “agosto lilás” como mês de conscientização e da proteção da mulher vítima de violência doméstica.³⁹

3.5.1.1. Plataforma político eleitoral

Pautas: defesa de políticas públicas para crianças com deficiência; defesa dos direitos da mulher, geração de emprego e renda.⁴⁰

Conforme postagens na página da candidata no Facebook, nos meses de agosto e setembro de 2018, a campanha de Edna Henrique mostrou o apoio às pautas defendidas. Fez vídeos e fotos de encontros com apoiadores, vereadores, prefeitos, candidatos a deputado estadual, governo do estado, senado e trabalhadores da indústria. A candidata ressaltou bastante seu trabalho na gestão da prefeitura de Monteiro, citou obras inauguradas, projetos implementados e demais resultados positivos da sua gestão. Participou ainda de caminhadas e panfletagens acompanhada de lideranças políticas por vários municípios.

Durante a campanha eleitoral ela fez postagens no Facebook falando sobre a instituição NAPSE que visará atender à necessidade das famílias e principalmente das crianças. Enaltecendo que foi na sua gestão em Monteiro que as crianças com microcefalia e deficiência auditiva, visual e física foram inseridas na comunidade escolar. Edna ressaltou que: “ver o sorriso dos nossos pequenos e ver a realização nos olhos dos pais foi para mim uma sensação indescritível”. Edna ainda falou sobre as obras realizadas na cidade de Monteiro e no incentivo da geração de empregos e rendas no município: “é assim que nós fazemos política, atendendo a necessidade das pessoas, dialogando e mostrando que o dinheiro do povo dá sim para o povo.”⁴¹

3.5.1.2. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral

O que podemos verificar em relação ao perfil (quem é, o que faz, escolaridade, gastos na campanha), trajetória e a plataforma político-social e eleitoral de Edna Henrique são os seguintes pontos:

1) Perfil: A partir dos dados coletados, constatamos que, a única mulher eleita deputada federal pela Paraíba é uma mulher branca, com idade de 60 anos, casada, com filhos e com escolaridade de nível superior.

⁴⁰ Fonte: <https://www.facebook.com/ednahenriqueoficial>

⁴¹ Fonte: <https://www.facebook.com/ednahenriqueoficial>

2) Trajetória. É possível verificar que Edna é uma candidata com 15 anos de experiência política partidária, não possui experiência legislativa anterior à candidatura ao cargo de deputada federal. Edna possui experiência de chefe do poder executivo do governo de Monteiro/PB por 02 mandatos. Verificamos ainda uma dedicação integral à política institucional a partir de 2008, e que se trata de uma política profissional, conforme autodeclaração no registro de candidatura junto à justiça eleitoral (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2016).

É conhecedora dos aspectos internos do jogo político, tais como a consistência eleitoral (base eleitoral para ter votos e ter condições de ser eleita), boa atuação no partido, tanto pela indicação do nome pela sigla para concorrer ao cargo, quanto na disponibilização de recursos do fundo partidário conforme prestação de contas no TSE⁴², (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009).

Verifica-se ainda em sua trajetória, a permanência no partido PSDB nas candidaturas pelas quais Edna disputou. Com relação ao volume de recursos, a candidatura declarou ter gastado com a campanha o valor de R\$ 823.808,49, demonstrando a capacidade econômica de arrecadação de valores, bem como, o uso de recursos do fundo partidário destinados exclusivamente para candidaturas femininas, conforme artigo 6º, § 1º da Resolução 23.568 do TSE⁴³, em atendimento ao artigo 16-C, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 9.504/97.

3) Plataformas político-social e eleitoral na campanha de 2018. É possível verificar que a plataforma político-social da candidata está vinculada com o público feminino, tanto pela defesa dos direitos da mulher quanto ao direito das crianças com deficiência, além de se vincular aos trabalhadores e empresários por defender a geração de emprego e renda. A deputada apresentou um perfil político de direita, conforme classificação de Silva, 2018.

Não identificamos a atuação ou apoio de movimentos sociais feministas, bem como movimento sindical à candidatura da deputada. Verificamos que o partido da candidata, PSDB, para as eleições de 2018 no Ceará compôs coligação com PV, PSD, PSC, SOLIDARIEDADE.

⁴² TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

⁴³ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

Com relação ao resultado da eleição, sendo também o resultado das estratégias, coligação e plataforma eleitoral, verificamos que a maior concentração de votos para a deputada foi nos municípios de João Pessoa, 12.247 votos (18%), Monteiro 7.961 votos (11%) e em Campina Grande 5.680 votos (8%), juntos representando 37% do número total de votos que a deputada obteve. Vale ressaltar que João Pessoa, além de ser o maior colégio eleitoral da Paraíba, é o município onde o prefeito, liderança local, foi eleito com coligação ao PSDB, e Monteiro, segundo maior votação da deputada, foi o município onde a candidata foi prefeita, demonstrando assim a força do nome da candidata junto ao eleitorado, e Campina Grande, terceiro maior resultado da campanha, o prefeito, liderança local, é do PSDB.

A candidata obteve votos em 216 dos 223 municípios do estado, no entanto, houve uma concentração maior de votos (2%) em 12 municípios cuja influência das lideranças locais (prefeitos) do PSDB, PV, PSD, SD, PSC, partidos da coligação da deputada, e que possivelmente teve impacto positivo para a eleição da deputada nos municípios, senão vejamos: Cabedelo 2.310 votos (3%) Prefeito eleito por coligação com o PSDB, Juripiranga 2.060(3%) Prefeito eleito por coligação com o PV, Santa Rita 1.527 votos (2%) — Prefeito eleito pelo PSDB, Brejo dos Santos 1.350 votos(2%) — Prefeito eleito pelo PSDB, Sousa 1.289 votos (2%) — Prefeito eleito por coligação com o PSD e SD, Rio Tinto 1.274 votos (2%) — Prefeito eleito por coligação com o PV e SD, Ingá 1.235 votos (2%) — Prefeito eleito pelo PSD, Manaíra 1.196 votos (2%) — Prefeito eleito por coligação com o PSC, Sapé 1.114 votos (2%), Guarabira 1.092 votos (2%), prefeito eleito pelo PSDB.

Verificamos ainda que o PSDB concretizou coligação para candidatura eleita para o Senado (Daniela Ribeiro do PP), e que possivelmente a candidatura ao senado contribuiu positivamente para conquista de votos da deputada federal Edna Henrique.⁴⁴

3.6. Representação de Pernambuco

Quando analisamos o histórico de mulheres eleitas para a Câmara Federal em todas as legislaturas pelo estado do Pernambuco, verificamos a eleição de mulheres a partir da 46ª legislatura. Nesse sentido, em legislaturas pretéritas, foram eleitas

⁴⁴ Fonte: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-paraiba>

representando o estado do Pernambuco as deputadas federais: Creuza Pereira (PSB-PE — 55ª legislatura), Luciana Santos (PCdoB-PE — 55ª, 54ª legislaturas), Ana Arraes (PSB-PE — 54ª, 53ª legislaturas), Cristina Tavares (PDT-PE — 48ª, 47ª, 46ª legislaturas).

Em 2018, das 25 vagas para a Câmara Federal, 01 foi ocupada por mulher. A deputada federal Marília Arraes (PT) — foi eleita com 193.108 votos. Hoje ela é filiada ao Solidariedade (PE).

3.6.1. Biografia da Deputada Federal Marília Arraes

Figura 14 - Deputada Federal Marília Arraes



Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/204428/biografia>

Nome Civil: Marília Valença Rocha Arraes de Alencar;

Nascida em 12/04/1984;

Naturalidade: Recife PE;

Filha de Marcos Arraes de Alencar e Sônia Valença Rocha Arraes de Alencar;

Escolaridade: Ensino Superior Completo;

Profissão: Advogada;

Estado Civil: divorciada;

Mãe da Maria Isabel;

Eleita para o 1º mandato de deputada federal pelo PT;

Gastos com a campanha: R\$1.283.597,95.

3.6.1.1. Trajetória Político-social

Marília Arraes nasceu e cresceu em um ambiente familiar de intensa atividade política, ela é do ex-governador Miguel Arraes. Seu engajamento político institucional iniciou-se no movimento estudantil da UFPE, debatendo gênero e a pluralidade de

direitos. Aos 24 anos, foi eleita vereadora do Recife com 9.533 votos pelo PSB, sendo a parlamentar mais nova na 15.^a legislatura.

Na câmara dos vereadores do Recife, biênio 2009/2010, foi eleita e atuou presidente da Comissão de Políticas Públicas da Juventude. Em 2011, tornou-se a primeira mulher a presidir a Comissão de Legislação e Justiça. Em 2012, reelegeu-se vereadora com 8.841 votos. Nessa nova legislatura, assumiu a Secretaria Municipal de Juventude e Qualificação Profissional. Em fevereiro de 2016, oficializou sua desfiliação do PSB e filiou-se ao PT, sendo eleita para o 3.^o mandato como uma das maiores votações da legislatura, 11.872 votos.

Em 2018 Marília Arraes se candidata ao cargo de deputada federal pelo PT e foi a segunda candidata mais bem votada em seu estado em 2018, ela obteve 193.108 votos⁴⁵.

3.6.1.2. Pautas políticas da plataforma eleitoral⁴⁶

Pautas: Se coloca como a nova liderança de Pernambuco; defendeu uma maior representatividade das mulheres no parlamento, defende o direito e conquista sociais dos trabalhadores, defesa da educação, saúde e segurança pública.⁴⁷

Conforme postagens na página da candidata no Facebook, nos meses de agosto e setembro de 2018, a campanha de Marília Arraes teve em vista mostrar o apoio às pautas defendidas e principalmente apresentar a candidatura como uma nova liderança em Pernambuco. Fez vídeos e fotos de encontros com apoiadores, vereadores, candidatos a deputado estadual, estudantes. Fez várias postagens de vídeos de grandes personalidades nacionais do PT em apoio a sua candidatura, Dilma Rousseff, Benedita da Silva, Wadih Damous. A candidata participou ainda de caminhadas, panfletagem pela cidade do Recife e região metropolitana. Fez campanha, acompanhada de lideranças locais, vereadores, prefeitos e deputados estaduais nos municípios de Barreiros, Camaragibe, Caruaru, Catende, Gameleira, Itaíba, Olinda, Lagoa do Ouro, Palmares, Pesqueira, Quixaba, Ribeirão, Rio Formoso, Saloá, Sirinhaém, além de participar de entrevistas nas rádios dos municípios visitados.

⁴⁵ Fonte: <https://pt.org.br/marilia-arraes>

⁴⁶ Fonte: <https://www.facebook.com/arraes>

⁴⁷ Fonte: <https://www.facebook.com/arraes>

3.6.1.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral

O que podemos verificar em relação ao perfil (quem é, o que faz, escolaridade, gastos na campanha), trajetória e a plataforma político-social e eleitoral de Marília Arraes são os seguintes pontos:

1) Perfil: A partir dos dados coletados, constatamos que Marília foi a única mulher ao cargo de deputada federal pelo Pernambuco. É uma mulher branca, com idade de 34 anos, divorciada, 01 filha, e escolaridade de nível superior.

2) Trajetória. É possível verificar que Marília é uma candidata com 13 anos de experiência política partidária, bem como, possui experiência na atuação no legislativo municipal, em razão do exercício de 03 mandatos de vereadora pelo município do Recife/PE. Verificamos ainda que Marília tem dedicação integral à política partidária a partir de 2005, e que se trata de uma política profissional, conforme autodeclaração no requerimento de candidatura junto à justiça eleitoral, (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2016) é conhecedora dos aspectos internos do jogo político bem como, têm experiência na conquista e manutenção da consistência eleitoral (base eleitoral para ter votos e ter condições de ser eleita), possui boa atuação no partido, haja vista que o PT é um partido com disputas internas para os cargos eletivos, isso fica evidente, tanto pela indicação do nome pela sigla para concorrer ao cargo, quanto na disponibilização de recursos do fundo partidário conforme prestação de contas no TSE⁴⁸, (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009).

Verifica-se ainda em sua trajetória político-partidária uma alternância de partidos, PSB (2005–2016), PT (2016–2022), demonstrando possíveis divergências entre as posições da candidata e as determinações, acordos políticos dos partidos, tais como coligações nacionais e indicação de candidaturas aos cargos eletivos. Com relação ao volume de recursos, a candidatura declarou ter gastado com a campanha o valor de R\$1.283.597,95, demonstrando a capacidade econômica de arrecadação de valores, bem como, o uso de recursos do fundo partidário destinados exclusivamente para candidaturas femininas, conforme artigo 6º, § 1º da Resolução 23.568 do TSE⁴⁹, em atendimento ao artigo 16-C, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 9.504/97.

⁴⁸ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

⁴⁹ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

3) Plataformas político-social e eleitoral na campanha de 2018. É possível verificar que a plataforma político-social da candidata está vinculada a luta do movimento estudantil, com a representação feminina, educação e saúde pública, com o direito e conquistas sociais dos trabalhadores e trabalhadoras. Além de se colocar como nova liderança no estado, em oposição ao grupo político do PSB no governo estadual e municipal do Recife. A candidata apresentou um perfil político de esquerda (SILVA,2018).

A candidata mudou de partido, PSB, e se filiou ao PT para a disputa do cargo de deputada federal. Nesse sentido, ela obteve o apoio tanto do PT nacional quanto do local para a candidatura ao cargo de deputada federal, agregando assim o apoio da forte militância do partido no estado. Não identificamos apoio explícito, tanto de movimentos sociais, feministas, movimentos sindicais, à candidatura da deputada.

Verificamos ainda que o partido da candidata, PT, para as eleições de 2018 no Pernambuco, não compôs coligação com outros partidos. Com relação ao resultado da eleição, sendo também o resultado das estratégias, os desafios do partido não ter composto coligação, além de ter rompido com o principal partido aliado PSB, do governo do estado e governo do Recife, e a plataforma eleitoral, que possivelmente teve um foco maior na região metropolitana. Nesse sentido, verificamos que a maior concentração de votos para a deputada foi em 09 municípios dos 14 que compõem a região metropolitana do Recife, demonstrando assim que houve uma estratégia da campanha em conquistar o máximo de votos nessa região, senão vejamos: Recife 54.193 votos (28%), Olinda 12.102 votos (6%), Jaboatão dos Guararapes 11.132 votos (6%), Paulista 7.184 votos (4%), Cabo de Santo Agostinho 4.130 votos (2%), Abreu e Lima 2.740 votos (1%), Ipojuca 1.799 votos (1%), São Lourenço da Mata 1.777 votos(1%), Igarassu 1.599 votos (1%), que no somatório total de votos obtidos representa o percentual de 50% dos votos.

Vale ressaltar que o Recife, além de ser o maior colégio eleitoral do Pernambuco, é o município onde a candidata foi vereadora, demonstrando assim a força do nome da candidata junto ao eleitorado. A candidata obteve votos em todos os 184 municípios do estado, no entanto, observamos que houve uma concentração maior de votos (1% ou maior que) em 05 municípios cuja influência das lideranças locais (prefeitos) são do PT, ou eleitos por coligação com o mesmo, e em outros 05 municípios, o candidato ao Senado (Humberto Costa) é do PT, tais constatações possivelmente tiveram impacto positivo para a eleição da deputada nos municípios, senão vejamos: Serra Talhada 11.303 votos (6%)

— Prefeito eleito pelo PT, Ouricuri 3.666 votos (2%) — Prefeito eleito por coligação com o PT, Camaragibe 3.624 votos (2%) — Prefeito eleito por coligação com o PT, Garanhuns 2.721 votos (1%,) — Prefeito eleito por coligação com o PT, Santa Maria da Boa Vista 2.235 votos (1%) — Prefeito eleito por coligação com o PT.

Petrolina 4.425 (2%). Senador eleito (Humberto Costa) e mais votado no município é do PT. Salgueiro 2.363 votos (1%) — Senador eleito (Humberto Costa) e mais votado no município é do PT, Gravatá 2.237 votos (1%) — Senador eleito (Humberto Costa) e mais votado no município é do PT, Surubim 2.046 votos (1%) — Senador eleito (Humberto Costa) e mais votado no município é do PT, Pesqueira 1.942 votos (1%) Senador eleito (Humberto Costa) e mais votado no município é do PT⁵⁰.

3.7. Representação do Piauí

Quando analisamos o histórico de mulheres eleitas para a Câmara Federal em todas as legislaturas pelo estado do Piauí, verificamos a eleição de mulheres a partir da 48ª legislatura. Nesse sentido, em legislaturas pretéritas, foram eleitas representando o estado do Piauí as deputadas federais: Iracema Portella (PP-PI — 55ª, 54ª legislaturas), Rejane Dias (PT-PI — 55ª legislatura), Francisca Trindade (PT-PI — 52ª legislatura), Myriam Portella (PSDB-PI — 48ª legislatura).

Em 2018, das 10 vagas para a Câmara Federal, 04 foram ocupadas por mulheres. São elas as Deputadas Federais: Dra. Marina (PTC), eleita com 70.828 votos, Iracema Portella (PP), eleita com 96.277 votos; Margarete Coelho (PP), eleita com 76.338 votos e Rejane Dias (PT), eleita com 138.800 votos.

3.7.1. Biografia da Deputada Federal Dra. Marina Santos (PTC)

Figura 15 - Deputada Federal Dra. Marina Santos

⁵⁰ Fonte: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-pernambuco>.



Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/204432/biografia>

Nome Civil: Marina Santos Batista Dias;

Nascida em 13/09/1980;

Naturalidade: Picos PI;

Filha de Isaac Batista de Carvalho e Maria Carleusa dos Santos Batista de Carvalho;

Escolaridade: Ensino Superior Completo;

Profissão: Médica;

Estado Civil: Casada;

Cônjuge: Marcos Vinícius Cunha Dias;

Mãe de Marcos Filho e Maria Eduarda;

Eleita para o 1º mandato de deputada federal pelo PTC;

Gastos com a campanha: R\$578.096,70.

3.7.1.1. Trajetória político social

Dra. Marina Santos nasceu em uma família de políticos, o pai, Isaac Batista de Carvalho, foi prefeito de Santo Antônio de Lisboa pela extinta UDN e deputado estadual, e a mãe, Maria Carleusa dos Santos Batista de Carvalho, exerceu o cargo de prefeita de Francisco Santos. O marido, Marcos Vinícius Cunha Dias, foi prefeito de Novo Oriente do Piauí. Dra. Marina foi secretária municipal de Saúde da cidade de Novo Oriente, no Piauí.

Em 2018, a Dra. Marina Santos foi eleita deputada federal, pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC), mas acabou migrando para o Solidariedade logo depois, por conta da chamada “cláusula de barreira”.

Na Câmara, Marina Santos integra a Secretaria da Mulher e é membro das comissões permanente de Seguridade Social e Família e de Defesa dos Direitos das

Pessoas com Deficiência. Também faz parte da Comissão Especial de Improbidade Administrativa.

Nas Eleições 2018, foi eleita deputada federal com 70.828 votos⁵¹.

3.7.1.2. Plataforma político eleitoral

Principais bandeiras: renovação da bancada federal do Piauí, defesa do SUS, farmácia popular e equipamentos de custeio para UBS e hospitais, defesa da representatividade feminina na câmara federal.

Conforme postagens na página da candidata no Facebook, nos meses de agosto e setembro de 2018, a campanha da Dra. Marina mostrou o apoio às pautas defendidas, focando na renovação política, mais mulheres na política e principalmente no fato de ser médica e conhecer a área de saúde no sentido de se comprometer com políticas públicas nessa área. Fez vídeos e fotos de encontros com apoiadores, vereadores dos municípios visitados, do candidato ao Senado Federal, Dr. Marcos. A candidata visitou eleitores nas feiras livres, participou de caminhadas, panfletagens por bairros da cidade de Teresina e região metropolitana e participou de entrevista no programa Conversa Franca em Teresina. A candidata efetuou postagens da campanha nos municípios do Piauí, tais como, Esperantina, Floriano, Francisco Santos, Joaquim Pires, Inhumas, Palmeirais, Picos.

3.7.1.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral

O que podemos verificar em relação ao perfil (quem é, o que faz, escolaridade, gastos na campanha), trajetória e a plataforma político-social e eleitoral de Dra. Marina são os seguintes pontos:

1) Perfil: A partir dos dados coletados, constatamos que, a única mulher eleita deputada federal pela Paraíba é uma mulher branca, com idade de 38 anos, casada, 02 filhos e com escolaridade de nível superior.

2) Trajetória. É possível verificar que Marina é uma candidata com 07 anos de experiência política partidária, não possui experiência legislativa anterior à candidatura ao cargo de deputada federal. Verificamos ainda que a candidata divide a atuação política

⁵¹ Fonte: https://republicanos10.org.br/quem_e_quem/marina-santos/

com a profissão de médica, e que se trata de uma política ocasional, conforme autodeclaração no registro de candidatura junto à justiça eleitoral (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2016).

Marina vem de uma família de tradição política, pai, mãe e cônjuge, portanto é conhecedora dos aspectos internos do jogo político tais como a consistência eleitoral (base eleitoral para ter votos e ter condições de ser eleita). Foi convidada pelo partido PTC para concorrer ao cargo, demonstrando boa atuação no partido, quanto na disponibilização de recursos do fundo partidário conforme prestação de contas no TSE⁵² (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009). Verifica-se ainda em sua trajetória, a estreia em um partido político, bem como a primeira disputa a um cargo eletivo.

Com relação ao volume de recursos, a candidatura declarou ter gastado com a campanha o valor de R\$ R\$578.096,70, destes, 96% são recursos do fundo partidário destinados exclusivamente para candidaturas femininas, conforme artigo 6º, § 1º da Resolução 23.568 do TSE⁵³, em atendimento ao artigo 16-C, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 9.504/97.

3) Plataformas político-social e eleitoral na campanha de 2018. É possível verificar que a plataforma político-social da candidata está vinculada com população usuária do Sus, tanto pela defesa dos da saúde pública, farmácia popular, UBS e hospitais, bem como a candidata conta com o apoio político de candidatura ao Senado, bem como herda o capital político da mãe, ex-prefeita do município de Francisco Santos-PI, do pai, ex-deputado federal e ex-prefeito do município de Santo Antônio de Lisboa-PI, bem como conta com o apoio político do marido, ex-prefeito do município de Novo Oriente-PI. A deputada apresentou um perfil político de direita (SILVA,2018). Não identificamos a atuação ou apoio de movimentos sociais feministas, bem como movimento sindical à candidatura da deputada.

Verificamos ainda que o partido da candidata, PTC, para as eleições de 2018 no Piauí compôs coligação com partidos PMN, PRB, SOLIDARIEDADE, PPL. Com relação ao resultado da eleição, sendo também o resultado de vários fatores, tais como, das estratégias para conquistar votos, os desafios de tornar conhecida uma candidatura estreante à Câmara Federal, bem como, da escolha da plataforma eleitoral, que teve um

⁵² TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

⁵³ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

foco maior na capital e 08 municípios com maior influência dos partidos da coligação sobre as lideranças locais. Nesse sentido, verificamos que o município com a votação mais expressiva da candidata foi Teresina, maior colégio eleitoral do estado, onde a deputada obteve 10.871 votos, que representou 15,35% dos votos totais obtidos por ela. Vale ressaltar que o município de Teresina é o maior colégio eleitoral do Piauí, e o governo local, prefeitura, foi eleito em 2016 com dois partidos da coligação da candidata.

A candidata obteve votos em 215 dos 224 municípios do estado, no entanto, observamos que houve uma concentração maior de votos (1% ou maior que) em 08 municípios cuja influência das lideranças locais (prefeitos) são do PTC, partido da deputada, ou eleitos por coligação com o mesmo, senão vejamos: Picos 3.158 votos (4,46%) — prefeito eleito por coligação com o PMN e PTC, Valença do Piauí 2.665 votos (3,76%) — Prefeito eleito pelo PTC, Barras 2.326 votos (3,28%) prefeito eleito por coligação com o PTC e PRP, Luzilândia 2.323 votos (3,28%) Prefeito eleito pelo PTC, Parnaíba 1.777 votos (2,51%) Prefeito eleito pelo Solidariedade, Uruçuí 1.513 votos (2,14%) prefeito eleito por coligação com o PRB e Solidariedade(SD), Novo Oriente do Piauí 1.276 votos (1,80%) — Prefeito eleito pelo PTC, União 1.109 votos (1,57%) — Prefeito eleito por coligação com o PPL que somando com o percentual de votos no município de Teresina, representam o percentual de 39,60% dos votos obtidos pela deputada, evidenciando assim que a coligação agregou capital político à candidatura.

3.7.2. Biografia da Deputada Federal Iracema Portella

Figura 16 - Deputada Federal Iracema Portella



Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/67138/biografia>

Nome Civil: Iracema Maria Portella Nunes Nogueira Lima;

Nascida em 23/04/1966;

Naturalidade: Teresina- PI;

Filha de Lucídio Portella Nunes e Myriam Nogueira Portella Nunes;

Escolaridade: Ensino Superior Completo;

Profissão: Empresária e Professora;

Estado Civil: Casada;

Cônjuge: Ciro Nogueira;

Mãe de Cynthia Nogueira, Eliane Portela e Maria Eduarda Portela;

Eleita para o 3º mandato de deputada federal pelo PP;

Gastos com a campanha: R\$2.298.573,64.

3.7.2.1. Trajetória política social

Iracema Portella nasceu em uma família de políticos, filha do ex-governador e ex-senador Lucídio Portella e da deputada da constituinte, Myriam Nogueira. Foi casada com o Senador Ciro Nogueira, com quem tem 03 filhas. Iracema Portella é a terceira mulher piauiense a ocupar cadeira na Câmara Federal em 2010. Reelegeu-se deputada federal para o terceiro mandato em 2018⁵⁴.

3.7.2.2 Pautas políticas da plataforma eleitoral

Pautas: Defesa, proteção à mulher, educação, primeira infância, saúde e saneamento, habitação, mobilidade urbana, defesa do combate as drogas e recuperação de pessoas em tratamento por vício.

Conforme postagens na página da candidata no Facebook, nos meses de agosto e setembro de 2018, a campanha Iracema Portella visou mostrar o apoio às pautas defendidas, focando no trabalho realizado como Deputada Federal, principalmente na destinação das emendas parlamentares na área da saúde, infraestrutura e mobilidade urbana nos bairros da Capital Teresina e nos municípios visitados na campanha. Fez vídeos e fotos de encontros com apoiadores, prefeitos (as), vereadores dos municípios visitados, além de fazer campanha com o candidato Ciro Nogueira para o Senado Federal. A candidata visitou eleitores nas feiras livres, participou de caminhadas, panfletagens por bairros da cidade de Teresina e região metropolitana. A candidata realizou postagens da

⁵⁴ Fonte: <http://www.deputadairacemaportella.com.br/index.php/2016-04-18-19-56-49/biografia.html>

campanha nos municípios do Piauí, tais como, Buriti dos Lopes, Cocal de Telha, Francinópolis, Ilha Grande, Nossa Senhora dos Remédios, Parnaíba, Santa Filomena, São Gonçalo do Piauí, Tanque do Piauí e Várzea Grande.

Nas publicações em seu perfil do Facebook,⁵⁵ Iracema falou das suas propostas para levar água para as comunidades do semiárido, garantindo qualidade de vida e melhores condições de trabalho para o homem do campo: “trabalhar por segurança hídrica e ações de convivência com a seca é um compromisso que assumo com os piauienses.”

3.7.2.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral

O que podemos verificar em relação ao perfil (quem é, o que faz, escolaridade, gastos na campanha), trajetória e a plataforma político-social e eleitoral de Iracema Portella são os seguintes pontos:

1) Perfil: A partir dos dados coletados, constatamos que, a única mulher eleita deputada federal pela Paraíba é uma mulher branca, com idade de 52 anos, casada, 03 filhas e com escolaridade de nível superior.

2) Trajetória. É possível verificar que Iracema é uma candidata com 08 anos de experiência política partidária, com 02 mandatos no legislativo federal, concorrendo ao seu 3º mandato. Verificamos ainda que a candidata tem dedicação integral à política, e que se trata de uma política profissional, conforme autodeclaração no registro de candidatura junto à justiça eleitoral (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2016).

Iracema vem de uma família de tradição política, pai, cônjuge, portanto é conhecedora dos aspectos internos do jogo político tais como a consistência eleitoral (base eleitoral para ter votos e ter condições de ser eleita). Filiada ao PP desde 2010 e candidata 03 vezes pelo partido para concorrer ao cargo, demonstrando boa atuação no partido, quanto na disponibilização de recursos do fundo partidário conforme prestação de contas no TSE⁵⁶ (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009). Com relação ao volume de recursos, a candidatura declarou ter gastado com a campanha o valor de R\$ R\$2.298.573,64, 100% de recursos do fundo partidário destinados a candidaturas e do

⁵⁵ Fonte: <https://www.facebook.com/iracemaportella>

⁵⁶ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

fundo especial, destinado exclusivamente para candidaturas femininas, conforme artigo 6º, § 1º da Resolução 23.568 do TSE⁵⁷, em atendimento ao artigo 16-C, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 9.504/97.

3) Plataformas político-social e eleitoral na campanha de 2018. É possível verificar que a plataforma político-social da candidata está vinculada com a educação pública, habitação e mobilidade urbana. A candidata conta com o apoio político de candidatura ao Senado, do seu cônjuge, Ciro Nogueira, além do capital político das duas últimas eleições para deputada federal pelo Piauí. A deputada apresentou um perfil político de direita (SILVA, 2018). Não identificamos a atuação ou apoio de movimentos sociais feministas, bem como movimento sindical à candidatura da deputada.

Verificamos ainda que o partido da candidata, PP, para as eleições de 2018 no Piauí compôs coligação com partidos MDB, PTB, PC do B, PR, PDT, PSD, PT. Com relação ao resultado da eleição, sendo também o resultado de vários fatores tais como, estratégias para manter votos e conquistar novos, a escolha da plataforma eleitoral. Nesse sentido, verificamos que o município com a votação mais expressiva da candidata foi Teresina, maior colégio eleitoral do estado, onde a deputada obteve 6.826 votos, que representou 7,09% dos votos totais obtidos pela mesma. Vale ressaltar que o município de Teresina é o maior colégio eleitoral do Piauí, e o governo local, prefeitura, foi eleito em 2016 com 03 partidos da coligação da candidata, MDB, PP, PCdoB.

A candidata obteve votos em todos os 224 municípios do estado. Verificamos ainda que a concentração de (1% ou maior que) ocorreu em 31 dos 224 municípios, sendo que destes, 17 municípios são governados pelo PP, partido da candidata, são eles: Avelino Lopes, Amarante, Betânia do Piauí, Porto, Cabeceiras do Piauí, Agricolândia, Júlio Borges, Massapê do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, Corrente, Santa Filomena, Queimada Nova, São Félix do Piauí, Colônia do Piauí, Batalha, Ipiranga do Piauí, Madeiro.

E em 06 municípios os prefeitos foram eleitos por coligação com o PP, são eles: Elesbão Veloso, Beneditinos, Alto Longá, Monsenhor Hipólito, Santana do Piauí, São Gonçalo do Piauí, e em 07 municípios, dos 31, os prefeitos foram eleitos por coligação com MDB, PR, PCdoB, PTB, são eles os municípios de: João Costa, Luis Correia,

⁵⁷ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

Alvorada do Gurguéia, Buriti dos Lopes, Milton Brandão, São Francisco do Piauí, Cajueiro da Praia.

O somatório dos votos obtidos nos 31 municípios que apoiaram a candidatura da deputada foi de 49.156 votos, que representou 51,06% dos votos totais. Tais constatações demonstram o poder do partido PP no estado, que conseguiu eleger 02 deputadas federais e 01 senador da república (Ciro Nogueira). Demonstra ainda a liderança da deputada no partido, por ser indicada pela sigla para concorrer à reeleição ao cargo de deputada federal.

3.7.3. Biografia da Deputada Federal Margarete Coelho

Figura 17 - Deputada Federal Margarete Coelho



Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/204430/biografia>

Nome Civil: Margarete de Castro Coelho;

Nascida em 12/03/1961;

Naturalidade: São Raimundo Nonato -PI;

Filha de Aloisio Ruben de Castro e Edvaldina Gonçalves de Castro;

Escolaridade: Doutorado;

Profissão: Advogada;

Estado Civil: Casada;

Cônjuge: Marcelo Coelho;

Mãe de Marcela e Maria Clara de Castro Coelho;

Eleita para o 1º mandato de deputada federal pelo PP;

Gastos na campanha: R\$2.323.513,19.

3.7.3.1. Trajetória político Social

Iniciou sua carreira política como militante do movimento estudantil estudante por meio de participação ativa nos movimentos estudantis no ensino básico da sua cidade natal. Em parceria com os professores Cineas Santos e Alcides Filho, esteve à frente do Movimento Ambiental de Defesa do Patrimônio Histórico-cultural do Piauí (Cara Alegre). Margarete Coelho exerceu o cargo de subsecretária de Justiça e Cidadania do Estado do Piauí em 2001, foi subsecretária de Administração do Estado do Piauí em 2002 e Procuradora da Assembleia Legislativa do Piauí. Foi eleita pela primeira vez para exercer o mandato de deputada estadual do Piauí em 2010, quando recebeu 22.749 votos. Em 2013 foi eleita Conselheira federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Em 2014, Margarete Coelho foi eleita ao cargo de vice-governadora após compor a chapa com Wellington Dias (PT) obtendo 1.053.342 votos (63%). Como parlamentar, integrou as Comissões de Constituição e Justiça; Defesa dos Direitos da Mulher; Infraestrutura, Política Econômica e Segurança Pública na Assembleia Legislativa⁵⁸. Em 2018 foi eleita para o cargo de deputada federal.

3.7.3.2. Pautas políticas da plataforma eleitoral

Pautas: defesa dos direitos da mulher, da representatividade do estado na bancada federal e estadual, no combate às drogas e no respeito ao meio ambiente.

Conforme postagens na página da candidata no Facebook, nos meses de agosto e setembro de 2018, a campanha pela reeleição de Margarete Coelho mostrou o apoio às pautas defendidas, focando no trabalho realizado como deputada estadual, principalmente no conhecimento e na experiência, jurídica na propositura e apoios a leis que instituem políticas públicas em favor da população, bem como sua experiência como vice-governadora do Piauí. Fez vídeos e fotos de encontros com apoiadores, prefeitos (as), vereadores dos municípios visitados.

A candidata visitou eleitores, participou de caminhadas, panfletagens por bairros da Zona Norte da cidade de Teresina e concedeu entrevista para a TV GP1. A candidata fez postagens da campanha nos municípios do Piauí, tais como, Alagoinha, Alegrete, Bom Jesus, Campo Grande, Esperantina, Floriano, Francisco Macedo, Jaicós, José de

⁵⁸ Fontes: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/01/margarete-coelho-e-1-mulher-assumir-como-vice-governadora-do-pi.html>; <https://cidadeverde.com/noticias/182259/margarete-coelho-dos-movimentos-estudantis-a-primeira-vice-governadora-do-piaui>

Freitas, Lagoa Alegre, São Brás, Marcolândia, Miguel Alves, Padre Marcos, Paes Landim, Ribeira do Piauí, São Julião, São Raimundo Nonato, Santa Cruz Dos Milagres, União, Vila Nova.

3.7.3.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral

O que podemos verificar em relação ao perfil (quem é, o que faz, escolaridade, gastos na campanha), trajetória e a plataforma político-social e eleitoral de Margarete Coelho são os seguintes pontos:

1) Perfil: A partir dos dados coletados, constatamos que Margarete faz parte do grupo de 04 mulheres eleitas ao cargo de deputada federal pelo Piauí. É uma mulher branca, com idade de 57 anos, casada, 02 filhas, e escolaridade pós-graduação doutorado.

2) Trajetória. É possível verificar que Margarete é uma candidata com 26 anos de experiência política partidária, bem como, possui experiência na atuação no legislativo estadual, em razão do exercício de 01 mandato de deputada no estado do Piauí e possui experiência no executivo do governo estadual, atuando como vice-governadora do Piauí. Verificamos ainda que Margarete tem dedicação integral à política partidária a partir de 1992, e que se trata de uma política profissional, conforme autodeclaração no requerimento de candidatura junto a justiça eleitoral (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2016).

É conhecedora dos aspectos internos do jogo político bem como, têm experiência na conquista e manutenção da consistência eleitoral (base eleitoral para ter votos e ter condições de ser eleita), possui boa atuação no partido, isso fica evidente, tanto pela indicação do nome pela sigla para concorrer aos cargos de vice-governadora e ao cargo de deputada federal, quanto na disponibilização de recursos do fundo partidário conforme prestação de contas no TSE⁵⁹ (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009).

Verifica-se ainda em sua trajetória político-partidária uma alternância de partidos, PDS (1992–1993), PPR (1993–1995), PP (1995–presente) demonstrando possíveis divergências entre as posições da candidata e as determinações, acordos políticos dos partidos, tais como coligações nacionais e indicação de candidaturas aos cargos eletivos. Com relação ao volume de recursos, a candidatura declarou ter gastado com a campanha

⁵⁹ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

o valor de R\$2.323.513,19, demonstrando a capacidade econômica de arrecadação de valores, bem como, o uso de recursos do fundo partidário destinados exclusivamente para candidaturas femininas, conforme artigo 6º, § 1º da Resolução 23.568 do TSE⁶⁰, em atendimento ao artigo 16-C, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 9.504/97.

3) Plataformas político-social e eleitoral na campanha de 2018. É possível verificar que a plataforma político-social da candidata está vinculada à sua experiência e trabalho prestado como deputada estadual e vice-governadora, bem como na defesa dos direitos da mulher e a representação feminina na bancada federal. Fez defesa da pauta de combate às drogas, atraindo um público com valores conservadores, e defesa do meio ambiente, que dialoga com a juventude e ambientalistas. A candidata apresentou um perfil político de esquerda (SILVA,2018).

A candidata se autodeclara feminista e defensora do empoderamento feminino, atraindo assim o apoio de movimentos sociais feministas à candidatura da deputada.

Verificamos ainda que o partido da candidata, PP, para as eleições de 2018 no Piauí compôs coligação com partidos MDB, PTB, PC do B, PR, PDT, PSD, PT. Com relação ao resultado da eleição, sendo também o resultado de vários fatores tais como, estratégias para manter votos e conquistar novos, a escolha da plataforma eleitoral. Nesse sentido, verificamos que o município com a votação mais expressiva da candidata foi Teresina, maior colégio eleitoral do estado, onde a deputada obteve 17.530 votos, que representou 22,96% dos votos totais obtidos por ela. O município de Teresina é o maior colégio eleitoral do Piauí, e o governo local, prefeitura, foi eleito em 2016 com 03 partidos da coligação da candidata, MDB, PP, PCdoB. Vale ressaltar que a candidata exerceu o mandato de vice-governadora em coligação com o PT, licenciou-se para concorrer ao cargo de deputada federal. O resultado em Teresina demonstra que houve um acúmulo de capital eleitoral, possivelmente em razão da atuação da candidata no cargo de vice-governadora.

A candidata obteve votos em 222 dos 224 municípios do estado. Verificamos ainda que a concentração de (1% ou maior que) ocorreu em 26 dos 224 municípios, sendo que destes, 06 municípios são governados pelo PP, partido da candidata, são eles: São Raimundo Nonato, Corrente, Floriano, José de Freitas, Cristalândia do Piauí, São Lourenço do Piauí. E em 06 municípios os prefeitos foram eleitos por coligação com o

⁶⁰ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

PP, são eles: Palmeira do Piauí, Landri Sales, Altos, Alegrete do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, e em 14 municípios, dos 26, os prefeitos foram eleitos por coligação com MDB, PDT, PSD, PR, PCdoB, PTB, são eles os municípios de: Bom Jesus, Miguel Alves, Paulistana, Esperantina, Monte Alegre do Piauí, Cocal, Valença do Piauí, Coronel José Dias, Lagoa Alegre, Pio IX, Alagoinha do Piauí, Padre Marcos, São Julião, Jaicós.

O somatório dos votos obtidos nos 26 municípios com maior densidade de votos para Margarete foi de 37.927 votos, que representou 49,68% dos votos totais. Tais constatações demonstram que a candidatura de Margarete Coelho pelo PP fez mais acordos políticos e concentrou trabalho maior junto aos municípios no qual as lideranças (prefeitos) foram eleitas por um ou dois partidos da coligação da candidata. Não identificamos apoio à candidatura de Margarete pelo candidato eleito pelo PP ao Senado (Ciro Nogueira).

3.7.4. Biografia da Deputada Federal Rejane Dias

Figura 18 - Deputada Federal Rejane Dias



Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/178925/biografia>

Nome Civil: Rejane Ribeiro Sousa Dias;

Nascida em 04/09/1972;

Naturalidade: Teresina – PI;

Filha de Miguel de Sousa Filho e Ivone Amorim Ribeiro e Sousa;

Escolaridade: Ensino Superior Completo;

Profissão: Administradora;

Estado Civil: Casada;

Cônjuge: Welington Dias;

Mãe de Vinicius, Yasmin e Danielle;

Eleita para o 2º mandato de deputada federal pelo PT;

Gastos na campanha: R\$1.124.296,94.

3.7.4.1. Trajetória político social

Rejane Dias iniciou sua vida política social entre os anos de 2003 e 2008, no primeiro mandato do marido Welington Dias à frente do Palácio de Karnak, quando foi coordenadora de Integração da Pessoa com Deficiência. De 2005 a 2006 exerceu o cargo de secretária estadual de Assistência Social e de 2008 a 2010 exerceu o cargo de secretária estadual de Cidadania e de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

No exercício do cargo de secretária de Assistência Social, Rejane desenvolveu o Projeto Caminhão Digital, que capacitou 150 mil jovens do interior do estado do Piauí, oportunizando o acesso a cursos de informática. À frente da secretaria de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Rejane pôde implementar uma Rede Estadual de Reabilitação, com cerca de 37 clínicas especializadas, além de ter entregado à população os equipamentos Centro Integrado de Educação Especial e o Centro Integrado de Reabilitação, que só em 2018 efetuou cerca de 1 milhão de atendimentos.

Em 2010 Rejane Dias candidatou-se ao cargo eletivo de deputada estadual, sendo a segunda candidata mais votada para uma cadeira na Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi). No exercício do mandato, Rejane Dias tornou-se líder do PT no legislativo estadual, aprovando cerca de 50 projetos, entre os quais foi autora da Lei do Estatuto Estadual da Pessoa com Deficiência.

Em 2014 Rejane Dias candidatou-se a uma vaga na Câmara Federal e foi a candidata mais votada. Licenciou-se em 2015 para assumir a Secretaria de Estado da Educação até 2018. A frente da secretaria de educação, implementou os projetos: preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e o passe livre para estudantes rede pública estadual, na realização de provas de vestibular.

Em 2018, Rejane Dias foi reeleita com 138.800 votos, e pela segunda vez, a deputada mais votada do estado do Piauí⁶¹.

3.7.4.2. Pautas políticas da plataforma eleitoral

⁶¹ Fontes: <https://pt.org.br/rejane-dias-a-deputada-federal-mais-bem-votada-do-piaui/>; <https://pt.org.br/rejane-dias-a-deputada-federal-mais-bem-votada-do-piaui/>

Defensora dos direitos das pessoas com deficiência e da educação de qualidade, além de pautas de interesse das mulheres — Projeto Economia Solidária e incentivo ao empreendedorismo feminino.

Conforme postagens na página da candidata no Facebook, nos meses de agosto e setembro de 2018, a campanha para reeleição de Rejane Dias visou mostrar o apoio às pautas defendidas, focando no trabalho realizado como Secretária de Educação na melhoria de equipamentos e da valorização do ensino público no Piauí, bem como tressaltou atuação como Deputada Federal principalmente na formulação de leis que instituem políticas públicas em favor educação. Fez vídeos e fotos de encontros com apoiadores, prefeitos (as), vereadores dos municípios visitados, candidatos a deputado estadual.

A candidata visitou eleitores, participou de caminhadas, panfletagens por bairros da zona norte da cidade de Teresina e realizou encontro com evangélicos. A candidata fez postagens da campanha nos municípios do Piauí, tais como, Alvorada do Gurgueia, Anísio de Abreu, Bom Jesus, Bonfim do Piauí, Cajueiro da Praia, Capitão Gervásio Oliveira, Caracol, Campo Alegre do Fidalgo, Cristino Castro, Curimatá, Esperantina, Floriano, Jurema, Lagoa do Barro, Oeiras, Picos, Queimada Nova, São Braz do Piauí, São João do Piauí, Santa Luz e Várzea Branca.

3.7.4.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral

O que podemos verificar em relação ao perfil (quem é, o que faz, escolaridade, gastos na campanha), trajetória e a plataforma político-social e eleitoral de Rejane Dias são os seguintes pontos:

1) Perfil: A partir dos dados coletados, constatamos que Margarete faz parte do grupo de 04 mulheres eleitas ao cargo de deputada federal pelo Piauí. É uma mulher branca, com idade de 46 anos, casada, 03 filhos, e escolaridade de nível superior.

2) Trajetória. É possível verificar que Rejane é uma candidata com 25 anos de experiência política partidária, bem como, possui experiência na atuação no legislativo estadual, em razão do exercício de 01 mandato de deputada no estado do Piauí e possui experiência no legislativo federal, em razão do exercício de 01 mandato de deputada federal pelo Piauí, disputando assim a reeleição ao cargo. Verificamos ainda que Rejane tem dedicação integral à política partidária a partir de 1993, e que se trata de uma política

profissional, conforme autodeclaração no requerimento de candidatura junto a justiça eleitoral, (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2016).

Rejane é conhecedora dos aspectos internos do jogo político bem como, têm experiência na conquista e manutenção da consistência eleitoral (base eleitoral para ter votos e ter condições de ser eleita), possui boa atuação no partido, isso fica evidente, tanto pela indicação do nome pela sigla para concorrer aos cargos deputada estadual e federal, bem como, quanto na disponibilização de recursos do fundo partidário conforme prestação de contas no TSE⁶² (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009).

Verifica-se ainda em sua trajetória político-partidária uma permanência no mesmo partido, PT (1993–2023) demonstrando poucas divergências entre as posições da candidata e as determinações, acordos políticos dos partidos, tais como coligações nacionais e indicação de candidaturas aos cargos eletivos. Com relação ao volume de recursos, a candidatura declarou ter gastado com a campanha o valor de R\$1.124.296,94, demonstrando a capacidade econômica de arrecadação de valores, bem como, o uso de recursos do fundo partidário destinados exclusivamente para candidaturas femininas, conforme artigo 6º, § 1º da Resolução 23.568 do TSE⁶³, em atendimento ao artigo 16-C, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 9.504/97.

3) Plataformas político-social e eleitoral na campanha de 2018. É possível verificar que a plataforma político-social da candidata está vinculada à sua experiência e trabalho prestado como deputada estadual e deputada federal, bem como na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, no empreendedorismo feminino e educação de qualidade. Rejane foi a deputada federal mais votada, entre todos os candidatos e candidatas, pela 2ª vez consecutiva. Verificamos ainda que ela contou com o apoio político do então governador do estado Wellington Dias. A candidata apresentou um perfil político de esquerda (SILVA,2018).

Não identificamos apoio de movimentos sociais, feministas e sindicais à candidatura da deputada.

Verificamos ainda que o partido da candidata, PT, para as eleições de 2018 no Piauí compôs coligação com partidos MDB, PTB, PC do B, PR, PDT, PSD, PP. Com relação ao resultado da eleição, a qual é também o resultado de vários fatores tais como,

⁶² TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

⁶³ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

estratégias para manter votos e conquistar novos, a escolha da plataforma eleitoral. Nesse sentido, verificamos que o município com a votação mais expressiva da candidata foi Teresina, maior colégio eleitoral do estado, onde a deputada obteve 26.316 votos, que representou 18,96% dos votos totais obtidos por ela. O município de Teresina é o maior colégio eleitoral do Piauí, e o governo local, prefeitura, foi eleito em 2016 com 03 partidos da coligação da candidata, MDB, PP, PCdoB. Vale ressaltar que a candidata concorre à reeleição ao cargo de deputada federal pelo mesmo partido, PT.

A candidata obteve votos em todos os 224 municípios do estado. Verificamos ainda que a maior concentração de votos (1% ou maior que) ocorreu em 22 dos 224 municípios, sendo que destes, 06 municípios são governados pelo PT, partido da candidata, são eles: São João do Piauí, Picos, Castelo do Piauí, Bertolínia, Sebastião Leal, Miguel Alves. Em 09 municípios, dos 22, os prefeitos foram eleitos por coligação com o PT, são eles os municípios de: União, Demerval Lobão, Uruçuí, Padre Marcos, Alegrete do Piauí, Lagoa do Barro do Piauí, Ribeira do Piauí, Capitão Gervásio Oliveira, Piracuruca, e em 06, dos 22 municípios, os prefeitos foram eleitos pelo PP, partido que compõe a coligação da candidata, senão vejamos: São Raimundo Nonato, Batalha, Canto do Buriti, Sussuapara, Amarante, Floriano.

O somatório dos votos obtidos nos 22 municípios com maior densidade de votos para Rejane foi de 48,696 votos, que representou 35,08% dos votos totais. Tais constatações demonstram que a candidatura de Rejane Dias pelo PT precisou fazer acordos políticos com pelo menos 14 municípios de partidos coligados e concentrou trabalho maior junto a esses municípios, no qual as lideranças (prefeitos) foram eleitas por um ou dois partidos da coligação da candidata. A candidata ainda contou com o apoio político da candidatura vitoriosa para o governo do estado, Wellington Dias, do PT, o que possivelmente fortaleceu e agregou capital político à candidatura de Rejane.

3.8. Representação do Rio Grande do Norte

Quando analisamos o histórico de mulheres eleitas para a Câmara Federal em todas as legislaturas pelo estado do Rio Grande do Norte, verificamos a eleição de mulheres a partir da 48ª legislatura. Nesse sentido, em legislaturas pretéritas, foram eleitas representando o estado do Rio Grande do Norte as deputadas federais: Carla Dickson (União-RN — 56ª legislatura), Zenaide Maia (PHS-RN — 55ª legislatura), Fátima

Bezerra (PT-RN — 54^a, 53^a, 52^a legislaturas), Rosy de Sousa (PV-RN — 54^a legislatura), Sandra Rosado (PSB-RN — 54^a, 53^a, 52^a legislaturas), Ana Catarina (PMDB-RN — 51^a, 50^a legislaturas), Wilma Maia (PDT-RN — 48^a legislatura).

Em 2018, das 08 vagas para a Câmara Federal, 01 foi ocupada por mulher, sendo ela: Natália Bonavides (PT) eleita com 112.998 votos.

3.8.1. Biografia da Deputada Federal Natália Bonavides

Figura 19 - Deputada Federal Natália Bonavides



Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/204453/biografia>

Nome Civil: Natália Bastos Bonavides. Nascimento: 15/06/1988. Filha de Annibal Viana Bonavides e Syrleine Maria Penaforte Bastos Bonavides; Naturalidade: Natal, RN. Profissão: Advogada. Escolaridade: Mestrado, casada com Hélio Miguel.

Nome Civil: Natália Bastos Bonavides;

Nascida em 15/06/1988;

Naturalidade: Natal – RN;

Filha de Annibal Viana Bonavides e Syrleine Maria Penaforte Bastos Bonavides;

Escolaridade: Ensino Superior Completo;

Profissão: Advogada;

Estado Civil: Casada;

Cônjuge: Hélio Miguel;

Eleita para o 1º mandato de deputada federal pelo PT;

Gastos na campanha: R\$423.857,83.

3.8.1.1. Trajetória político social

Iniciou trajetória política ainda quando estudante do curso de Direito da UFRN (2006–2011), onde atuou na direção do Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti, na defesa da democratização do acesso ao ensino superior público e na função social da universidade.

Fundou o Escritório Popular, primeira organização de assessoria jurídica de movimentos sociais do Rio Grande do Norte, e atuou na defesa dos movimentos populares, no combate a criminalização dos movimentos sociais e na assessoria a pessoas vítimas de violência institucional. Foi advogada do MST, com atuação em diversos acampamentos em todo o estado, além de assessorar o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, em defesa do direito à moradia na cidade de Natal; o Movimento da População em Situação de Rua, vítima cotidiana de violência institucional; e o Movimento pela Humanização do Parto em Natal. Advogou ainda no movimento sindical, em especial para o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Natal.

Em 2016 candidatou-se ao cargo de vereadora da cidade de Natal, sendo a vereadora mais bem votada da história do PT no Rio Grande do Norte (com 6.202 votos) além de ter sido primeira mulher petista a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de Natal.

Em 2018, Natália Bonavides se candidatou a uma vaga na Câmara Federal e foi eleita Deputada Federal com 112.998 mil votos, sendo a segunda mais votada do estado. Na Câmara dos Deputados atua como titular da Comissão de Educação, e Suplente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e da Comissão Especial que debaterá o novo FUNDEB⁶⁴.

3.8.1.2. Pautas políticas da plataforma eleitoral

Defesa dos movimentos sociais, do serviço público de qualidade, das mulheres, dos direitos humanos, dos grupos mais vulneráveis e do direito à cidade.

Conforme postagens na página da candidata no Facebook, nos meses de agosto e setembro de 2018, a campanha para eleição de Natália Bonavides visou mostrar o apoio às pautas defendidas em cards individuais, ressaltou a importância de uma candidatura popular na defesa por moradia, da educação pública, da cidadania da comunidade

⁶⁴ Fontes: <https://nataliabonavides.com.br/sobre-natalia-bonavides/>; <https://pt.org.br/natalia-bonavides/>

LGBTQI+, dos idosos, da juventude e das empresas estatais. Fez vídeos e fotos de encontros com apoiadores, movimento de luta dos bairros e estudantes de escolas públicas da cidade de Natal, bem como, recebeu apoio do movimento dos trabalhadores em terra — MST, inclusive com vídeos de apoiadores dos assentamentos. A candidata postou mais vídeos de apoiadores da sua candidatura tais como psicólogos, servidoras e servidores públicos, advogados e artistas. Fez campanha ao lado de candidato e candidata ao legislativo estadual, ao senado federal e ao governo do estado. A candidata participou ainda de caminhadas, carreatas e panfletagens em vários municípios do Rio Grande do Norte.

Em suas postagens na sua página do Facebook,⁶⁵ Natália enfatizou as suas propostas para aumentar a representação feminina na política: “mulheres que de fato estejam andando com as lutas da classe trabalhadora, das mulheres negras e dos movimentos sociais”.

3.8.1.3. Análise do perfil, trajetória, plataforma político-social e eleitoral

O que podemos verificar em relação ao perfil (quem é, o que faz, escolaridade, gastos na campanha), trajetória e a plataforma político-social e eleitoral de Natália Bonavides são os seguintes pontos:

1) Perfil: A partir dos dados coletados, constatamos que Natália foi a única mulher ao cargo de deputada federal pelo Rio Grande do Norte. É uma mulher branca, com idade de 30 anos, casada, 0 filhos, e escolaridade de nível superior.

2) Trajetória. É possível verificar que Natália é uma candidata com 06 anos de experiência política partidária, bem como, possui experiência na atuação no legislativo municipal, em razão do exercício de 01 mandato de vereadora pelo município de Natal/RN. Verificamos ainda que Natália tem dedicação integral à política partidária a partir de 2012, e que se trata de uma política profissional, conforme autodeclaração no requerimento de candidatura junto à justiça eleitoral (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2016).

É conhecedora dos aspectos internos do jogo político bem como, têm experiência na conquista e manutenção da consistência eleitoral (base eleitoral para ter votos e ter

⁶⁵ Fonte: <https://www.facebook.com/nataliabonavides>

condições de ser eleita), possui boa atuação no partido, haja vista que o PT é um partido com disputas internas para os cargos eletivos, isso fica evidente, tanto pela indicação do nome pela sigla para concorrer ao cargo, quanto na disponibilização de recursos do fundo partidário conforme prestação de contas no TSE⁶⁶ (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009).

Verifica-se ainda em sua trajetória político-partidária a permanência no mesmo partido, PT (2012-presente), demonstrando uma convergência entre as posições da candidata e as determinações, acordos políticos dos partidos, tais como coligações nacionais e indicação de candidaturas aos cargos eletivos. Com relação ao volume de recursos, a candidatura declarou ter gastado com a campanha o valor de R\$423.857,83, demonstrando a capacidade econômica de arrecadação de valores, bem como, o uso de recursos do fundo partidário destinados exclusivamente para candidaturas femininas, conforme artigo 6º, § 1º da Resolução 23.568 do TSE⁶⁷, em atendimento ao artigo 16-C, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 9.504/97.

3) Plataformas político-social e eleitoral na campanha de 2018. É possível verificar que a plataforma político-social da candidata está vinculada a luta do movimento estudantil e o movimento dos trabalhadores sem-terra-MST, bem como, faz a defesa do serviço público de qualidade. A candidata apresentou um perfil político de esquerda (SILVA,2018).

A candidata foi apoiada pelo PT nacional e local para a candidatura ao cargo de deputada federal, agregando assim o apoio da forte militância do partido no estado. Não identificamos apoio explícito, tanto de movimentos sociais, feministas e movimentos sindicais, à candidatura da deputada. Verificamos ainda que o partido da candidata, PT, para as eleições de 2018 no Rio Grande do Norte compôs coligação com partidos, PCdoB, PHS.

Com relação ao resultado da eleição, sendo também o resultado das estratégias, os desafios de uma candidatura estreante à Câmara Federal, e o número pequeno de partidos à coligação, bem como, da plataforma eleitoral, que possivelmente teve um foco maior na capital e alguns municípios com maior concentração de eleitores e maior influência do partido sobre as lideranças locais. Nesse sentido, verificamos que a maior concentração de votos para a deputada foi em 04 municípios, senão vejamos: Natal 43.714 votos (39%),

⁶⁶ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

⁶⁷ TSE — Tribunal Superior Eleitoral [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.

Mossoró 11.558 votos (10%), Parnamirim 6.753 votos (6%), São Gonçalo do Amarante 3.341 votos (3%) e Ceará-Mirim 3.046 votos (3%) que no somatório total de votos obtidos pela deputada, representa o percentual de 60% dos votos. Vale ressaltar que o município de Natal, além de ser o maior colégio eleitoral do Rio Grande do Norte, é o município onde a candidata foi vereadora, demonstrando assim a força do nome da candidata junto ao eleitorado.

A candidata ainda contou com o apoio político da candidata eleita pelo PT ao governo do estado, Fátima Bezerra e da candidata eleita para o Senado (Dra. Zenaíde Maia) pela coligação da deputada (PHS). A candidata obteve votos em todos os 187 municípios do estado, no entanto, observamos que houve uma concentração maior de votos (1% ou maior que) em 03 municípios cuja influência das lideranças locais (prefeitos) é do PT, ou eleitos por coligação com o mesmo, e em outros 05 municípios, possivelmente houve impacto positivo da candidata ao Senado (Dra. Zenaíde) é do PHS, coligação da candidata para a eleição da deputada nos municípios, senão vejamos: Macaíba 2.562 votos (2%) — Prefeito eleito por coligação com o PCdoB, Macau 1.845 votos (2%) — Prefeito eleito por coligação com o PCdoB, Assú 1.731 votos (2%) — Prefeito eleito por coligação com o PHS, Caicó 2.318 votos (2%) Senadora eleita (Dra. Zenaíde Maia) e 2ª mais votado no município é da coligação da deputada, Santa Cruz 1.506 votos (1%) Senadora eleita (Dra. Zenaíde Maia) e 1ª mais votado no município é da coligação da deputada, Alexandria 1.188 votos (1%) Senadora eleita (Dra. Zenaíde Maia) e 1ª mais votado no município é da coligação da deputada, Extremoz 1.101 votos (1%) — Senadora eleita (Dra. Zenaíde Maia) e 2ª mais votado no município é da coligação da deputada, Nova Cruz 1.004 votos (1%) — Senadora eleita (Dra. Zenaíde Maia) e 1ª mais votado no município é da coligação da deputada.⁶⁸

3.9. Análise geral das deputadas e suas estratégias de campanha

Conforme a lei 9504/97, código eleitoral, as convenções e coligações partidárias para seleção de candidatos são determinadas pelos estatutos de cada partido. Nesse sentido, a filiação partidária é a primeira porta de entrada para que uma pessoa se habilite a concorrer um cargo eletivo. Em relação à seleção e recrutamento dos possíveis

⁶⁸ Fonte: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-rio-grande-do-norte>

candidatos, cada partido tem em seus estatutos as normas para essa seleção, no entanto, são as lideranças partidárias, de forma centralizada, que detêm o poder das indicações aos cargos eletivos, e no caso sob análise, lista de candidatas ao cargo de deputada federal (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009).

Conhecer tal política interna do partido ao qual deseja filiar-se para candidatar-se a um cargo eletivo é, portanto, primeira tarefa que uma candidata deve se dedicar, pois divergências ou convergências partidárias podem influenciar as pretensões políticas. Assim, é possível verificar que das 12 eleitas, 11 tem mais de 06 anos de filiação partidária, e apenas 01 deputada possui menos de 06 anos de filiação.

Em razão da legislação eleitoral, é exigido dos partidos uma cota mínima de indicação de mulheres nas listas de candidatos e candidatas. Sobre esse ponto, os dados coletados neste trabalho mostram, que os partidos das candidatas eleitas cumpriram o mínimo estabelecido na legislação eleitoral, para cotas de candidaturas por gênero. Observou-se que não houve, em nenhum dos estados do nordeste, candidaturas femininas que atingisse sequer 50% das candidaturas, enquanto as candidaturas masculinas atingiram o máximo permitido, sendo de 70%.

Analisaremos em seguida 03 Tabelas (Tabela 2, Tabela 3 e Tabela 4) com informações pessoais, escolaridade/ profissional, atuação político partidária, gastos na campanha, com vistas a uma visualização de todas as candidatas eleitas em 2018 na região nordeste do Brasil.

Tabela 2 - Informações pessoais das Deputadas Federais nordestinas eleitas em 2018

Estado	Nome	Partido	Cor/raça/etnia	Idade	Estado civil	Nº de filhos:
Alagoas	Tereza Nelma	PSDB	branca	60	casada	02
Bahia	Alice Portugal	PCdoB	branca	59	divorciada	01
Bahia	Dayane Pimentel	PSL	branca	32	casada	01
Bahia	Lídice da Mata	PSB	parda	62	divorciada	01

Ceará	Luizianne Lins	PT	branca	50	solteira	01
Paraíba	Edna Henrique	PSDB	branca	60	casada	04
Pernambuco	Marília Arraes	PT	branca	34	divorciada	01
Piauí	Dra. Marina	PTC	branca	38	casada	02
Piauí	Iracema Portella	PP	branca	52	casada	03
Piauí	Margarete Coelho	PP	branca	57	casada	02
Piauí	Rejane Dias	PT	branca	46	casada	03
Rio Grande do Norte	Natalia Bonavides	PT	branca	30	casada	nenhum

Fonte: Elaboração pessoal com base nos dados do TSE

Sobre a análise das características etária dessas mulheres, a pesquisa identificou que a média de idade delas é de 49 anos, com uma idade mínima de 30 anos e a máxima de 62 anos. Das 12, deputadas, 05 estão na faixa etária de 30 a 46 anos e 07 deputadas estão na faixa etária de 50 a 62 anos. Em relação ao estado civil: 8 delas se declaram casadas, 03 divorciadas e 1 solteira. E quanto ao fato de se tem filhos ou não, 11 deputadas têm filho(s) e 01 deputada não tem filho. A respeito de sua raça/etnia, 11 se autodeclararam brancas e 1 parda.

Tabela 3 - Informações sobre Escolaridade/Formação e Profissão das Deputadas Federais nordestinas eleitas em 2018

Nome	Escolaridade	Formação	Profissão
Tereza Nelma	Superior	Psicologia	Psicóloga
Alice Portugal	Superior	Farmácia	Farmacêutica Bioquímica
Dayane Pimentel	Superior	Letras	Professora

Lídice da Mata	Superior	Economia	Economista
Luizianne Lins	Superior	Comunicação Social	Jornalista/Professora
Edna Henrique	Superior	Direito	Servidora pública
Marília Arraes	Superior	Direito	Advogada
Dra. Marina	Superior	Medicina	Médica
Iracema Portella	Superior	Letras	Empresária/ Professora
Margarete Coelho	Doutorado	Direito	Advogada
Rejane Dias	Superior	Administração	Administradora
Natalia Bonavides	Mestrado	Direito	Advogada

Fonte: Elaboração pessoal com base nos dados do TSE

Em relação à análise de informações sobre escolaridade/formação e profissão das 12 eleitas, observa-se que 10 possuem escolaridade de nível superior, 01 tem mestrado, 01 têm doutorado. Com relação à formação, os cursos são diversos, psicologia, farmácia, letras, economia, administração, comunicação social e direito, este último é a formação de 04 deputadas e letras é a formação de 02 deputadas. Já na atuação profissional, também há diversidade, 03 deputadas são advogadas, 03 são professoras, 01 psicóloga, 01 servidora pública, 01 médica, 01 administradora.

Tabela 4 - Atuação político-partidária e gastos na campanha das deputadas nordestinas eleitas em 2018

Nome	Cargos eletivos ocupados	Tempo de atuação política partidária	Cargo eletivo em 2018	Candidata em à Reeleição	Gastos declarados (R\$)
Tereza Nelma	Vereadora de Maceió	19 anos	Vereadora	não	801.056,80
Alice Portugal	Deputada Estadual	33 anos	Deputada Federal	sim	1.661.480,08

Dayane Pimentel	Nenhum	01	Nenhum	não	405.833,00
Lídice da Mata	Vereadora de Salvador Prefeita de Salvador Deputada Estadual Deputada Federal Constituinte Senadora	36	Senadora	não	1.707.069,42
Luizianne Lins	Vereadora Prefeita de Fortaleza Deputada Estadual Deputada Federal	29 anos	Deputada Federal	sim	1.006.394,85
Edna Henrique	Prefeita de Monteiro	15 anos	Nenhum	não	823.808,49
Marília Arraes	Vereadora do Recife	13 anos	vereadora	não	1.283.597,95
Dra. Marina	Nenhum	07 anos	nenhum	não	578.096,70
Iracema Portella	Deputada Federal	08 anos	Deputada Federal	sim	2.298.573,64
Margarete Coelho	Deputada Estadual Vice-Governadora	26 anos	Vice-Governadora	não	2.323.513,19

Rejane Dias	Deputada Estadual	25 anos	Deputada Federal	sim	1.124.296,94
Natalia Bonavides	Vereadora de Natal	06 anos	Vereadora	não	423.857,83

Fonte: Elaboração pessoal com base nos dados do TSE

Com relação aos partidos das deputadas, verificamos que o partido que mais elegeu deputadas foi o PT, com 04 eleitas, PP elegeu 02, PSDB elegeu 02, PCdoB elegeu 01, PSL elegeu 01, PSB elegeu 01, PTC elegeu 01.

Vale ressaltar que os recursos financeiros são fundamentais para candidatar-se e eleger-se deputada. E nessa corrida por recursos do fundo partidário e especial, levam vantagem as candidatas que já possuem experiência, aquelas que já exercem mandatos são as mais cotadas pelos partidos e incluídas nas listas partidárias, e por óbvio, são as que receberam mais investimentos financeiros e apoios na candidatura (CERVI; COSTA; CODATO; PERISSINOTTO, 2016).

Nesse sentido, em relação ao apoio financeiro nas campanhas e as alianças exercidas pelos partidos políticos, e se afetam diretamente ou não para as deputadas serem eleitas, verificamos, a partir dos dados da Tabela 5, que as campanhas com mais recursos, apoio financeiro foram a maioria (09) das 12 campanhas. A faixa de gastos por campanha foi mínima R\$405.833,00 e máxima de R\$2.323.513,19, sendo que 03 campanhas custaram entre R\$405.833,00 a 578.096,70 e 09 campanhas custaram entre R\$ 801.056,80 a R\$2.323.513,19.

Outra informação relevante sobre gastos nas campanhas das eleitas, que extraímos da Tabela 5 é que o PT foi o partido que elegeu o maior número de deputadas federais, elegeu 04 mulheres: Luizianne Lins, Marília Arraes, Rejane Dias, Natália Bonavides. O partido realizou investimentos na ordem de R\$ 3.838.147,57, sendo que o maior investimento pelo partido foi na candidatura de Marília Arraes no Pernambuco, cujo investimento foi de R\$ 1.283.597,95, e o menor investimento foi na candidatura de Natália Bonavides, no Rio Grande do Norte, cujo investimento foi de 423.857,83. PP e PSDB aparecem empatados no número de candidatas eleitas na região nordeste, cada partido elegeu 02 deputadas, Iracema Portella e Margarete Coelho pelo PP, cujo

investimento foi na ordem de R\$ 4.622.086,83 e Tereza Nelma e Edna Henrique pelo PSDB, cujo investimento do partido foi na ordem de R\$ 1.624.865,29. Verificamos que houve mais investimento nas candidatas pelo PP.

Acerca do preparo para as eleições e como essa experiência contribuiu positivamente para a mulher se eleger como deputada federal no Nordeste brasileiro, verificamos que a maioria das 12 deputadas eleitas pelo Nordeste, são políticas profissionais, conforme autodeclaração no formulário de solicitação de inscrição junto a justiça eleitoral e apenas duas, Dra. Marina e Professora Dayanne Pimentel se autodeclararam, respectivamente, médica, e professora de ensino superior. A partir dos dados da Tabela 5 verificamos que, quanto aos cargos eletivos ocupados antes da candidatura a deputada federal, 10 ocuparam cargos eletivos e 02 não ocuparam nenhum cargo eletivo. Das 10 deputadas que ocuparam cargos eletivos, 04 estavam ocupando o cargo de deputada federal, concorrendo a reeleição, 03 ocupavam o cargo de vereadora, 01 ocupava o cargo de senadora, 01 ocupava o cargo de vice-governadora. Das 12 deputadas, 08 candidatas foram eleitas para o 1º mandato de deputada federal. Com relação ao tempo de filiação partidária, das 12 deputadas 04 tinham entre 01 e 08 anos de filiação, e 08 deputadas tinham de 13 a 36 anos de filiação partidária.

Sobre a existência de influência positiva de trabalhos prestados à comunidade na eleição para deputada federal do Nordeste brasileiro, não foi possível verificar comunidade apoiada diretamente pelas candidatas. No entanto, verificamos que das 12 deputadas federais, 10 ocupavam cargos eletivos nos respectivos estados.

Tabela 5 - Índice de desenvolvimento humano municipal para cada estado

Estado	Vagas por Estado	Candidatas (os) na eleição	Candidaturas femininas na eleição	Candidatas eleitas	IDHM/Classificação
Alagoas	09	83	29 (34,94%)	01 (11,11%)	0,689 (médio)
Bahia	39	503	161 (32,01%)	03 (7,69%)	0,710 (alto)
Ceará	22	267	89 (33,33%)	01 (4,55%)	0,739 (alto)
Maranhão	18	213	73 (34,27%)	0 (0,00%)	0,686 (médio)

Paraíba	12	159	52 (32,70%)	01 (8,33%)	0,711 (alto)
Pernambuco	25	361	114 (31,58%)	01 (4,00%)	0,735 (alto)
Piauí	10	143	48 (33,57%)	04 (40%)	0,699 (médio)
Rio Grande do Norte	08	121	42 (34,71%)	01 (12,50%)	0,739(alto)
Sergipe	08	124	40 (32,26%)	0 (0,0%)	0,710 (alto)
Total Nordeste	151	1.974	648 (32,83%)	12 (7,95)	

Fonte: Elaboração pessoal com base nos dados do TSE

A Tabela 6 apresenta, de forma geral, o índice de desenvolvimento humano municipal para cada estado, e o número de vagas por estado, bem como, a disputa por tais vagas entre candidaturas femininas e masculinas. Vale ressaltar que o IDHM possui faixas classificatórias, muito alto (de 0,800 a 1,000) alto (de 0,700 a 0,799), médio (de 0,600 a 0,699) baixo (de 0,500 a 0,599) muito baixo (0,000 a 0,499)⁶⁹.

A partir dos dados da Tabela 6, verificamos que, o número de candidatas eleitas por estado, em relação ao número de candidatos eleitos, é muito discrepante. Considerando a análise dos dados da tabela podemos responder às hipóteses feitas no início deste capítulo. Senão vejamos:

Sobre a existência de cotas nas candidaturas e a associação positivamente com maiores percentagens de mulheres nordestinas eleitas para a Câmara Federal, verificamos, a partir dos dados coletados, que em todos os estados do nordeste, a cota mínima de 30% de candidaturas femininas foi atendida, no entanto, quando olhamos para o resultado desejado pelo estabelecimento de cotas, mais mulheres eleitas, o percentual de eleitas não ultrapassa 12%. A única exceção à regra é o estado do Piauí que teve 33,57% de candidaturas femininas e conseguiu eleger 40% de mulheres, considerando o número de vagas do estado.

Com relação a maior ou menor oportunidade das mulheres se elegerem como deputadas federais nos estados do nordeste, e se o nível de desenvolvimento dos estados influencia, verificamos que, dos 09 estados do nordeste, 06 deles têm IDHM alto, (BA,

⁶⁹ <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/> e <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>

CE, PB, PE, RN, SE) o percentual de mulheres eleitas foi de 4,00% a 7,69% (em relação a vagas por estado), sendo que, em um dos estados com IDHM alto (SE), não houve nenhuma mulher eleita totalizando 07 deputadas eleitas no grupo de estados com IDHM alto e 6,17% na média. Em 03 estados do nordeste o IDHM é médio, (AL, MA, PI), o percentual de mulheres eleitas foi de 11,11% a 40%, e em 01 deles, (MA), não houve nenhuma mulher eleita, totalizando 05 mulheres eleitas no conjunto dos estados com IDHM médio e 17,03% na média do conjunto de 03 estados.

Considerando os percentuais da média por conjunto de estados, concluímos que o número de mulheres eleitas no grupo de estados com IDHM médio foi maior (17,03%) que nos estados com IDHM alto (6,17%), proporcionalmente.

Em todos os estados do nordeste apenas a cota mínima de 30% de candidaturas femininas foi atendida, enquanto nas candidaturas masculinas esse percentual chega a 70%. A única exceção à regra foi o estado do Piauí que teve 33,57% de candidaturas femininas e conseguiu eleger 40% de mulheres, considerando o número de vagas do estado, enquanto nos demais estados o percentual de eleitas não ultrapassou 12%.

As discussões apresentadas neste capítulo centraram-se no perfil das 12 candidatas eleitas em 2018, nos dados políticos (partido, reeleição, etc.) e dados pessoais (idade, escolaridade, estado civil, etc.). O cenário da Câmara tem maioria masculina. E pode-se observar que as limitações que encontramos sobre a maior representatividade feminina na política estão relacionadas tanto as construções culturais, quanto no preparo de mulheres e o investimento nas candidaturas visando eleger mulheres.

Cada uma das mulheres eleitas têm uma história de vida única, o que certamente influência nas escolhas pessoais e políticas. No entanto, verificamos que a maioria das deputadas (08) construíram suas carreiras políticas a partir de suas atuações, seja no movimento estudantil e sindical, seja em suas atuações na sociedade civil organizada, 04 deputadas vêm de famílias com histórico de atuação política, Marília Arraes, Dra. Marina, Iracema Portela, Rejane Dias. A maioria das deputadas está no espectro político de esquerda, 07 deputadas e à direita 05 deputadas. Em relação ao interesse comum entre elas, está a defesa de políticas que garantam os direitos das mulheres e a maior participação delas na política institucional.

Verificamos que não houve nenhuma mulher negra ou trans eleita nas eleições de 2018, demonstrando assim que não representatividade feminina com o corte de raça e diversidade é ainda mais acentuado. Por fim, 04 das 12 deputadas federais se

autodeclaram feministas, e com projetos de lei voltados para as mulheres, são elas: Alice Portugal, Lídice da Mata, Luizianne Lins e Margarete Coelho.

CAPÍTULO 4. ENTRE BARREIRAS E ESTÍMULOS: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS E ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA CHEGAR À CÂMARA FEDERAL

*É a primavera de abril
As flores se abrem e sorriem
para o dia que nasce*

*De mãos dadas
Cantaremos às manhãs ensolaradas
Somos todas irmãs
De mãos dadas ou não*

*Somos água que corre na terra
Cumprindo seu destino
Exercendo a sabedoria
De contornar e desviar obstáculos*

*Somos sementes humanas
Nosso compromisso
É se deixar fertilizar
E ser flor e fruto
Mesmo em solo árido*

Fátima Teles, 2023

4.1. Campo e sujeitos da pesquisa

Preliminarmente, é importante ressaltar que a ideia era apresentar relatos das experiências e trajetórias das 12 parlamentares eleitas pelo nordeste em 2018. Optamos inicialmente pela realização de entrevistas semiestruturadas com as doze parlamentares, cujo objetivo era a coleta de outros dados, nesse caso, experiências vividas e estratégias adotadas para superar as barreiras de gênero presentes na política. Para tanto, foi utilizado o roteiro de entrevistas encaminhado para o e-mail do gabinete de cada parlamentar.

O contato inicial com todas as deputadas foi via e-mail (Anexo 1). Recebi respostas de algumas por meio das assessorias, informando interesse e disponibilidade em participar da pesquisa e quase ao final do período, tivemos retorno de 02 parlamentares, Luizianne Lins e Dra. Marina, que prontamente responderam às perguntas constantes do roteiro de entrevista, de modo que, a partir das duas deputadas que responderam ao questionário, analisaremos a seguir, sob a ótica das eleitas, a experiência da corrida ao cargo de deputada federal em 2018.

De forma geral, o objetivo das perguntas foi observar e analisar, entre outros aspectos, as experiências vividas e estratégias adotadas por cada candidatura com vistas a conseguir ser eleita para a Câmara Federal. Buscou-se ainda conhecer, sob a perspectiva de cada parlamentar, a história de vida na política, os apoios, ou não, da família, partido, bem como conhecer um pouco mais da caminhada política de cada uma, os desafios enfrentados, se houve percepção do machismo, quais as barreiras superadas e os incentivos recebidos pelas suas candidaturas a deputadas federais pelos estados do nordeste e a intersecção dessas experiências com a teoria apresentada no presente trabalho.

4.2. Resultados e discussão

A aplicação do roteiro da pesquisa semiestruturada contendo 12 perguntas coletou dados de percepção de caráter pessoal sobre os fatores que podem contribuir para a eleição ao cargo de deputada federal.

Com relação à percepção das Deputadas Federais sobre a trajetória na política e os motivos pelos quais elas começaram a participar ativamente na política partidária, identificamos que tanto a trajetória como os motivos são diversos.

Tabela 6 - Trajetória na política e motivos da candidatura e inspiração

Deputada entrevistada	Familiares na política	União à comunidade/ movimentos civis	Indicação partidária	Inspirações femininas	Ocupação em algum cargo eletivo anterior
Luizianne Lins	não	sim	sim	sim	sim
Dra. Marina	sim	não	sim	sim	não

Fonte: Elaboração pessoal com base nos dados dos questionários respondidos

Com relação ao método de análise das respostas, a estatística descritiva foi o método utilizado para a exposição dos dados, tudo com vistas a construir um corpus

analítico com capacidade de fornecer informações que deem conta de lançar luz acerca das descrições do fenômeno social analisado (LAKATOS; MARCONI, 2010).

4.2.2.1. Motivação e influência política

Conforme descrito no capítulo 1 deste trabalho, assim como Gervásia Nunes, Izabel Dillon, Josefina Álvares de Azevedo, Maria Augusta Meira de Vasconcelos, Dra. Myrthes de Campos, Maria Lacerda de Moura, Almerinda Gama, Bertha Lutz, Alzira Soriano, Luiza Mahin, Aqualtune, Dandara, as duas mulheres eleitas, Luizianne e Dra. Marina, que responderam à pesquisa defendem e reivindicam o direito das mulheres à plena participação nos espaços públicos, senão vejamos:

[...] Nós mulheres temos que participar mais do processo eleitoral, temos que ocupar esses espaços públicos, temos que incentivar cada vez mais e principalmente votar em mulheres. E desta forma, teremos mais respeito (DRA MARINA).

[...] Somos todas muito valorosas e precisamos das Mulheres em todas as suas representatividades. Sou uma mulher branca e da cidade, mas sempre apoiamos e acompanhamos a Marcha das Mulheres Negras, apoiamos e participamos da emblemática Marcha das Margaridas. Estamos sempre juntas com todas as mulheres que fazem a defesa dos direitos das mulheres, que lutam pela autonomia e liberdade de todas as mulheres. Atualmente temos uma bancada feminina, feminista e antirracista na Câmara Federal, belíssima, que contempla a diversidade, as mulheres negras e do cocar (LUIZIANNE LINS).

Interessante notar nas duas falas acima a percepção que as duas candidatas têm sobre a importância de as mulheres ocuparem os espaços de poder, bem como, a percepção das mesmas sobre a importância de votar em mulheres e formar blocos de lutas femininas. Embora Marina e Luizianne sejam de ideologias políticas distintas, uma de centro-direita e outra de centro-esquerda, a questão do gênero, ser mulher, e o sentir na pele o machismo e a desigualdade de condições na campanha em relação aos homens, fica evidente. Dra. Marina fala em “temos (mulheres) que participar mais da política, temos(mulheres) que incentivar e votar em mulheres, pois só assim teremos mais respeito”. Já Luizianne destaca a importância do coletivo de mulheres: “Estamos sempre juntas com todas as mulheres que fazem a defesa dos direitos das mulheres, que lutam pela autonomia e liberdade de todas as mulheres.”

Importante destacar, a influência e o exemplo de outras mulheres nas carreiras das candidatas eleitas, demonstrando a importância e necessidade da representatividade feminina para inspirar e impulsionar mais mulheres na política.

[...] E sim tenho várias inspirações, a política se faz em todos os espaços, então muitas mulheres que nos antecederam na luta, que tiveram suas vidas ceifadas, desde a nossa ancestralidade à mulheres como minha mãe por toda sua luta e força, e a tantas outras que até hoje atuamos juntos no parlamento, nas ruas e nas comunidades, mas farei uma homenagem a uma em especial nesse momento: Maria Luiza Fontenele com a qual hoje divido o legado de cuidado e compromisso com a cidade de Fortaleza e nosso povo. Na minha trajetória de mais de 30 anos de militância política e vida pública, costumo dizer que a única maneira de alcançarmos o ideal de uma sociedade mais justa e igualitária é com a superação do machismo e do patriarcado que oprime e violenta mulheres no nosso imenso Brasil. Sem igualdade de gênero, não há sociedade justa (LUIZIANNE).

[...] Tenho como inspiração feminina a minha mãe, mulher muito aguerrida que rompeu muitas barreiras na década de 70 como uma jovem mulher prefeita (DRA MARINA).

4.2.2.2. Desigualdade de gênero no Parlamento

A desigualdade de gênero é um fenômeno social e cultural baseado no tratamento discriminatório de pessoas com base em seu gênero. Esse fenômeno é resultado de vários processos sociais, patriarcais, sexismo e capitalismo. Consequentemente, a necessidade de proteger os interesses e direitos das mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica, especialmente como forma de resistência à desigualdade de gênero, tem levado movimentos sociais, políticos e culturais feministas a nascer um movimento por igualdade e emancipação econômica (NASCIMENTO, 2015).

Analisar as causas da sub-representação das mulheres na política é uma tarefa complexa, mas atual e necessária. Investigar as motivações que levam a mulher aos cargos de poder é uma forma de obter respostas a esta investigação.

As alas de poder e chefia no Brasil desfrutam de mais homens que mulheres, onde a sub-representação feminina é desencadeada culturalmente, principalmente pelo patriarcado e machismo (VIEGAS; FARIAS, 1999). Tal fenômeno foi apresentado em forma de pergunta para as entrevistadas e as respostas indicam que elas percebem no dia a dia que a baixa representatividade de mulheres é fruto de um fenômeno cultural. Interessante destacar que, embora as vivências políticas/ideológica/partidárias das duas

deputadas sejam distintas, há a clara percepção da existência de barreiras, de ordem patriarcal, senão vejamos:

[...] As barreiras para as mulheres na política, iniciam quando decidimos nos candidatar! O machismo e a misoginia são claramente manifestações da violência política de gênero. Ataques políticos contra as mulheres são bem diferentes de ataques políticos contra homens, partem para a desqualificação, buscando reforçar que política não é lugar de mulher. De um modo geral, os partidos políticos e a política são espaços eminentemente masculinos, com algumas exceções. E, aí, não posso deixar de reconhecer os avanços que o Partido dos Trabalhadores tem conquistado com a militância das mulheres. A nossa luta e meta é a paridade. Ressalto também que não basta ser mulher, precisamos garantir a representatividade de todas as mulheres, a defesa e o compromisso com a vida e direitos das mulheres. Precisamos derrotar o fundamentalismo! A melhor resposta sempre foi agir com respeito e verdade, mostrar nossa cara, valores e a importância da mulher na construção de uma nova sociedade. Somos fortes, mesmo que insistam em nos excluir, em fazer de tudo para desistirmos, somos potentes! Somos a maioria da população e demos vida, somos mãe e cuidamos da outra parte inteirinha. Não desistimos! Sou muito orgulhosa de ser mulher, de ser nordestina e de representar o meu estado. As mulheres sempre foram a vanguarda das grandes lutas! Costumo falar, só há democracia com a participação das mulheres, portanto é preciso combater a violência de gênero, na vida pública e privada (LUIZIANNE LINS).

[...] A principal barreira era a de ser desacreditada, que uma pessoa que nunca participou de um processo eleitoral pudesse ter êxito de primeira vez. Principalmente porque eu não tinha um padrinho político forte. Sempre tive incentivo dentro de casa para tudo o que eu quisesse exercer e não foi diferente na política, minha mãe é uma entusiasta de mulheres no poder (DRA MARINA).

4.2.2.3. Ligação aos movimentos sociais e união à comunidade

Os movimentos sociais/políticos são extensões dos movimentos de classes sociais. Isso pode ser melhor entendido se observamos que sem movimentos de classes, dificilmente surgem movimentos políticos, ou então, estes são pequenos grupos marginais com pouca presença na sociedade civil (VIANA, 2016).

Embora as mulheres estejam à frente das associações de moradores, das lutas estudantis e das distintas mobilizações por direitos de igualdade de gênero, elas não são reconhecidas, menos ainda se expressam na representação política; portanto, sua presença é invisível. Mesmo protagonizando diversos movimentos, não são reconhecidas como lideranças. Bourdieu (1989, p. 165). Com relação à aproximação de Luizianne e Dra. Marina com movimentos de mulheres e as pautas de luta, verificamos que as percepções foram bem diferentes, vejamos:

[...] A luta e a construção sempre foram coletivas. Todos os mandatos que assumi são frutos de uma história tecida a partir de vários e diferentes fios, são muitas mulheres juntas e envolvidas, todas com suas narrativas, bandeiras e experiências. Desde o movimento estudantil, da juventude e do PT. Fui a primeira Secretária de Mulheres do PT Ceará, o que nos possibilitou ter diálogo e apoiar o movimento de mulheres trabalhadoras de diversas categorias, as rurais, sindicalistas, as lésbicas, as feministas organizadas. Somos todas muito valorosas e precisamos das mulheres em todas as suas representatividades. Sou uma mulher branca e da cidade, mas sempre apoiamos e acompanhamos a Marcha das Mulheres Negras, apoiamos e participamos da emblemática Marcha das Margaridas. Estamos sempre juntas com todas as mulheres que fazem a defesa dos direitos das mulheres, que lutam pela autonomia e liberdade de todas as mulheres. Atualmente temos uma bancada feminina, feminista e antirracista na Câmara Federal, belíssima, que contempla a diversidade, as mulheres negras e do cocar (LUIZIANNE LINS).

[...] Não tive uma ligação muito próxima com nenhum grupo de luta de mulheres, mas como tinha dentro de casa o exemplo real da minha mãe que desde os 20 e poucos anos já ingressava na política e já marcava seu território de forma muito intensa e sem nenhuma manipulação masculina, isso já me servia de exemplo de luta pela igualdade entre homens e mulheres (DRA. MARINA).

4.2.2.4. Estratégias de campanha

Conforme apontado na problematização deste trabalho, o número de mulheres nordestinas ocupando espaço na Câmara Federal, foi de apenas 12 eleitas em 2018. A partir desse recorte, e perspectiva, tivemos em vista saber sobre as estratégias adotadas pelas mulheres para serem eleitas. E conforme respostas das mesmas, uma base social e política sólida, construída por meio de interações, reuniões e agenda de lutas, foram apontadas como a grande estratégia adotada, senão vejamos:

[...] A maior estratégia de campanha foi realmente estar perto do povo, conhecer e ouvir suas demandas, discutir a realidade e propor a parceria de seguirmos juntos. Para isso, fizemos rodas de conversas temáticas com os segmentos e nos bairros de Fortaleza. Com o mesmo objetivo, visitamos boa parte do estado, participamos de caminhadas, reuniões comunitárias e plenárias, mas algo incrível e que nos dá muito orgulho é o corpo que nossa campanha e mandato alcançam. As pessoas se sentem parte, e o sentimento de pertença faz total diferença, são comitês populares e caseiros que permanecem em diálogo conosco. Assim seguimos com o compromisso de luta e defesa intransigente dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores, que inclui saúde, moradia, educação, transporte público, segurança, esporte, lazer, cultura, trabalho, renda, autonomia e liberdade (LUIZIANNE LINS).

[...] A minha estratégia sempre foi de trazer uma política próxima a população, já que deputado federal tinha uma distância enorme do povo, além disso, trazia a força da mulher, a juventude e o olhar de uma médica. Nós mulheres temos

que participar mais do processo eleitoral, temos que ocupar esses espaços públicos, temos que incentivar cada vez mais e principalmente votar em mulheres. E desta forma, teremos mais respeito (DRA. MARINA).

Interessante notar que as estratégias relatadas pelas deputadas se assemelham no quesito de aproximar a política do povo. Luizianne destaca que “estar perto do povo foi a maior estratégia”, e posteriormente descreve como fez isso: “fizemos rodas de conversas temáticas com os seguimentos dos bairros de fortaleza, fizemos caminhadas, reuniões comunitárias e plenárias em boa parte do estado.” Conforme já destacado no capítulo XX, o maior percentual de votos obtidos pela deputada Luizianne foi em Fortaleza e região metropolitana, e com base nessa resposta da deputada, podemos inferir que a estratégia política de estar perto do povo, agregou robusto capital político à campanha da deputada. Em relação à resposta da Dra. Marina, ela também destaca que “a estratégia sempre foi de trazer uma política próxima da população”. Ainda destacou a necessidade de as mulheres participarem mais, e revelou, indiretamente, que há desrespeitos com as candidaturas de mulheres.

4.2.2.5. Incentivo político do Estado e da mídia

Estudos de desempenho eleitoral mostram que o financiamento de campanha é um dos recursos mais importantes para a seleção de candidatos. O debate sobre a dinâmica do financiamento de campanha destaca a relação entre financiamento e eleições e enfatiza a importância da regulamentação desse financiamento para promover igualdade de condições entre os candidatos nas campanhas (CERVI, 2010; SACCHET; SPECK, 2012).

Em uma conjuntura eleitoral como a brasileira, o financiamento de campanha é essencial para tornar a candidatura viável e os candidatos competitivos. Assim, a relação entre promoção da igualdade política, alocação de recursos e controle democrático é tênue (CERVI, 2010).

Vários estudos se concentraram na análise dos determinantes que sustentam a competitividade das candidatas em cada ciclo eleitoral para medir o impacto das regras institucionais sobre o seu desempenho. (Financiamento de campanhas no Brasil, Araújo, 2004; Campos, 2009; Reis, 2010, e financiamento público de campanhas no Brasil, Campos, 2009; Braga; Bourdoukan 2009; Bolognesi; Cervi 2011; Dantas, 2011; Speck,

2012) Conforme estudos retro, um fator que coloca as campanhas políticas de mulheres em desvantagem em relação a campanhas masculinas, é valor investido, ou o baixo valor, destinado aos gastos com a campanha. O ano 2018 se configura como um marco na história política das mulheres em busca de igualdade material e de representação (CAMPOS, 2019).

Santos e Furlanetto, (2019, p. 208) nos fala sobre o que pode ser realizado além das cotas:

Além das cotas de paridade, é importante assegurar uma fatia das doações eleitorais do partido às candidaturas femininas, como forma de estabelecer maior igualdade de concorrência em comparação com as masculinas. Logo, a criação do fundo, para reservar um percentual de 30% de doações eleitorais, seria uma forma de incentivar e estimular mulheres a concorrer a cargos eletivos e políticos, reduzindo-se, assim, a desigualdade de gênero no espaço político-partidário.

Nesse sentido, conforme a percepção das deputadas Luizianne, as cotas são meios de garantir equidade no jogo político, entre homens e mulheres e deve começar nos partidos políticos. Tais cotas, acompanhadas de investimentos em campanhas femininas, segundo a deputada, aumentam o número de mulheres nos espaços de poder, vejamos:

[...] Temos hoje cotas para mulheres na direção do partido, garantido equidade entre homens e mulheres; prévias eleitorais para candidaturas o que assegura o processo democrático, além de termos a maior bancada feminina no Congresso Nacional. Elegemos também, claro, a primeira mulher presidenta do Brasil. Já passei por algumas situações em que estava clara a misoginia, mas sempre encaramos essa questão de frente, nunca baixamos a guarda. A melhor resposta sempre foi mostrar o valor da mulher na construção de uma nova sociedade. Ao longo das minhas campanhas fui vítima de boatos, panfletos, mensagens virtuais e mensagens virtuais apócrifas. Temos percebido um engajamento cada vez maior de coletivo de mulheres jogando luz sobre a importância da participação feminina nas instâncias de decisão. Vemos uma crescente mobilização nos partidos políticos, presenciamos um intenso debate sobre o tema nas instituições públicas (LUIZIANNE LINS).

4.2.2.6. Perspectivas futuras

Conforme as deputadas Luizianne Lins e Dra. Marina, as mulheres ainda não possuem, assim como os homens, garantias oficiais de que sempre serão representadas nos espaços de poder, e que, portanto, há uma grande luta coletiva a ser travada, pelos partidos políticos, indicando e investindo em candidaturas femininas, pelo Estado, por

meio de políticas públicas, pela mídia e a sociedade em geral, no sentido de fomentar e valorizar a participação das mulheres na política institucional, vejamos:

[...] Ainda temos muito a conquistar, infelizmente não temos nossa representação "oficialmente" garantida, na esfera político partidária e nas cadeiras parlamentares. Somos nós, mulheres que movem o país. Basta olhar para os movimentos sociais e para as grandes mobilizações como a marcha das margaridas e o movimento contra o golpe. Sempre estivemos à frente das lutas pela manutenção dos nossos direitos e pela democracia brasileira. A luta é grande, precisamos combater o racismo, o machismo, a misoginia, a homofobia, a cultura do estupro, todas as formas de violência e hierarquização de povos. Vamos combater o epistemicídio, que além de querer apagar a história, insiste em desqualificar e oprimir a população negra, quilombolas, indígenas, cigana... mas seguimos com paixão e movida pelo desejo de mudar o mundo e a vida das pessoas (LUIZIANNE LINS).

[...] Quero parabenizar a vocês pela preocupação em trazerem esse tema para debate. Quanto mais falarmos sobre isso mais estimularemos para que as mulheres participem e ocupem espaços estratégicos na sociedade. Além disso, ponho-me a disposição para qualquer outro esclarecimento e debate (DRA. MARINA)

Importante notar a preocupação com a representatividade feminina no legislativo, bem como, as múltiplas desigualdades, e a violência política, que se constituem como obstáculos para a mulher disputar equilibradamente os espaços de poder com os homens. Conforme ressaltado pelas deputadas, essa luta por mais mulheres no poder é de todos que almejam uma sociedade mais justa e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um sertão em mim

*O Sol acorda as manhãs
Que se pintam de ouro e abrem-se
clareando gente, terra e mato
E eu sertaneja que sou
Fecho os olhos, recebo sua luz, alimento
E sigo pela estrada*

*A terra suga os seus raios
E metaboliza as energias
Que emanam do horizonte
Para a sobrevivência dela
E banha-se de calor
Vestindo-se com a cor da romã*

*Os mandacarus se abrem
Dispostos a embelezarem o sertão
A chuva vem logo em seguida
É uma oração
Os pássaros cantam
E as nuvens choram emocionadas*

*Depois que a chuva cai
As nuvens voltam a ficar leves e alvas
O Sol volta a arder em chamas de luz
A terra faz brotar as sementes plantadas
É hora de colher a semeadura
E continuar plantando...*

Fátima Teles, 2023

Escrever essa dissertação, revisitar o passado, conversar com ele, refletir sobre ele, para ressignificá-lo, na construção de um presente e um futuro mulheres. Com mais mulheres nos espaços de poder, lugar que carece e precisa desesperadamente de nós, não apenas para mandar, sendo exercício do poder, mas principalmente para mudar as coisas e transformá-las para melhor. Foi uma honra imensa, escrever sobre a história de mulheres tão potentes, que fizeram história, ainda que às vezes, muitas vezes, suas histórias tenham sido ocultadas da maioria.

Escrever a revisão de literatura (Capítulo 2) foi um mergulho na história de luta das mulheres, em busca da tão sonhada emancipação política. Quanta força e coragem nossas pioneiras tiveram, Gervásia Nunes, Izabel Dillon, Josefina Álvares de Azevedo,

Maria Augusta Meira de Vasconcelos, Dra. Myrthes de Campos, Maria Lacerda de Mour, Alzira Soriano, além das pioneiras de lutas históricas, Luiza Mahin, Aqualtune e Dandara.

A coragem e ousadia das pioneiras Joana Paula de Manso de Noronha (argentina residente no Brasil) e as brasileiras Violante Atalipa Ximenes de Bivar e Velasco e Gervásia Nunes, que fundaram e dirigiram o primeiro jornal exclusivo para mulheres por mulheres: o “Jornal das Senhoras”, que era publicado semanalmente a partir de 1852 até 1855. O jornal tinha a missão dupla de informar as mulheres sobre os seus direitos e opinar sobre moda, arte e cultura, embora o público feminino com acesso à leitura fosse restrito na época (JORNAL DAS SENHORAS, 1852, p. 25⁷⁰).

Vimos a conquista do direito à educação superior para as mulheres, antes restrito apenas aos homens (MENCK, 2022). E a partir da conquista da educação, a luta pelo direito ao voto. A luta jurídica de muitas mulheres para votar, merece nossa reverência e aplausos, pela ousadia e coragem de enfrentar os desafios postos, histórias como da Izabel Dillon que conseguiu o direito do alistamento eleitoral por decisão da segunda instância judicial e inspirou outras mulheres, que requereram na justiça o direito ao alistamento eleitoral. Além de requerer, elas noticiavam tais ações nos periódicos femininos, tais como a edição de 23/11/1889 de A Família, que fez uma nota sobre cinco mulheres em Goiás (VIDAL, 1943).

Depois tivemos a frustração de não ser incluídas no texto constitucional, e vedadas a participar da constituinte e a promulgação da constituição de 1889. Após a derrota política, o movimento se reorganizou, a luta passou a ser dentro e fora do sistema. Nas ruas e nos espaços de poder, angariando apoios e avançando nas conquistas. Foi assim que em 1924, o Senador Juvenal Lamartine, defensor do sufrágio feminino e presença constante nos seminários da F.B.P.F, incluiu no seu plano de campanha ao governo do Rio Grande do Norte, o direito ao voto feminino e em 25 de outubro de 1927, trabalhou pessoalmente para a aprovação da Lei Estadual n.º 660 que estabeleceu pela primeira vez num estado brasileiro o voto sem distinção de sexos. O artigo foi inserido nas disposições transitórias sob o n.º 77 *in verbis*: “Art. 77. No Rio Grande do Norte, poderão votar e serem votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta Lei” (MENDES, 2016).

⁷⁰ Jornal das Senhoras Tomo I – Domingos, 25 de Janeiro de 1852. p. 25.

Em 25 de novembro de 1927, um mês após a aprovação da Lei 660, a professora Celina Guimarães Vianna, na cidade de Mossoró, foi incluída na lista de eleitoras do Rio Grande do Norte. Outras mulheres se alistaram, a princípio, todas eram ligadas ao movimento sufragista. Após a vigência da Lei, o estado iniciou uma campanha local para o alistamento de mais mulheres (MENDES, 2016).

Assim, nas eleições municipais de 1929, Alzira Soriano foi eleita prefeita de Lages, sendo, historicamente, a primeira mulher na América Latina a ocupar um cargo eletivo, e Júlia Alves Barbosa em Natal e Joana Cacilda de Bessa em Pau dos Ferros, foram eleitas para o cargo equivalente à vereadora (MENDES, 2016).

Conforme Marques (2019) todas as associações de mulheres passaram a realizar protestos, bem como realizaram conferências para discutir o anteprojeto e em seguida, enviavam as deliberações para a subcomissão de reforma eleitoral, que por fim, retiraram do anteprojeto todas as restrições e em 24 de fevereiro de 1932 o código eleitoral foi publicado e a vitória da grande luta de quase 100 anos pelo direito das mulheres votar enfim foi conquistado e materializado através do Decreto n.º 21.076 de 1932 (Brasil, 1932) que instituiu a Justiça Eleitoral e o voto sem distinção de sexo.

O segundo capítulo mostrou que ainda em 2018, a luta das mulheres para adentrar nos espaços de poder, mais especificamente a Câmara dos Deputados, ainda é uma tarefa árdua. Percorremos sobre a trajetória das 12 nordestinas eleitas em 2018. Mulheres de diferentes matizes políticas, ideológicas, mas com a intersecção do feminino no poder, a representatividade feminina. Mulheres que dedicaram uma vida inteira a política, a exemplo de Alice Portugal, Lídice da Mata, Luizianne Lins, Margarete Coelho, Rejane Dias e Tereza Nelma.

O capítulo 3 foi o mais desafiador de todos. Ter acesso às mulheres eleitas, conseguir retorno do roteiro de entrevistas encaminhado e conciliar as agendas sempre muito lotadas, foi tarefa das mais difíceis deste trabalho. Mas, assim como as pioneiras da luta feminina, eu não me dei por vencida. Intensifiquei e diversifiquei as tentativas de contato, até ter êxito em 02 questionários respondidos. E a partir das experiências relatadas por essas mulheres, verificamos que ainda há muito o que caminhar e mudar para podermos ter um presente e futuro com mais mulheres ocupando os espaços da Câmara Federal.

Os dados coletados neste trabalho e as experiências das duas deputadas entrevistadas e eleitas demonstram que, nas eleições de 2018, as candidatas vitoriosas tinham perfis diferentes quanto a ideologia política, ligação com movimentos feministas, e trajetória política. Vimos que, 10 candidatas tinham experiência anterior com cargos eletivos, se autodeclararam “política-profissionais”, demonstrando uma maior vantagem em relação às candidatas ocasionais, tanto em competência interna com o partido político, quanto com domínio com os(as) eleitores(as).

Vimos ainda que para ser eleita deputada federal é necessário ter apoio de lideranças locais (prefeitos, prefeitas), ter uma boa coligação, com partidos que agreguem apoio político e votos, também é importante, bem como, vimos que os valores de uma campanha para esse cargo requerem uma abundância de recursos financeiros. Verificamos ainda que não houve nenhuma mulher negra e trans eleita pelo Nordeste ao cargo de deputada federal, e nesse sentido, futuras pesquisas podem e devem abordar quais estratégias necessárias para tais mulheres conseguirem ser eleitas. Pelas informações e dados coletados temos que, nossas eleitas são mulheres brancas, de partidos de esquerda e direita, todas tiveram acesso ao ensino superior completo e para ser eleitas precisaram de apoio político em sua grande maioria de homens em cargos eletivos, e as campanhas eleitorais para tal cargo são acima de R\$400 mil reais.

Por fim, que este trabalho possa ser base para lembrar das mulheres pioneiras e seu legado. Elas acreditaram no sonho da emancipação e lutaram por meio de 100 anos para realizá-lo. A beleza da História e da vida é a possibilidade de reconstruir e ressignificar as coisas. Que as nossas queridas e aguerridas mulheres pioneiras sejam sempre fonte de inspiração para as mais jovens, e que a luta floresça sempre como é a primavera!

REFERÊNCIAS

ABREU, M. Z. G. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Arquipélago – **Revista da Universidade dos Açores**, Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002.

ALVES, J. E. D. A. D; CAVENAGHI, S. M.; ALCÂNTARA A. P. Participação das mulheres nas eleições de 2004: avaliação da política de cotas no Brasil. **Revista Gênero**, v. 7, n. 2, 2007.

ARAÚJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados**, v. 44, n.1, p. 155-194, 2001.

ARAÚJO, C. M. O. Potencialidades e limites da Política de Cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 231-252, 2011.

AZEVEDO, J. A. **O direito de voto**. A Família n.º 41, Rio de Janeiro, 07 dez. 1889.

BERNARDES, M. T. C. C. República brasileira em jornais femininos da época (1889-1890). **Cadernos De Pesquisa**, (71), 20–28, 2013.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis 18(3): 336. 2010.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989. (Série Memória e Sociedade).

BRASIL. Congresso. **Câmara dos Deputados**, Eleições 2018, Deputados federais eleitos **por estado**, Brasília: Câmara dos Deputados, Agência Câmara de Notícias, 2018, disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/DeputadosEleitos/index.html>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. Congresso. **Câmara dos Deputados**, Voto feminino foi conquistado depois de uma luta de 100 anos, Brasília: Câmara dos Deputados, Agência Câmara de Notícias, 2020, disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/704329-voto-feminino-foi-conquistado-depois-de-uma-luta-de-100-anos/>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. Congresso. **Câmara dos Deputados**. Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto21076-24-fevereiro-1932-507583-norma-pe.html>. Acesso em: 02 ago. 2022.

BRASIL. Congresso. **Câmara dos Deputados**. Legislação Informatizada – Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881 - Publicação Original. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>. Acesso em: 04 set. 2022.

BRASIL. Congresso. **Senado Federal**, Constituição de 88 é a sétima adotada no país. Brasília: Senado Federal 2008, Agência Senado Notícias, disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/09/26/constituicao-de-88-e-a-setima-adotada-no-pais>. Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil 1934**. Brasília-DF, setembro 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 02 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 09 fev. 2021.

CÂMARA, A. **História de Nísia Floresta**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941.

CAMPOS, L. F. Litígio estratégico para igualdade de gênero: O caso das verbas de campanha para mulheres candidatas. **Revista Direito e Práxis**, v.10, n.1, p.593-629, mar. 2019.

CASTANHA, A. P. Pedagogia histórico-crítica-editorial. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 5, n. 2, p. 1-4, 2013.

CEDIM, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. A mulher e o Poder Legislativo no estado do Rio de Janeiro: lugares, perfis e experiências municipais. **Cadernos do CEDIM**, Rio de Janeiro, n. 2, nov. 2002.

CERQUEIRA, T. T. **Direito eleitoral esquematizado**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

CERVI, E. U. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.4, p.135-67, 2010.

CERVI, E. U.; COSTA, L. D.; CODATO, A., PERISSINOTTO, R. Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. **Sociedade e Estado**, 30(1), 189–205, 2016.

COELHO, L. M.; BAPTISTA, M. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Psicologia política** v. 9, n. 17, p. 85-99, 2009.

COSTA, A. A. A. **As donas no poder**. Mulher e Política na Bahia. Salvador: NEIM/ALBA, 1998.

COSTA, D. M. Capacitação de líderes femininas: reflexões sobre a experiência do IBAM. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 231-224, 2001.

COUTO, M. T.; GOMES, R. Homens, saúde e políticas públicas: a equidade de gênero em questão. **Ciência; Saúde Coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2569-2578, 2012.

DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. **Dicionário de políticas públicas**, 3ª edição. São Paulo: UNESP, 2018.

DUARTE, C. L. **Nísia Floresta, a primeira feminista no Brasil**. Florianópolis: Mulheres, 2005.

DULTRA, E. V. B. **Direitos das mulheres na Constituinte de 1933-1934: disputas, ambiguidades e omissões**. 2018. Tese (Doutorado em Direito) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. O patriarcado do salário. Notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: **Boitempo**, 2021.

FERREIRA, G. L. S. **O direito à comunicação e as mulheres na política: ações de redistribuição e reconhecimento para o incentivo à eleição de mulheres no Brasil**. Tese de doutorado – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

GOMES, J. J. **Direito Eleitoral**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, L.C. S. **Direito Eleitoral**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 out. 2021.

IPU, **Inter-Parliamentary Union**. disponível em: <https://www.ipu.org/>. Acesso em: 06 ago. 2021.

KRAVEZUK, T. **Veja como fica a bancada dos Estados do Nordeste na Câmara**, Portal R7 notícias, 08/10/2018, Eleições 2018 Disponível em <https://noticias.r7.com/eleicoes-2018/veja-como-fica-a-bancada-dos-estados-do-nordeste-na-camara-08102018>, Acesso em: 15 jul. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, K. B. **A igualdade substancial entre os sexos: estudo sobre a participação das mulheres brasileiras na política**. Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade de Fortaleza. Programa de Mestrado em Direito Constitucional, Fortaleza, 2016.

MARQUES, T. C. N. **Bertha Lutz**. 1ª edição. Edições Câmara, 2019.

MEDEIROS, T. K. F.; CHAVES, M. C. Representatividade Feminina na Política Brasileira: A evolução dos direitos Femininos. **Caderno de Graduação-Humanas e Sociais**, UNIT-PERNAMBUCO, v. 3, n. 2, p. 99-99, 2017.

MENCK, J. T. M. **A imprensa no processo de Independência no Brasil**. Edições Câmara, 2022.

MENDES, J. M. **As porteiras foram abertas: Cidadania e sufrágio feminino no Rio Grande do Norte**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

MIGUEL, L. F.; FEITOSA, F. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 52, p. 201-221, 2009.

MIGUEL, L. Political Representation and Gender in Brazil: The Quotas for Women and their Impact. **Bulletin of Latin American Research**, v. 27, n. 2, p. 197-214, 2008.

MOREIRA, L. C. **As mulheres nos espaços de decisão política: há mulheres nos espaços de decisão política**. 2009.

NASCIMENTO, J. X. Políticas públicas e desigualdade de gênero na sociedade brasileira: Considerações sobre os campos do trabalho, da política e da ciência. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 317-337, 2015.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RAMOS, L. O. **Os tribunais eleitorais e a desigualdade de gênero no Parlamento: ampliando ou reduzindo a representação de mulheres na política?** Tese de doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

REZENDE, I. O. S.; SILVEIRA, F. O. Análise crítica da legislação de cotas eleitorais para a igualdade de gênero e a importância dessa política pública como instrumento democrático. *In*: SILVA, J. B.; RAMOS, P. R. B.; SILVA, R. L. N. (Coord.). Direitos sociais e políticas públicas I. Florianópolis: **CONPEDI**. p. 198-218, 2017.

ROCHA, B. S. Análise da participação da mulher na política como instrumento para a evolução da democracia brasileira. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 87127-87144, nov. 2020.

ROCHA, B. S.; MORAES FILHO, J. F. Igualdade de gênero na política como instrumento de desenvolvimento humano e amadurecimento da democracia. *In* 6º Congresso Internacional do Direito da Lusofonia, **Anais**. Universidade de Fortaleza, 2019.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opin. Publica**, v.18, n.1, June 2012.

- SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 25, n. 9, p. 26-37, 1994.
- SALES, T. S.; VERAS, H. R. B. A participação feminina na política brasileira. **Revista de Direito**, v. 12, n. 02, p. 01-21, 2020.
- SANTOS, C. L.; FURLANETTO, C. P. Participação feminina na política: exame da Lei nº12.034/2009 e a previsão de cotas de gênero. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, DF, v. 56, n. 223, p. 191-211, jul./set. 2019.
- SANTOS, M. L. L. N. **A sub-representatividade feminina na política e a lei de cotas**. 2019. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-eleitoral/a-sub-representatividade-feminina-na-politica-e-a-lei-de-cotas/#_ftn2. Acesso em: 23 nov. 2021.
- SCHUELER, A.; RIZZINI, I. Myrthes de Campos (1875-1965): a “mulher advogado” na luta pelos direitos das mulheres. **Communitas**, v. 5, n. 9, p. 24-38, 2021.
- SILVA, A. **A república dos editores as histórias de uma década vertiginosa na editora abril**, Rocco, 2018.
- SILVA, M. V. C.; BARBOZA, A. P. B. Barreiras à participação política da mulher no Brasil: estratégia da justiça eleitoral por mais direitos humanos, cidadania e inclusão feminina no processo eleitoral. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 51. 2021.
- SILVA, S. M. **A Carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988**, Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador–BA, 2011.
- SILVA, S. M. Eleições 2018: **O lugar das mulheres nas chapas majoritárias**, Revista Populus, Salvador, n. 7, dezembro 2019
- SOW, M. M. A participação feminina na construção de um parlamento democrático. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação**. n. 5. p.79 – 94, 2010.
- TELES, M. F. A. **A participação das mulheres na história de luta da construção do assentamento dez de abril no município de Crato-CE**. Dissertação de Mestrado - FLACSO Brasil, 2023.
- TSE, **Tribunal Superior Eleitoral** [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 30 abr. 2022.
- UNDP. **United Nations Development Programme**. 2018. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/2018-update>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- VIANA, N. Os Objetivos dos Movimentos Sociais. **Movimentos Sociais**. v. 01, n. 01, jul./dez. de 2016.

VIDAL, B. **Precursoras Brasileiras**. Rio de Janeiro: A Noite Editora, 1943.

VIEGAS, J. M. L.; FARIA, S. **Participação política feminina**. Percursos, constrangimentos e incentivos. 1999.

ANEXOS

Anexo 1

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - SEDE BRASIL
MESTRADO EM ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A senhora está sendo convidada a participar como voluntária da pesquisa intitulada **“MULHERES NA POLÍTICA: perfil, trajetória e plataforma de campanha das parlamentares nordestinas na câmara federal nas eleições de 2018,** objeto da pesquisa científica destinada à elaboração do trabalho de conclusão de curso da mestranda **Neilianny Carla Vieira Oliveira.**

O objetivo geral é analisar experiências e estratégias político-eleitoral de cada uma das 12 mulheres nordestinas eleitas para a Câmara Federal em 2018, com vistas a identificar fatores que contribuíram para sua vitória num contexto sociocultural marcado pela supremacia masculina na política nacional e regional.

Será utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista semiestruturada que permitirá à pessoa entrevistada discorrer livre e exemplificativamente sobre o tema, destacando aspectos do seu perfil, da sua trajetória e das estratégias utilizadas com vistas a superar as principais barreiras (culturais e institucionais) enfrentadas, assim como os estímulos recebidos (por parte do Estado, de familiares, apoiadores, partidos e da sociedade em geral) ao longo do processo eleitoral.

A senhora será esclarecida sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar, sendo livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Pode se negar a responder qualquer pergunta, pois sua participação é voluntária. Todos os dados e documentos da pesquisa serão arquivados pela pesquisadora e os resultados da pesquisa poderão ser publicados nos meios acadêmicos e científicos.

Caso a senhora concorde em participar, assine ao final deste documento, que possui duas vias de igual teor, sendo uma delas sua, e a outra da pesquisadora responsável. Seguem os telefones e o endereço institucional da pesquisadora responsável, onde dúvidas sobre o projeto e sua participação nele poderão ser esclarecidas a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e a importância de minha participação na mesma, e que concordo em participar. _____, ____ de

_____.

Assinatura da voluntária

Assinatura da responsável pela pesquisa

Para maiores informações, contactar Neilianny Oliveira, telefone 85- 9-9996-9928, e-mail neili.adv@hotmail.com

Anexo 2**Roteiro da entrevista semiestruturada encaminhado para as 12 Deputadas Federais eleitas em 2018**

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Nome: _____

Partido político: _____

Cor/raça/etnia: _____

Idade: _____ Estado civil: _____

Religião: _____ N° de filhos: _____

Grau de escolaridade: _____

Área de formação: _____

Profissão: _____

Cargos políticos eletivos ocupados: _____

Tempo de atuação política: _____

PERGUNTAS NORTEADORAS (relacionadas com os objetivos geral e específico da pesquisa, isto é, relativas à trajetória, grau de aproximação com as agendas dos movimentos de mulheres e com as barreiras enfrentadas e os estímulos recebidos).

1- Fale-me sobre sua trajetória no mundo da política. Quando e por que começou a participar ativamente da política partidária?

2- Quando ingressou em partido político? Houve alguma mulher na política que lhe serviu de inspiração?

3- Quando se candidatou pela primeira vez? O que a motivou a se candidatar?

4- A senhora tem ou teve alguma aproximação com as lutas e/ou com as agendas dos movimentos de mulheres ao longo da vida? Qual a sua experiência neste sentido?

5- Na eleição de 2018, quais foram as suas principais estratégias de campanha? Qual a sua plataforma de trabalho?

6- Ao longo da campanha, a senhora enfrentou algum tipo de barreira ou preconceito? Se sim, quais?

- 7- Como mulher, em algum momento a senhora recebeu apoio e estímulos da parte de familiares, amigos e das lideranças do próprio partido para se candidatar? Que tipo de apoio?
- 8- Considerando a baixa representatividade feminina na política, a que a senhora atribui o sucesso da sua campanha no pleito de 2018?
- 9- Como a senhora encara a temática da violência política contra as mulheres?
- 10- O que significa, para a senhora, ser uma das 12 deputadas nordestinas eleitas para a Câmara dos Deputados Federais?
- 11- Na sua opinião, o que os partidos, o Estado, a mídia e a própria sociedade poderiam fazer com vistas a estimular e valorizar ainda mais a participação das mulheres na política?
- 12- Há algo mais que a senhora gostaria de acrescentar sobre a temática da participação política das mulheres no Brasil ou sobre sua experiência como candidata eleita no pleito de 2018?